

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REDES E VIGILÂNCIA:
UMA EXPERIÊNCIA DE CARTOGRAFIA PSICOSSOCIAL

Estudo de caso no município de Guarujá, São Paulo / BR

RAFAEL BARRETO DE CASTRO

Rio de Janeiro
2008

RAFAEL BARRETO DE CASTRO

**Redes e Vigilância:
Uma experiência de cartografia psicossocial**

Estudo de caso no município de Guarujá, São Paulo / BR

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Psicossociologia.

Orientador: Prof^{ca}. Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro

Rio de Janeiro
2008

C355 CASTRO, Rafael Barreto de.
Redes e Vigilância: Uma experiência de cartografia psicossocial
/ Rafael Barreto de Castro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
ix, 158 f.: il., 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2008.

Orientador: Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro

1. Psicologia Social. 2. Redes sociotécnicas. 3. Vigilância. 4. Cartografia. 5. Subjetividade. 6. Guarujá (São Paulo), I. Pedro, Rosa Maria Leite Ribeiro. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

CDD: 302

RAFAEL BARRETO DE CASTRO

**Redes e Vigilância:
Uma experiência de cartografia psicossocial**

Estudo de caso no município de Guarujá, São Paulo / BR

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Psicossociologia.

Aprovada em 31 de março de 2008.

Prof^ª. Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro, Dr. [Orientador] (EICOS/IP/UFRJ)

Prof^ª. Ana Maria Szapiro, Dr. (EICOS/IP/UFRJ)

Prof^ª. Marcia Moraes, Dr. (Programa de Pós-graduação em Psicologia/UFF)

Prof^º. Paulo Afonso Rheingantz, Dr. (PROARQ/FAU/UFRJ)

Rio de Janeiro
2008

DEDICATÓRIA

A todos os co-autores deste trabalho, pois esta certamente é uma produção coletiva.

AGRADECIMENTOS

À minha família: meus pais CILMA TAMAR e JORGE, por todo amor e apoio incondicionais; meus irmãos FERNANDO GABRIEL e RAQUEL, pela oportunidade de compartilhar tudo.

À minha orientadora ROSA, por seus ensinamentos, por sua paciência, por seu estímulo, por nossos momentos de troca e de descontração, imprescindíveis à realização deste trabalho.

Ao querido amigo MARCELO, verdadeiro irmão de coração, pela total doação e, principalmente, pela paciência nesses dois anos.

Aos meus amigos: CAMILA e MARINA, pela parceria no ingresso desse desafio; e à galera do LISTEC, por sua fundamental contribuição – multiplicando teorias, sentidos e afetos.

A Deus, ao destino, à vida, sejam lá o que forem.

Aos membros da banca de qualificação, ANA SZAPIRO, PAULO AFONSO – que me acompanharam, cada qual à sua maneira, desde a graduação – sempre com dicas, incentivos e apoio.

Ao amigo RICARDO, por anos de histórias, eventos, conversas, nos quais o carinho esteve sempre presente, mesmo nas traduções mais controversas

Aos amigos da dança israeli que, cada vez mais próximos do coração, completam e equilibram.

Aos amigos do “desfrute”, pelas risadas, pelas ousadias e pelo companheirismo.

Aos amigos que indiretamente contribuíram sempre. Uns mais presentes, outros mais esporádicos, mas cada qual com seu toque especial! A lista é grande...

Amo vocês!

RESUMO

CASTRO, Rafael Barreto de. *Redes e Vigilância: Uma experiência de cartografia psicossocial – Estudo de caso no município de Guarujá, São Paulo / BR. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – UFRJ / IP / Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2008.*

Partindo da evidência que o ambiente urbano e seus procedimentos de planejamento aglutinam coletivos humanos e não-humanos em suas várias ordens, ressalta-se como questão neste trabalho a presença cada vez maior dos dispositivos tecnológicos de vigilância na dinâmica das cidades. Tomando como eixo o referencial teórico de Redes Sociotécnicas, que se debruça justamente sobre o tema da produção de coletivos híbridos – essas misturas de sociedade, natureza e técnica – investigou-se em que medida este tipo de abordagem poderia contribuir para a compreensão das formas contemporâneas de sociabilidade e subjetividade produzidas como efeito desta rede. Entendendo que cada sujeito traduz a rede diferentemente, buscou-se evidenciar as diferentes versões que compõem especificamente essa controvérsia tecnocientífica e suas ressonâncias. A partir da questão principal da vigilância, foram propostos como eixos temáticos a serem aprofundados as experiências (1) da segurança – que articula questões como a violência, o medo e a confiança; e (2) da visibilidade – e os sentidos propiciados de liberdade, intimidade e privacidade. Como estratégia de pesquisa, propôs-se a escolha de uma dada fração urbana monitorada por câmeras para a realização de uma cartografia segundo três momentos: gênese, situação atual e visão de futuro. O local de realização da pesquisa foi o município de Guarujá, litoral do estado de São Paulo, uma das cidades pioneiras no que se refere à vigilância por câmeras. Como eixos de “coleta de dados”, a pesquisa foi conduzida no sentido de evidenciar as diferentes traduções em dois níveis: *práticas* e *discursos*. No âmbito das práticas, observações de caráter etnográfico foram empreendidas. Quanto aos discursos, tentou-se coletá-los através das mais variadas fontes, tais como contribuições científicas e artísticas, reportagens veiculadas na mídia, documentos e, principalmente, entrevistas com os atores da rede. Foram entrevistados moradores do município, visitantes, os responsáveis pelo projeto de monitoramento e seus operadores. Para analisar o material reunido, o método utilizado foi o de “Análise de Controvérsias”, cujo mote é seguir os atores na rede, de modo a evidenciar o jogo de forças envolvido nas diferentes apropriações e no processo de estabilização da rede. Ao final, ficou evidente que as decisões acerca destes dispositivos de vigilância são tão técnicas quanto políticas, o que faz de seu percurso um traçado de constante negociações e embates, nos quais as possibilidades e os papéis jamais estão estabelecidos de antemão.

Palavras-chave: redes sociotécnicas; vigilância; cartografia; subjetividade; Guarujá.

ABSTRACT

CASTRO, Rafael Barreto de. *Networks and Surveillance: An experience in psychosocial cartography – Case-study in the municipality of Guarujá, São Paulo / BR*. Dissertation (Master's degree in Psicossociology of Communities and Social Ecology) – UFRJ / IP / Master's Program in Psicossociology of Communities and Social Ecology, 2008.

Departing from the evidence that the urban environment and its planning procedures gather human and non-human collectives in its various orders, it is emphasized in this work the growing presence of technological devices for surveillance in the dynamic of cities. Using as a source of theoretical support the Sociotechnical Networks, which precisely encompass the theme of the formation of hybrid individuals – such mixtures of society, nature and technique – it was investigated to which extent this type of approach could contribute to the understanding of contemporary forms of sociability and subjectivity generated as an effect of these networks. Understanding that each subject responds differently to such networks, we sought to bring out the different versions that compose, specifically, this technoscientific controversy and their resonances. From the major issue of surveillance, we proposed as guiding themes to be developed the experiences (1) of safety – that includes questions such as violence, fear and trust; and (2) visibility – and the senses of freedom, intimacy and privacy. As a research strategy, we chose a given urban area monitored by security cameras to make a cartography according to three moments: genesis, current situation and future perspective. This research took place in the municipality of Guarujá, a coastal city in the state of São Paulo, one of the pioneering cities in what regards public camera surveillance. As the procedures adopted for the collection of data, we sought to bring out the different perceptions at two levels: practices and discourses. In the realm of practices, ethnographic remarks were recorded. As for discourses, we sought to collect data from a wide variety of sources, such as scientific and artistic contributions, news articles and programs, documents, and, mainly, interviews with the people involved with the network. We interviewed inhabitants of the municipality, visitors, people responsible for the surveillance project and their operators. To analyze the material collected, we employed the method of "Controversy Analysis", whose motto is to follow the actors in the network as a way to clarify the power relations involved at the different stages of appropriation and in the process of stabilizing the network. At the end, it was evident that the decisions surrounding these surveillance mechanisms are both technical and political, what makes their use a grid of constant negotiations and conflicts, in which possibilities and roles are never established beforehand.

Keywords: sociotechnical networks; surveillance; cartography; subjectivity; Guarujá.

LISTA DE SIGLAS

ACT – Análise Construtivista da Técnica
 ANT – Actor Network Theory (Teoria Ator-Rede)
 CIOP – Centro Integrado de Operações
 IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

LISTA DE FIGURAS

FIGURA		pág.
01	Cartaz de divulgação do monitoramento	65
02	Site da prefeitura	66
03	Foto aérea do Guarujá	68
04	Praia de Pitangueiras	75
05	CIOP	78
06	CIOP	79
07	Totem	79
08	Praia de Pitangueiras	80
09	Praia de Astúrias	80
10	Câmera de vigilância	80
11	Cartaz afixado no CIOP	82
12	Cartaz de normas para a praia	89

LISTA DE QUADROS

QUADRO		pág.
1	“Governo reforça segurança pública” (reportagem)	37
2	“Câmeras vão monitorar o centro” (reportagem)	44
3	Operacionalização da pesquisa	64
4	Descrição dos participantes	71
5	Divulgação de licitação	77
6	Estatísticas das ocorrências policiais no Guarujá	87

LISTA DE ANEXOS

ANEXO		pág.
1	Matérias consultadas em mídia impressa e online	133
2	Termo de consentimento livre e esclarecido	148
3	Roteiro de entrevista utilizado com os vigilantes	149
4	Roteiro de entrevista utilizado com os usuários	151
5	Localização dos totens	153
6	Localização das câmeras	154
7	Diretrizes do monitoramento escolar	155

SUMÁRIO

Folha de Aprovação	iii
Dedicatória	iv
Agradecimentos	v
Resumo	vi
Abstract	vii
Lista de Siglas	viii
Lista de Figuras	viii
Lista de Quadros	viii
Lista de Anexos	viii
Sumário	ix
Apresentação	01
1 A Teoria Ator-Rede	10
2 Uma Genealogia da Vigilância	20
3 A Vigilância como Dispositivo Sociotécnico	36
4 Acerca da Produção de Subjetividade	47
4.1 Segurança	52
4.2 Visibilidade	55
5 Desenhando a Cartografia da Rede	60
5.1 Operacionalização	62
5.2 Local de Pesquisa	65
5.3 Porta-vozes	69
5.4 O Desenho propriamente dito	72
5.4.1. Traçando a gênese da rede	72
5.4.2. Delineando a situação atual	86
a) Procurando a “estrada da Segurança”	94
b) Colocando em foco do tema da Visibilidade	102
5.4.3. Esboçando o futuro da rede	108
a) Futuro previsto	109
b) Futuro desejado	113
Considerações Finais	117
Referências Bibliográficas	126
Anexos	133

APRESENTAÇÃO

*Eu posso te dar o endereço
mas não é tão fácil de chegar assim
Fica na cidade das Redes
A versão daquele mapa é muito estranha
prefiro a cartografia
Por isso, eu vou te dar algumas dicas
Não vá sozinho, por favor
Chame o Sujeito pra te acompanhar
e pede pra ele levar todos os seus agenciamentos
De que é que você vai?
Eu sugiro a pé,
mas se você tem pressa...
Vá durante o dia
à noite, é perigoso
Polícia? Que nada!
Há rumores de que colocaram câmeras!
mas vai saber...
Na dúvida,
não faça nada de errado pelo caminho
nem exponha sua intimidade!
Você pode passar por aquele espaço,
na rua da Circulação
Ou na praça das Controvérsias
É! Você pode ir pela alameda da Confiança
mas os actantes preferem aquela estrada...
Como é mesmo o nome?
Da Segurança! É isso!
dizem que é mais tranqüila
O Sujeito disse que vai passar em algum lugar antes?
Na esquina do medo?
Tsc! Ah! Deixa ele se desviar e vá sozinho!
Quem vai estar lá?
Acho que a galera da sociabilidade
não sei direito
Mas se não encontrar ninguém conhecido,
que importa também?!
Nem todo estranho é inimigo!
Mas certamente a viagem já vale à pena!
Vai ser uma boa experiência, pode apostar!*

A temática das relações entre sujeitos e ambientes urbanos tem estado bastante em voga na contemporaneidade. No campo da Psicologia, as reflexões acerca da relação sujeito-ambiente de um modo geral começaram a ganhar corpo a partir da década de 1940, com o desenvolvimento da chamada “Psicologia Ambiental”, nos Estados Unidos da América. Atualmente as repercussões destes estudos já se encontram incorporadas em vários outros campos disciplinares – como, por exemplo, na área da Arquitetura e Urbanismo, na Avaliação de Desempenho dos Ambientes Construídos¹. Contudo, tanto a Psicologia Ambiental quanto as metodologias e instrumentos de avaliação de desempenho do ambiente construído ainda se apresentam muito arraigados a fatores técnicos, funcionais e comportamentais (RHEINGANTZ, 2004), denotando a forte influência behaviorista que marca a Psicologia Norte-americana. Este tipo de abordagem tem como pressuposto a *separação entre homem e ambiente* e acaba conduzindo as reflexões na direção da busca por determinações de um sobre o outro, simplificando um fenômeno que revela uma enorme complexidade.

Com o intuito de evitar este tipo de armadilha reducionista, propõe-se neste trabalho a abordagem do tema segundo um olhar psicossocial, como um olhar alternativo que tenta dar conta da riqueza do que está sendo estudado. O campo psicossocial em si é, em certa medida, tal como o da relação sujeito-ambiente: híbrido. Um campo que convoca o psicológico, o político, o técnico, o social e tantos outros para uma arena de debates, em que as interfaces não são óbvias nem claras. Não há uma colagem ou uma interseção *a priori*. Segundo Serres (1999), a interdisciplinaridade é muito mais um trabalho conjunto e constante de fazer, refazer e refazer o diálogo de produção de conhecimento.

Complexidade, heterogeneidade e indeterminação revelam-se como características dessas relações estabelecidas entre sujeitos e ambientes e, portanto, seu estudo deve ser traçado segundo um referencial teórico capaz de colocar em foco suas múltiplas faces. Neste sentido, tomar as relações em questão tal como constitutivas de uma *Rede Sociotécnica* apresenta-se como uma proposta relevante na medida em põe em evidência tais características e, ao mesmo tempo, “permite a produção

¹ Ver Bechtel (1997) e Ornstein (1995).

de alguns efeitos jamais obtidos por nenhuma outra teoria social” (LATOURE, 2004, p. 62).

A partir da evidência de que o ambiente urbano e seus procedimentos de planejamento aglutinam coletivos humanos e não-humanos em suas várias ordens, as proposições de teóricos que se debruçam sobre o tema da produção de coletivos híbridos são tomadas aqui como eixo, no sentido de investigar em que medida os princípios destacados por estes articulam-se ao tema dos espaços urbanos e de que forma tal análise poderia contribuir para a compreensão das novas formas de subjetividade que emergem na contemporaneidade.

Ao se pensar a rede complexa estabelecida entre sujeitos e lugares em suas várias conexões, deve-se ter em mente que sua configuração, mesmo quando encontra estabilidade, é momentânea, devido a um fluxo de tensões que se renova continuamente. No que tange especificamente à dinâmica urbana que se evidencia na contemporaneidade, entre as grandes tensões existentes ressalta a presença dos dispositivos² tecnológicos de vigilância como um ator bastante controverso e cuja presença articula questões importantes na medida em que propicia algumas formas de subjetivação e constrange outras.

Na maior parte das vezes, desempenhando papel central nas ações públicas e privadas voltadas para a segurança, os dispositivos tecnológicos de vigilância encontram-se, a cada dia, mais inseridos no cotidiano das grandes cidades. De modo sutil, vão sendo solicitadas “provas” de que não há nada para se esconder e, assim, práticas e ações que até então passariam despercebidas ganham visibilidade indistintamente.

Neste cenário que articula medo e exercício de poder, espaço não vigiado se tornou espaço do desconhecido, do ilícito e, principalmente, local de violência. Os vilões da modernidade, os demônios, hoje já não amedrontam mais. Ao invés deles, os assaltantes, o estranho. Uma das primeiras coisas que se transmite, hoje em dia, a uma criança é a visão de que o estranho é o inimigo (“não conversar

² Segundo Latour, a categoria de objeto puro ou “isolado” é comparável a um “objeto arqueológico à espera de ser descoberto” (apud SCHEPS, 1996, p. 158). Neste sentido, o autor prefere utilizar o termo “dispositivo” com o objetivo de ressaltar o papel tanto de humanos quanto de não-humanos em todas as suas operações.

com estranhos”, “não aceitar nada de estranhos”, “não ir com estranhos”, etc.). O sujeito contemporâneo evita lidar com o diferente, com o desconhecido ao qual este está atrelado.

Aldeias e verdadeiras casamatas se formam isoladas pelo medo, na tentativa de evitar o risco, o perigo, aquilo que é hostil e assustador. Contudo, os muros não só impedem os de fora entrar, mas também os de dentro sair. A exclusão, portanto, deixa de ser um fenômeno reservado aos de classes mais baixas para atingir aqueles que se guetificam, enclausuram-se em espaços destinados para tal.

Constituem-se, a partir daí, as comunidades monitoradas não só por câmeras e seguranças, mas também autovigiadas, frutos dessa demanda específica e disponível para aqueles que podem pagar. Neste sentido, pode-se afirmar que uma espécie de modulação de práticas e ações cotidianas também é produzida e/ou intensificada como efeito de um espaço urbano intensamente vigiado. Na medida em que se define algo como “normal”, como “socialmente aceito”, estabelecem-se categorias de exclusão dos desviantes, produz-se certa homogeneização, e a cidade se vê esvaziada de seu sentido de arena para celebração das diferenças (PEDRO, 2005).

Esse tipo de controle ou tentativa de controle pode ser problemático quando se tem em mente que, isoladamente ou associados em classes, cada indivíduo (ou grupo) vai possuir uma “verdade”, uma (s) necessidade (s) com relação aos ambientes urbanos. Assim como dito por Souza (2001), a demanda dos usuários de um espaço surge a partir de sua interação com o lugar. As relações que se estabelecem no ambiente urbano, como em qualquer rede de relações, ao mesmo tempo em que evidenciam o exercício do poder, deixam claro que este processo também envolve interpretações e apropriações distintas, segundo a perspectiva de cada ator. Desta forma, Koskela (2003) argumenta que a experiência da vigilância – do vigiar e/ou ser vigiado – é algo que passa certamente pela dimensão afetiva³, seja esta com valoração positiva ou negativa.

3 Sobre a dimensão afetiva como inerente às relações sujeito-ambiente de um modo geral ver Tuan (1980).

A experiência emocional de se estar sob vigilância é frequentemente ambivalente e mutável. (...) Conseqüentemente, o “espaço emocional” produzido pela vigilância é instável, nebuloso e imprevisível (KOSKELA, 2003, p. 300).

Os afetos circulam nesta rede que, vale lembrar, é composta de humanos e não-humanos. A heterogeneidade do fenômeno é, portanto, mais uma vez ratificada, demandando assim uma investigação aprofundada das repercussões da dinâmica, dos projetos e das intervenções urbanas (DEL RIO, 2002) no âmbito da subjetividade.

O ponto central de controvérsia a ser discutido aqui é, portanto, em que medida a dinâmica da rede que se articula a partir dos dispositivos tecnológicos de vigilância evidencia elementos de regulação / controle / constrangimento e de que forma a experiência dos atores se encontra atravessada por esta dinâmica.

Tomando emprestadas as palavras de Rosa Pedro, é “decisivo recolocar a questão não apenas do que significa ser sujeito hoje, mas sobretudo, o que pode ser hoje o sujeito” (PEDRO, 2003b, p. 164, grifo meu).

A palavra “pode” aqui empregada é bastante interessante no sentido de tornar clara a controvérsia em questão. O amplo sentido que palavra porta pode ser conduzido para dois extremos: o da limitação e o da ampliação de possibilidades.

Para ilustrar o pensamento daqueles que afirmam a limitação da experiência nas cidades engendrada no funcionamento da atualidade, pode-se citar algumas considerações feitas por autores como Caldeira (2000) e Rabello de Castro (1999). Articulando as idéias apresentadas pelas autoras, pode-se depreender que estaríamos experimentando uma espécie de ciclo vicioso, do qual não é possível vislumbrar saída. Para Caldeira (2000), na busca por segurança, um processo de crescente privatização e fragmentação do espaço urbano tem sido gerado. Esta afirmação parece endossar a idéia de Rabello de Castro (1999) de que todo um conjunto de normas é produzido através do planejamento racional das cidades, o que, portanto, acabaria por restringir o processo de apropriação do espaço a práticas *a posteriori* e de difícil negociação. Segundo a autora, este tipo de experiência limitada que o cidadão tem da sociedade e da cidade em que vive consiste de base e fundamento para atitudes como preconceitos, atos de

intolerância e violência. Sua grande pergunta na busca de uma prospecção otimista é “que fazer, então, para re-direcionar a construção dessa espacialidade no sentido de ampliar possibilidades para além das condições que homogeneizam a subjetividade?” (RABELLO DE CASTRO, 1999, p. 156).

Por outro lado, autores como Deleuze e Guattari (1996), por exemplo, afirmam que por mais que o sistema capture as subjetividades no sentido de submetê-las a seu jugo, de estratificá-las, linhas de fuga são produzidas neste processo. Para os referidos autores isto constitui um *continuum* no qual “captura”/“territorialização” e “fuga”/“desterritorialização” alternam-se ao infinito como dinâmica do capitalismo contemporâneo. “Trata-se do modelo que não pára de se erigir e de se estranhar, e do processo que não pára de se alongar, de romper-se e de retomar” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 32).

Partindo de uma investigação mais geral a respeito da dinâmica da rede, através das traduções evidenciadas em relatos e práticas, chega-se ao problema que guia o presente estudo: De que forma as relações estabelecidas na rede articulada a partir dos novos dispositivos tecnológicos de vigilância atuam nos processos de produção de subjetividade na atualidade?

O objetivo principal do presente estudo é, portanto, realizar uma análise da dinâmica de uma rede que se articula a partir de dispositivos tecnológicos de vigilância, com ênfase na subjetividade que é produzida como efeito desta rede. Entendendo que cada sujeito traduz a rede diferentemente, buscou-se evidenciar as controvérsias existentes de modo a lançar luz sobre o fenômeno da produção de subjetividade como expressão das múltiplas conexões estabelecidas a partir / no ambiente urbano.

A pesquisa teve como porta de entrada, portanto, a experiência da vigilância nos espaços urbanos, ou seja, as características desta rede produzida na presença de novos dispositivos tecnológicos e suas ressonâncias. A partir da questão da vigilância, dois eixos temáticos norteiam o desenvolvimento da pesquisa, os quais são propostos como relevantes para uma investigação aprofundada a respeito da nova configuração das relações reticulares. O primeiro eixo terá por foco a *questão da segurança*, no qual se articulam os temas do medo, violência, confiança e

sociabilidade. O segundo eixo, por sua vez, irá tratar da *visibilidade*, relacionando às formas de privacidade, liberdade e intimidade experimentadas na atualidade.

Através destes dois vetores ou eixos, pretendemos mapear as relações que compõem os coletivos urbanos e investigar novos sentidos da experiência dos espaços e da produção de subjetividade.

Para compor a pesquisa teórica desta dissertação, em um primeiro capítulo são apresentados alguns conceitos e proposições pertencentes ao arcabouço teórico das “redes sociotécnicas” com o objetivo de oferecer subsídios para a discussão trazida. Em seguida, tentou-se produzir uma narrativa histórica não-linear sobre a gênese da vigilância no Brasil, em sua prática mais ampla, para, no terceiro capítulo, trazer alguns elementos, em uma espécie de mapeamento, que fazem parte das controvérsias existentes sobre os novos dispositivos tecnológicos de vigilância na contemporaneidade. Compendo o quarto capítulo, o tema da produção de subjetividade será discutido, sempre em referência a todo o arcabouço apresentando até então.

A partir do percurso teórico e do estabelecimento dos dois eixos de reflexão citados anteriormente, realizou-se uma pesquisa de campo, em moldes de estudo de caso, no sentido de mapear uma determinada rede; ou seja, foi escolhida uma fração urbana (cidade) como “cenário” para que, através de análise documental, entrevistas e observações de caráter etnográfico, fosse possível produzir uma cartografia de seu funcionamento.

Cabe ressaltar que, apesar de a idéia de cartografia de uma rede ser utilizada em alguns momentos desta pesquisa como sinônima a de mapeamento (com vistas a facilitar a compreensão do termo), a primeira comporta algumas peculiaridades de acordo com Rolnik (1989). Usa-se preferencialmente aqui a expressão “cartografia”, pois a mesma, diferentemente de um mapa estável, que representa fielmente uma realidade, remete a um traçado que é curvo, que se faz junto com o movimento da rede, que é evidentemente dinâmico. Sendo assim, por mais estruturada e fechada que possa parecer esta pesquisa, em suas etapas e questões teóricas, o trabalho realizado foi de total mobilidade pois que se propôs a seguir os

fluxos da rede (ROLNIK, 1989) e, desta forma, derivações foram permitidas e não puderam ser negligenciadas.

A escolha do local para a realização desta cartografia recaiu sobre o município do Guarujá, litoral do estado de São Paulo. Originária de uma vila de pescadores e emancipada em meados da década de 1950, a cidade vem crescendo consideravelmente, especialmente devido ao seu potencial turístico. Muito procurado por turistas na alta temporada, o Guarujá vem atraindo uma população de alto poder aquisitivo e, conseqüentemente, grandes empreendimentos turísticos. Como qualquer outra cidade em franco crescimento, a preocupação com a segurança faz parte do cotidiano da cidade, principalmente de seus governantes. Em algumas reportagens disponibilizadas na internet⁴, podem ser encontradas diversas falas a este respeito, dentre as quais o tema da vigilância ganha destaque. “Guarujá tornou-se a primeira cidade do litoral paulista a tentar coibir a criminalidade com a instalação de câmeras de vigilância nos principais pontos turísticos da cidade” (MATÉRIA 01, Anexo 1). Simultaneamente, a instalação destas câmeras parece ter seguido um plano estruturado, o que facilitou o trabalho de pesquisa que teve por intenção seguir a rede. Tal afirmação se justifica na medida em que antes da proliferação destes dispositivos pela cidade, foi realizado um “estudo piloto” pela prefeitura e seus órgãos, em uma de suas praias (Pitangueiras), no período de janeiro a março de 2005, com o objetivo de avaliar a eficácia deste tipo de estratégia no processo de redução das práticas de violência. De acordo com dados da Polícia Militar, houve uma redução média de 30% nos crimes registrados na região onde foi implantado o projeto comparados com o mesmo período de 2004⁵. A partir desta constatação, a vigilância através de câmeras de segurança passou a constituir uma medida permanente em todas as praias e inclusive em vias de acesso a cidade de São Paulo.

Outro ponto importante considerado na escolha do local foi a logística da pesquisa no sentido dos recursos disponíveis para sua execução. Além do município do

4 Ver página oficial da Prefeitura do Guarujá na internet <<http://www.guaruja.sp.gov.br>> e matérias 01 a 04 (Anexo 1).

5 Este tipo de referência estatística constitui, segundo Latour (2000), um dispositivo de inscrição, ou seja, uma referência comumente não questionada que faz parte do próprio dispositivo tecnológico.

Guarujá, apenas a cidade do Rio de Janeiro era de tão fácil acesso ao pesquisador, porem a complexidade desta última soava como problemática na medida em que (1) sua análise demandaria mais tempo e (2) as incursões a campo, a principio, já pareciam representar maior risco à vida.

A primeira etapa desse trabalho em campo para a o desenho da cartografia foi a compreensão da gênese da rede: como se estabeleceu sua configuração, quais foram os atores envolvidos, as controvérsias existentes, etc. Em seguida, os esforços da pesquisa concentraram-se em dar visibilidade às traduções recíprocas do momento presente, através das ações cotidianas dos atores bem como de seus relatos. Foram participantes desta etapa os usuários regulares do local bem como as figuras de autoridade e/ou atores identificados como “chave”⁶ dentro da dinâmica da rede. Por último, a partir do mapeamento feito e das próprias traduções evidenciadas, a tentativa foi a de esboçar uma idéia futura para a rede e seu funcionamento.

Pretendeu-se com a realização desta cartografia não só fortalecer e incrementar os estudos acerca das redes sociotécnicas, mas sobretudo investigar que subjetividades se produzem como efeito desta Rede específica que se tece nos espaços urbanos.

Sendo assim, em posse de todo o material coletado, algumas considerações foram feitas retomando e aprofundando a fundamentação teórica, produzindo uma reflexão acerca das questões delineadas no início da pesquisa ao mesmo tempo em que foi dado destaque a outras que se mostraram de considerada relevância.

⁶ Ou “porta-vozes”, de acordo com o referencial teórico que fundamenta esta pesquisa. Sobre este conceito, algumas considerações podem ser encontradas na página 15.

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1:

A TEORIA ATOR-REDE



Seja bem-vindo à nossa jornada!

Nesta primeira etapa do trajeto, vamos aproveitar para apresentar o glossário de nosso roteiro e tornar os termos utilizados mais familiares.

Acomode-se confortavelmente e tenha uma boa viagem!

Como herdeiros da modernidade, vivenciamos uma sociabilidade sociotécnica, no sentido de que somos (nós mesmos) híbridos e, ao mesmo tempo, compomos um coletivo simultaneamente humano e não-humano (LATOURE, 1994). Os estudos de Bruno Latour, sociólogo das ciências e das técnicas – como ele mesmo se denomina – debruçam-se justamente sobre estas redes, estes coletivos, híbridos (de humanos e não-humanos), com o objetivo último de problematizá-los, de tomá-los não como um dado, como uma explicação, mas como algo a ser explicado (LATOURE, 2006).

O primeiro conceito-chave, portanto, para o tratamento dessa questão é o conceito de “Rede”. Quando se fala em rede, fala-se justamente de uma trama de atores (humanos e não-humanos, singulares ou coletivos), que tecem suas relações, traçando um emaranhado amplo e heterogêneo que caracteriza o coletivo. Redes são, portanto, coletivos sociotécnicos, “agenciamentos de natureza, sociedade e técnica” (PEDRO, 2003a, p. 33) configurados em relações fluidas e cambiáveis, mas que, em certa medida, por certo tempo, conseguem apresentar estabilidade, formar territórios. Suas relações são fluidas e cambiáveis porque não existem por si mesmas, precisam a todo o momento estar sendo refeitas para que continuem a existir.

Interessa-nos não só os atores da rede, os nós que a compõem, mas sobretudo seus efeitos. Há uma subjetividade sendo produzida como efeito dessas relações em rede, ou melhor, há várias subjetividades sendo produzidas, semelhantes em certos pontos, distintas em outros. O ambiente urbano nada mais é do que outro produto da mesma trama. Ambos fortemente entrelaçados e, todavia, alvos constantes de abordagens excludentes, da fragmentação disciplinar que vige os procedimentos de produção de conhecimento.

De acordo com Latour (1994, p. 7), “as proporções, as questões, as durações, os atores não são comparáveis e, no entanto, estão todos envolvidos na mesma história”. Sendo assim, o mote de mapear a dinâmica / arquitetura da Rede e

estudar seus efeitos nos parece um viés instigante de investigação de um fenômeno constituído de tramas, por um emaranhado de atores entre os quais circulam experiência, informação e poder.

A multiplicidade encontrada no tema torna-se mais evidente e patente quando é convocado também o conceito de “Ator-rede” (LAW, 1992). A afirmação contida no referido conceito é que cada um dos “nós” que compõem a rede constitui um ator; este ator é, ao mesmo tempo, uma rede em si, já que se compõe a partir de conexões, e estabelece conexões outras além daquelas que estão em foco. Assim, pode-se asseverar que a recíproca também é verdadeira, ou seja, que aquilo que a princípio está sendo considerado como rede pode ser encarado como um ator⁷. “An actor is a patterned network of heterogeneous relations, or an effect produced by such a network” (LAW, 1992, p. 4).

A espacialidade urbana⁸ como composto híbrido, por exemplo, é multidimensionada e, por isso, requer um olhar que possa corresponder a tal complexidade. É necessário, então, lançar luz sobre a heterogeneidade do urbano, “explodindo-o” de forma a dar visibilidade ao seu caráter reticular, de forma a evidenciar que os nós que compõem a rede sociotécnica aqui referida são múltiplos e bastante complexos. Por outro lado, a dimensão ampliada do tema revela que seu mapeamento precisa ser focado em alguns pontos especiais e principais, como uma espécie de “zoom” para que se consiga dar um mínimo de profundidade ao assunto de modo operacional no âmbito do conhecimento científico.

Então, quer dizer que esta teoria das redes sociotécnicas poderia ser a solução perfeita, um maná caído dos céus, para se estudar os fenômenos de grande complexidade que se dão nos dias de hoje?

Com relação à fertilidade e à aplicabilidade deste referencial teórico, o próprio Latour é bastante cauteloso. Segundo o autor, a Teoria Ator-Rede (Actor Network Theory - ANT) “não é aplicável a nada” (LATOURE, 2004). Esta afirmação pode

7 A este movimento, especificamente, dá-se o nome de “pontualização” (LAW, 1992). A pontualização é marcada como o momento no qual uma rede é vista como um ator; sua complexidade torna-se fundo e o que se percebe é algo uno.

8 O termo “espacialidade” aqui empregado é feito no mesmo sentido dado por Smith (1992) ao conceituar “Espacialidade Urbana”, que se refere não só aos aspectos físicos, mas às relações sociais que se configuram nestes.

parecer bastante irônica e, em verdade, o é. O que Latour tenta alertar a todos se refere à dificuldade de se trabalhar com a ANT, na medida em que esta apenas se efetiva se o pesquisador for capaz de rever sua concepção de ciência e todos os seus pressupostos. Pode-se dizer que este referencial constitui uma espécie de “teoria minimalista” que tem como mote “seguir os atores na rede”. Portanto, mais que um referencial – utilizado para sustentar um estudo, ou para enquadrá-lo – a ANT é um método, um método sobretudo descritivo. Um método a ser seguido durante todo o processo de pesquisa: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, redação. Exatamente aí reside sua dificuldade. Não basta identificar uma rede e seus atores, é preciso vê-los, entendê-los e descrevê-los segundo a ANT.

De acordo com Callon (1995), o que caracteriza um ator na rede, seja ele individual ou coletivo, é seu envolvimento nas negociações, é sua contribuição no processo de estabilização, de acordo, de produção da rede. Atores, redes, relações, negociações, comunicação, apropriação. Esta seqüência de palavras tenta sucintamente apresentar as idéias evocadas naquele que talvez seja o conceito central deste referencial no que se refere aos estudos práticos de coletivos: o conceito de “Tradução”. Traduzir é fazer conexão, é se ligar a. Se há comunicação, há tradução. A tradução supõe também percepção, interpretação e apropriação, de forma que estão envolvidas nesta dinâmica tanto a “possibilidade de equivalência” quanto a “transformação” (LAW, 1992). Através deste conceito, o que autores querem afirmar são exatamente as transformações que se dão nos enunciados e tudo mais que circula na rede. Os atores – os nós compõem esta rede – se conectam pela tradução, permitindo-nos afirmar que eles próprios traduzem a si mesmos e aos demais e, ao mesmo tempo, são traduzidos.

Segundo Callon (1986), traduzir é uma espécie de atribuição de papel (“enrolment”) a um determinado ator pelos demais, produzida através da dinâmica da rede. Não há julgamento de verdade ao se analisar as traduções. Estas são sempre imperfeitas sem supor a existência de uma “versão correta” nem almejá-la. As traduções são individuais porque comportam apropriação, mas são também coletivas na medida em que, ao circular, podem arregimentar aliados.

Uma tradução bem sucedida depende da capacidade dos atores em fazer aliados, ou seja, definir papéis e convencer os outros a desempenhá-los, especialmente aqueles que queiram desafiar tais definições e ignorar as práticas que lhes são associadas (BENAKOUCHE, 1999, p. 20).

O trecho acima ratifica a idéia de que a tradução não é imposta; esta pode ser recusada, negociada, enfim, novamente traduzida. Nenhuma tradução seria, assim, fixa – o que a torna um processo de destaque em estudos que pretendem evidenciar a dinâmica da rede.

Se as traduções tornam evidente o jogo de forças presente em uma rede, é necessário que não só os vencedores – aqueles que arregimentam mais aliados – sejam considerados em estudos deste tipo. Latour (1994, 2000) propõe, então, que todos os eventos, enunciados e atores tenham igual tratamento no estudo da produção de determinado fenômeno⁹. Em outras palavras, humanos e não-humanos devem ser considerados em pé de igualdade, vencidos e vencedores devem ser encarados com igual relevância nas controvérsias que circulam na rede.

O “fato”¹⁰ deve ser mapeado em todo seu percurso, desde sua gênese, de forma a tornar evidente a dinâmica que levou tanto um enunciado ao sucesso – produzindo uma “verdade” – quanto os demais à estagnação, à “morte” – produzindo os “erros”.

Quando se fala em uma espécie simetria de tratamento, fala-se em uma atitude proposta com vistas a tornar explícitas as assimetrias e os embates de poder. Em outras palavras, distribuição em rede – diferentemente do que pode parecer a um

9 O “princípio de simetria” empregado pela sociologia da ciência, assinala que “no estudo da produção do conhecimento devem-se utilizar os mesmos critérios para se avaliar tanto as crenças consideradas ‘verdadeiras’, como as consideradas ‘falsas’” (BENAKOUCHE, 1999, p. 10). Com a ANT, o princípio de simetria é levado mais longe por Callon, que propõe o princípio da “Simetria Generalizada”. “Este consiste em utilizar, no estudo da tecnologia, um mesmo esquema conceitual, seja na consideração dos elementos que em princípio poderiam ser considerados sociais, seja na consideração dos elementos que em princípio poderiam ser considerados técnicos” (BENAKOUCHE, 1999, p. 13).

10 É feita aqui referência ao jogo de palavras que, ao menos em francês, serve de base para o questionamento feito por Latour acerca da produção de conhecimento. “Fait” pode ser utilizado tanto para denominar um “fato” quanto um “feito”; o que, para o autor, instiga a problematização daquilo que é tomado como dado, previamente existente. No intuito de mapear a genealogia dos “fatos”, estes são considerados como algo que foi em determinado momento “feito”. Ver Latour, 2000.

leigo – não equivale a dizer que o *poder* desapareceu ou se encontra homogeneamente distribuído; do mesmo modo, não se pode afirmar que não se produz, a partir da circulação do poder, certa hierarquização de papéis. Nesta rede circula *poder*, e isto é inegável. A dimensão urbana, por exemplo, constitui uma forma que se configura a partir dos jogos de ação e interação entre os atores envolvidos. Em maior ou em menor grau, atuam presidentes, governadores, prefeitos, arquitetos, engenheiros, policiais, usuários, etc. Circulam também valores, expressões específicas e/ou mistas de culturas e contextos que merecem maior aprofundamento para o entendimento da Rede como um todo. Não é uma mudança de foco, “não estamos falando do contexto social e dos interesses do poder, mas sim de seu envolvimento nos coletivos e nos objetos” (LATOURE, 1994, p. 10).

A lógica que estabelece poder na Rede fundamenta-se, sobretudo, na quantidade de conexões estabelecidas e/ou seu alcance (LATOURE, 2000; PEDRO, 2003a). A circulação de um enunciado na rede e seu poder de arregimentar aliados caracterizam o movimento de transformação do “feito” em “fato”, na medida em que fortalecem um “centro”, um nó. Sendo assim, alguns atores ocupam posições privilegiadas em comparação a outros, na medida do potencial de suas conexões. Pode-se dizer, então, que alguns atores emergem na rede como “porta-vozes” na medida em que falam em nome de outros atores. A ação dos porta-vozes consiste em traduzir os discursos e as ações dos grupos que de certa forma representam. Porta-vozes são, portanto, aqueles para os quais convergem os “afetos”¹¹ que circulam na rede, ou seja, as figuras pelas quais estes passam e tendem a retornar durante o processo de tradução. Os atores-redes que cumprem o papel de porta-vozes devem ser traduzidos como tal, revelando uma concentração de afetos ao invés de uma centralidade, o que significa dizer que este não é um papel necessariamente institucionalizado, mas sim contingente. Sendo assim, a dinâmica do poder em rede segue um modelo muito mais fluido que uma concepção estrutural de hierarquias arraigadas e inquestionáveis. Há o exercício do poder sim,

11 O termo “afeto” aqui utilizado tem ressonância com o conceito deleuziano de “affecto” ou “afecção” que, por sua vez, inspira-se em Espinosa e se refere a uma intensidade, a um poder que uma relação tem de aumentar ou diminuir a potencia de agir (PINTO, 2007).

mas de uma forma distinta, de uma forma não-vertical. Talvez fosse melhor evitar qualquer espécie de metáfora topológica para falar de hierarquia em redes; ou talvez, se insistíssemos nesta tarefa, chegássemos a um modelo de malhas tridimensionais com níveis cambiáveis, como se formassem uma rede cujo movimento remetesse à instabilidade marítima.

Quando se fala em configuração urbana e simultaneamente em poder, inclui-se também o conhecimento técnico como um ator que não possui neutralidade nesta dinâmica. Abordar este tema segundo o modelo de redes é afirmar que a materialidade e a sociabilidade caminham entrelaçadas. Longe de uma proposição etérea, a expressão “configuração urbana” refere-se também à materialização última de um planejamento e de apropriações. Fala-se, neste sentido, em cimento, em vergalhões, em tintas, plantas, bancos, mesas, passarelas, câmeras, etc. Fala-se, portanto, em “uma forma de construir relações entre pessoas, as quais, após um tempo, se tornam uma parte da paisagem” (WINNER, 1986, p. 4).

Na medida em que as traduções são em si mesmas o próprio movimento da rede – que faz circular ao mesmo tempo o poder – a heterogeneidade torna-se mais evidente do que se poderia imaginar em princípio. Dessa forma, vale considerar outro conceito extremamente importante para uma pesquisa segundo a ANT: o conceito de “*Controvérsia*”. As controvérsias técnicas e científicas têm sido tomadas por pesquisadores da ANT como um fértil campo de estudo para compreender o funcionamento da ciência propriamente dita (PEDRO, 2005). Segundo Callon (em PEDRO, 2005), entender o processo da ciência e da construção do conhecimento é mais um caminho possível para a compreensão da dinâmica social.

Os objetos técnicos – e os debates que suscitam em torno de sua produção e circulação – permitem-nos compreender o que pode uma sociedade e quais os seus limites, o que certamente não se restringe às suas possibilidades tecnológicas, mas sobretudo à sua política e sua ética (PEDRO, 2005, p. 6).

As diferentes versões, opiniões acerca de um mesmo fenômeno ou objeto técnico revelam sua complexidade – envolvendo não só questões técnicas, mas também políticas, sociais, etc. – especialmente quando a discussão se assenta e são

estabelecidos, mesmo que provisoriamente, os vencedores e os vencidos. No caso específico da vigilância, estão envolvidos um sem número de atores, de grupos tão distintos – a maioria deles distanciada do mundo acadêmico – que se poderia questionar a adequação da expressão “controvérsia técnica e científica” na abordagem do tema. Entretanto, Velho e Velho (2002) ratificam que as controvérsias não estão confinadas ao campo científico, até porque a ciência não se encontra separada da sociedade – basta que um dos atores envolvidos seja considerado um *expert*, cientista ou tecnólogo. Esta também parece ser a concepção de Nelkin (1984), para quem, quando uma questão deixa de ser considerada meramente técnica para se constituir como política, tem-se então uma controvérsia. Da mesma forma, Guessser (2006, p. 83) parece concordar com tal idéia quando afirma que “os temas que movem controvérsias estão ligados a questões que contradizem princípios e interesses pessoais ou coletivos”.

Mas existem algumas discussões que pouco ouvimos falar a respeito, e outras até que nem tomamos conhecimento...

Geralmente, as controvérsias costumam ser abafadas pois revelam a incerteza do saber científico (VELHO e VELHO, 2002) e, assim, algumas destas discussões tornam-se mais visíveis socialmente que outras (GUESSER, 2006), devido ao seu próprio conteúdo e pelos atores envolvidos. Desde o início de uma controvérsia, até seu fechamento, serão os grupos envolvidos na disputa que irão modular sua intensidade de acordo com a capacidade de difusão de suas idéias e de seu destaque no cenário social.

O valor de mercado que certos objetos técnicos e/ou produções científicas adquirem muito tem a ver com o jogo, com o embate característico das controvérsias. A defesa de um ponto de vista é, portanto, a defesa de uma visão de mundo, de um projeto social e de um mercado consumidor. As câmeras de vigilância, por exemplo, têm como defensores e críticos não só aqueles que estudam e/ou experimentam a vigilância, como também os que a vendem e aqueles que perdem mercado devido à sua presença.

Outra categoria de atores que, segundo Callon (1995) e Guessser (2006), vem adquirindo relevância cada vez maior em discussões científicas, é a do cidadão

comum. Por um lado, pode ser citada a iniciativa da *Avaliação Construtivista da Tecnologia* (ACT), que visa “estimular a integração de critérios sociais no próprio desenvolvimento tecnológico” (CALLON, 1995, p. 307), de forma a incluir desde a concepção de uma técnica os atores-adotantes. E por outro, exatamente porque o próprio grupo de atores-adotantes tem requerido uma participação maior nas disputas, de forma a evitar que o fechamento da controvérsia se torne uma imposição, uma ação de cima pra baixo, do governo sobre a população, por exemplo. A demanda – individual ou coletiva – é fazer frente à fala dos peritos / *experts* como um discurso que deve ser considerado com a mesma importância. Pode-ser dizer, ainda de acordo com GUESSER (2006), que os cidadãos, individualmente ou envolvidos em ações comunitárias / partidárias, têm buscado certa simetria no processo de tomada de decisões.

Os estudos de análise de controvérsias, com o objetivo de mapear então todo esse jogo de forças presente nas discussões tecnocientíficas, procedem pela descrição (LATOUR, 2004), pela busca de fatos e palavras que evidenciem as relações que se estabelecem (GUESSER, 2006). Assim, tanto os problemas quanto as vantagens de determinado objeto devem ser expressos nas falas de diferentes atores, através de diferentes fatos. Para a ANT, esse é o caminho da produção do conhecimento científico: palavras, ao ganhar aliados, ao circular na rede, fecham-se em si mesmas, produzindo um fato. Este fato também circula na rede, arregimentando mais aliados, até que se produza uma perturbação e este fato seja aberto, colocado em discussão novamente.

De acordo com Pedro (2005), a análise de controvérsias comporta três etapas. A primeira delas diz respeito à polissemia inerente ao tema, ou seja, às diferentes versões, de diferentes atores com relação à questão estudada. Durante esta etapa, busca-se identificar possíveis “porta-vozes” para todos os atores envolvidos na controvérsia e seus respectivos discursos. A segunda etapa da análise de controvérsias tenta dar conta de como o impasse produzido no embate das diferentes interpretações foi resolvido, se é que foi resolvido (pode ter sido abandonado), de forma a evidenciar qual foi a voz ou as vozes vencedoras. A partir desta informação, pode-se desenvolver a terceira etapa que diz respeito aos tipos

de relações estabelecidas entre os atores envolvidos e, simultaneamente, as relações destes com o fechamento da controvérsia.

Retraçando a trajetória de uma técnica e suas controvérsias, é possível descrever aquilo que Callon (1995) chama de “redes de concepção-adoção” segundo a ACT. A vantagem de se desenvolver uma análise neste sentido se deve ao fato de que

As opções tecnológicas trazem situações irreversíveis, resultantes do desaparecimento gradual das margens de escolhas disponíveis para aquele que decide: com o tempo, suas escolhas são inexoravelmente predeterminadas pelas decisões anteriores. Ao contrário de algumas decisões que sempre permanecem passíveis de serem revistas, aquelas que são materializadas em compromissos técnicos (...) conduzem a desequilíbrios duráveis e ao conseqüente descarte de opções que, com a vantagem da visão retrospectiva, poderiam ter sido pensadas como preferíveis a aquelas que foram efetivamente tomadas (CALLON, 1995, pp. 307-8).

Dessa forma, cabe pensar em que medida as câmeras de vigilância como política de segurança compõem uma dimensão fechada em franco debate, uma verdadeira *caixa-cinza*¹² em relação à qual cabem ainda vários questionamentos e, exatamente por isso, um campo riquíssimo para reflexão e debate.

Ao mesmo tempo em que constitui um “fato”, um “ator” visto como homogêneo, a cidade tornou-se uma entidade abstrata¹³, de difícil caracterização e delimitação. O presente trabalho lança mão, portanto, das proposições de Latour no sentido de mapear a organização material e imaterial que compõem os ambientes citadinos vigiados não mais com o intuito de estabelecer seus limites, mas sim de identificar possíveis conexões, como um coletivo que foi e continua sendo produzido. Ao se pensar as relações – e não apenas uma única relação – que compõem esta rede, várias figuras (atores) devem ser evocadas, chamadas à fala, para que seja possível compreender como e quais os efeitos de subjetividade produzidos.

12 “O termo caixa-preta (...) é utilizado na sociologia das ciências para falar de um fato ou de um artefato técnico bem estabelecido. Significa que ele não é mais objeto de controvérsia, de interrogação nem de dúvidas, mas que é tido como um dado (...). Quando uma técnica ainda não está completamente estabelecida como caixa-preta, falamos de caixa cinza (LATOUR)” (MINK, 1995, p. 176).

13 Esta idéia encontra inspiração no trabalho do sociólogo Zygmunt Bauman (2003), mais especificamente em sua reflexão sobre a Sociedade como uma entidade abstrata.

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1

CAPÍTULO 2:

UMA GENEALOGIA DA VIGILÂNCIA

Após a apresentação, no capítulo anterior, de conceitos e idéias básicas relativas ao referencial de redes sociotécnicas, escolhido aqui para abordar o tema da vigilância contemporânea em grandes centros urbanos, cabe concentrarmo-nos agora na prática da vigilância propriamente dita: nos atos de vigiar e ser vigiado. Agenciada atualmente aos avanços das novas tecnologias e às suas possibilidades, a vigilância nem sempre foi uma prática exercida através de câmeras, por exemplo. Seus contornos já foram bastante distintos e, certamente, alguns dos debates produzidos por suas diferentes dinâmicas já não estão em questão nos dias de hoje.

Latour (2000) assevera em sua obra que, para produzir algum sentido sobre o funcionamento de coletivos híbridos, como estes articulados aos dispositivos tecnológicos de vigilância, além de seguir os atores envolvidos no momento presente, é preciso buscar um pouco do percurso dessas redes. É preciso investigar os fatos, os acontecimentos que vieram produzindo a rede e que culminaram em sua configuração atual. Em outras palavras, recorreremos ao passado para dar inteligibilidade ao presente no sentido de desenhar uma cartografia da rede não só em seu eixo espacial, mas também temporal.

Neste capítulo da fundamentação teórica, portanto, pretendemos investigar a vigilância de modo amplo e traçar, na literatura, o percurso dessa prática sociotécnica desde sua gênese. Para nos auxiliar nessa tarefa, a idéia de uma “genealogia”, tal como proposta por Foucault (1998), parece-nos uma diretriz interessante a ser seguida na produção dessa pesquisa histórica. O próprio Latour (CRAWFORD, 1993) já teve a oportunidade de reconhecer em público a importância das teses foucaultianas em sua obra e, sendo assim, a proximidade entre as idéias de “gênese de uma rede” e a de “genealogia” deve ser evidenciada e, sobretudo, aproveitada.

Através da proposta de uma genealogia como pesquisa histórica, deixamos claro que nossa volta ao passado se opõe à busca de uma “origem” para o tema em questão (FOUCAULT, 1998). Estabelecer um ponto de partida, uma causa única para o fenômeno da vigilância, seria supor um sentido natural, uma forma essencializada, pura, para a mesma e, por conseqüência, deveríamos considerar o imprevisível como erro, como desvio de uma trajetória previamente concebida.

Tomando emprestada a expressão de Cukierman (2007), nosso objetivo aqui é produzir uma “narrativa-tapete”, ou seja, uma narrativa que mesmo parecendo harmoniosa, uniforme, completa, é efeito de um emaranhado de fios, tramados de forma tão tensa que o embate entre a singularidade e a multiplicidade se faz presente constantemente.

A “narrativa-tapete”, para a qual não é possível identificar uma causa única, foge à linearidade, produzindo-se em um movimento de ziguezague, em que “coerência e singularidade deixam de identificar a ‘essência’ da matéria e dos eventos e tornam-se contingenciais” (CUKIERMAN, 2007, p. 22). Sendo assim, o foco deste capítulo se concentra sobre os desvios, sobre os acontecimentos, no sentido que estes têm de não-lógicos, de irracionais, de imprevisíveis.

Vigiemos, então, para não descartar os saltos imprevistos durante o percurso como se fossem dados sem valor. Vigiemos para que o princípio de simetria empregado pela sociologia da ciência seja aplicado durante toda a pesquisa.

Apertai o cinto, ó viajante desta máquina do tempo! Apertai o cinto e vigiai! Lembrem-se deste princípio apenas! De bagagem, leve consigo somente um pequeno roteiro no qual estão listadas algumas descrições daquilo que procura:

vigilância

[Do lat. *vigilantia*.]

Substantivo feminino.

1. Ato ou efeito de vigilar(-se).
2. Precaução, cuidado, prevenção.
3. Zelo, diligência.

vigiar

[Do lat. *vigilare*, por via popular.]

Verbo transitivo direto.

1. Observar atentamente; estar atento a; atentar em.
2. Observar ocultamente; espreitar.
3. Velar por.
4. **Bras.** Procurar, campear.

Verbo transitivo indireto.

5. **P. us.** Tomar cuidado; estar atento; cuidar.

Verbo intransitivo.

6. Estar acordado ou atento; velar.
7. Estar de sentinela; estar alerta; velar.

Verbo pronominal.

8. Precaver-se, precatar-se, acautelar-se. [F. paral.: *vigilar*.] (FERREIRA, 2004).

Nosso destino: O Brasil do século XIX. Momento em que a corte portuguesa chega à cidade do Rio de Janeiro.

Poderíamos ter escolhido vários outros locais e momentos históricos para iniciar nossa investigação. Entretanto, como fica evidente em reportagem recente veiculada em mídia impressa (MATÉRIA 05, Anexo 1), na qual são exploradas as últimas iniciativas e proposições com relação à prática da vigilância na Inglaterra e na França, cada país, pela combinação de sua cultura-história, pela rede que articula, suscita questões em torno do tema bastante particulares. Na Inglaterra, por exemplo, a preocupação com a segurança, devido ao seu histórico recheado de ataques terroristas, parece ser o carro chefe e a principal questão em debate quando se concebe a vigilância e se estabelece uma política pública neste sentido. Já na França, a discussão em torno da “liberdade” pode ser percebida como de maior destaque. Na medida em que os cidadãos franceses, de modo geral, identificam na vigilância contemporânea alguma espécie de ameaça àquele que é um dos três principais ideais nacionais desde a Revolução Francesa, o debate se prolifera e está longe encontrar estabilidade. Redefinir um ideal que se encontra simbolizado até na bandeira nacional não parece ser um processo simples e de fácil negociação em um país como a França.

Para falar do Brasil, por sua vez, vale considerar o percurso dos outros países apenas no sentido de compreender como se produziu a dinâmica social brasileira também como efeito de suas relações em redes mais vastas, que se exportam para além de seus contornos geográficos. E é com a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro que um importante salto em nosso percurso tem lugar e uma idéia européia de vigilância começa a circular em nosso território.

Já que voltaremos dois séculos no passado, precisamos, então, de pistas! Precisamos de um guia! O tempo é curto e não podemos nos perder na história!

A obra “Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista” (2002), do historiador Robert Pechman, apresenta-nos algumas dessas pistas, algumas direções para a produção de uma tese interessante sobre a constituição do mundo citadino no Brasil, através de reunião de alguns documentos e textos de nossa literatura. Cabe apenas alertar, antes de nos determos um pouco em sua pesquisa, para o

fato de que em alguns trechos da referida obra, omitida a data de suas afirmações, tem-se a impressão que estas compõem uma descrição da dinâmica contemporânea. Essa característica, presente ao longo de todo esse trabalho histórico de Pechman, indica-nos sobretudo a vivacidade de sua tese e o quanto esse passado deve ser revisitado pois ainda nos é contemporâneo. Falar em contemporaneidade, neste sentido, é pressupor uma idéia de tempo tal como Serres (1999) a propõe: um tempo que não é necessariamente linear¹⁴.

Se você apanha um lenço e o estende para passá-lo, você pode definir sobre ele distâncias e proximidades fixas. Em torno de um pequeno círculo que você desenha próximo a um lugar, você pode marcar pontos próximos e medir, pelo contrário, distâncias longínquas. Tome em seguida o mesmo lenço e amasse-o, pondo-o em seu bolso: dois pontos bem distantes se vêm repentinamente lado a lado, até mesmo superpostos; e se, além disso, você o rasgar em certos lugares, dois pontos próximos podem se afastar bastante (SERRES, 1999, p. 82).

Amassemos o lenço, então!!!

A análise realizada por Pechman em sua tese desenvolve-se fundamentada em uma tensão produzida entre civilização (moderna) e barbárie. A produção de uma separação entre estas duas categorias foi o que possibilitou, segundo o autor, a constituição da ordem urbana brasileira.

Em meados do século XVIII, a sociedade brasileira era a expressão fiel daquilo que se entendia por barbárie: isolada da cultura ocidental – berço da civilização – e, em seu território, negros e índios por todos os lados. Preocupados com essa imagem, com esse Brasil bárbaro que se produzia, um grupo de intelectuais brasileiros, ao final do século XVIII – época de expansão do Iluminismo – acreditou que a única forma de integrar o Brasil à cultura ocidental, de produzir “civilidade” seria através da ciência. “Filhos da elite rural brasileira”, assinala Pechman (2002, p. 24), estes intelectuais, estudantes na Europa, “procuravam ‘adaptar’ os novos estudos científicos aos interesses materiais da elite colonial que vivia isolada do mundo”.

14 Nem uma linearidade que supõe progresso, nem uma seqüência constante de rupturas.

Neste sentido, a agricultura, como um não-humano que articulava a principal rede do país até a chegada da corte portuguesa, era o único actante¹⁵ capaz de agregar interesses dessa elite e tornar nacionais as questões locais (Pechman, 2002). A primeira noção de civilidade começa a se esboçar, então, mas ainda referente apenas ao desenvolvimento científico e técnico para a promoção do progresso através da agricultura.

A produção desse padrão civilizatório agrário se consolida entre as décadas de 30 e 40 do século XIX, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB. Tendo por lema a “luz” e a “ordem”, o IHGB é criado com o objetivo de esclarecer e organizar, de unificar no sentido geográfico e político um país que vivia um momento de “crise”, com várias revoltas espalhadas em seu território.

“(…) De um lado, os conflitos, a desordem, a barbárie e a infelicidade; de outro, a harmonia, a ordem, a civilização e a felicidade” (PECHMAN, 2002, p. 38). Em uma espécie de segunda versão da mesma oposição expressa entre civilização e barbárie, o par ordem-desordem passa a se fazer presente como categorias de delimitações precisas. E neste momento, o grande juiz, a quem cabe definir esses limites é o Imperador, o “historiador” supremo do IHGB.

A ordem está sendo tomada aqui como derivada de algum tipo de pacto social,

como uma das dimensões do novo processo de socialização, onde vão se constituindo e aperfeiçoando os mecanismos de contenção, enquadramento, legitimação e sedução a que é submetido todo e qualquer sujeito ou grupo que convive em sociedade (PECHMAN, 2002, p. 38).

Da Natureza à Cultura, da Barbárie à Civilização, da desordem à ordem, do Brasil rural ao Brasil urbano. De acordo com o Pechman (2002), o desvio da civilidade agrária ocorreu a partir da exploração de metais em Minas Gerais e, principalmente, da transferência da corte para a cidade do Rio de Janeiro. A moral

15 Na medida em que humanos e não-humanos devem ser considerados em pé de igualdade pois são ambos capazes de produzir diferença na dinâmica da rede, Latour propõe a utilização do termo genérico “actante” como uma forma de explicitar a caráter simétrico de sua antropologia. “Tanto as pessoas capazes de falar como as coisas incapazes de falar têm porta-vozes. Proponho chamar de *actante* qualquer pessoa e qualquer coisa que seja representada” (LATOURE, 2000, p. 138, grifo no original).

senhorial, encabeçada pelos grandes proprietários rurais, é substituída, então, pela moral cortesã, da qual vida social, festas, celebrações, teatro e aparência são verdadeiros ícones.

A noção de ordem social que passa a ser concebida a partir deste momento, derivada de uma “*política da aparência*” (PECHMAN, 2002, p. 44), em oposição à desordem (bárbara, rural, não-civilizada), para o autor, é uma tentativa de disfarçar o quanto essas instâncias se encontram misturadas. “É essa dinâmica entre os dois pólos que permite à sociedade recuperar o equilíbrio perdido em momentos de crise” (PECHMAN, 2002, p. 51) e de conflitos, na medida em que é possível apelar para a polidez, condição necessária ao novo status de civilidade.

Antes da chegada da corte ao país, ao sinal de desordem, era através da punição, da ação do Estado neste sentido, que as tentativas de trazer a ordem tinham lugar. A ordem era, então, sinônima de obediência passiva e silêncio. Após a instalação da corte na cidade do Rio de Janeiro, regido por uma “*ordem de aparências*” (PECHMAN, 2002, p. 44), o poder recai sobre o que aquilo que é visível. Quanto maior a visibilidade, maior o alcance dos tentáculos do exercício do poder. A ação do Estado passa a combinar à violência a contenção, e é através da polícia que sua ação pela polidez torna-se efetiva. Segundo o Dicionário Enciclopédico ou Novo Dicionário da Língua Portuguesa, publicado em 1868:

I) Polícia (do latim *politia*; do grego *polites*, cidadão; de *pólis*, cidade): governo e boa administração do Estado, da segurança dos cidadãos, da salubridade, subsistência, etc. Hoje, entende-se particularmente da limpeza, iluminação, segurança e de tudo o que respeita a vigilância sobre vagabundos, mendigos, facinorosos, facciosos, etc.

II) Polícia (do latim *politio*, de *polire*, polir, assear, adornar): cultura, polimento, aperfeiçoamento da nação, introduzir melhoramentos na civilização de uma nação.

A polícia dessa época revela, portanto, uma preocupação bastante ampla: com a estética da cidade; com o asseio – salubridade – e com os costumes.

Com relação à estética, pode-se perceber que a valorização da aparência chegou até a arquitetura da cidade. Entre as medidas publicadas pelo intendente de polícia

do Rio de Janeiro, nomeado por D. João VI, encontra-se inclusive uma proibição da construção de casas térreas que, segundo o mesmo, não eram condizentes à aparência de uma corte (PECHMAN, 2002). Era necessário tornar bela a cidade, “aformoseá-la”, de modo que esta fosse digna de abrigar a corte.

Quanto ao asseio, acreditamos que este tópico deve ser melhor explorado quando abordarmos a importância da medicina higienista no percurso histórico das cidades brasileiras. São na verdade os costumes que nos interessam neste momento, os quais foram alvo de um controle incisivo, especialmente no que se refere às práticas realizadas em espaços públicos.

Aos poucos, as ações de combate à desordem empreendidas pela polícia vão abandonando uma tradição unicamente repressiva e, em nome da civilidade e da decência, as práticas de sociabilidade vão sendo enquadradas segundo este novo referencial. “Costumes, comportamentos, governo de si¹⁶, sociabilidade e os seus derivativos – civilidade e polidez – devem ser vistos como elos na cadeia da configuração de uma ordem social” (PECHMAN, 2002, p. 77). A polícia passa a atuar, então, como agente civilizatório, e ações como punir, matar ou exilar os desviantes vão sendo substituídas pela tentativa de incorporação destes à dinâmica social sob a regência da civilidade – “fazer o infrator reconhecer o seu dever” (PECHMAN, 2002, p. 81).

Outro ator importante nesse processo de manutenção / produção da ordem eram os manuais de civilidade, vindos de Paris ou Lisboa. Estes manuais tentavam dar conta dos costumes tanto no que se refere ao seu foro privado quanto público, promovendo a articulação entre o comportamento pessoal, com normas de higiene, e o comportamento político, apresentando o modo “correto” de se portar no trato com as pessoas.

Mas toda essa preocupação com a ordem não seria um pouco obsessiva? Ou, em certa medida, excessiva? O que, de tão terrível, encontra-se no bojo da desordem? Do que se tinha (ou ainda se tem) tanto medo?

16 “Esse controle de si deve ser visto não mais só como uma expressão de foro íntimo, mas como um aspecto da civilidade a partir da qual revela-se sua dimensão social e política” (HAROCHE apud PECHMAN, 2002, p. 77).

Definir os motivos, a dinâmica que levou à produção dessa cisão clara e definida entre ordem e desordem, da qual a tentativa incessante de se manter a ordem através de um dispositivo de poder é efeito, talvez seja tarefa bastante trabalhosa e não nos seja possível em um trabalho tão breve.

A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa (...). Relação de poder, não relação de sentido. A história não tem "sentido", o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas (FOUCAULT, 1998, p. 6).

Entretanto, tal como detetives, podemos reunir algumas pistas e formular versões possíveis sobre esse fenômeno. A primeira delas, achamos no próprio Foucault (2002), quando este assinala que

atrás dos dispositivos disciplinares se lê o terror dos "contágios", da peste, das revoltas, dos crimes, da vagabundagem, das deserções, das pessoas que aparecem e desaparecem, vivem e morrem na desordem (FOUCAULT, 2002, p. 164).

Talvez ainda não possamos falar em uma "sociedade disciplinar" neste momento, no Brasil, tal como Foucault descreve esse período da sociedade ocidental européia, já que o modo de produção capitalista ainda não havia sido apropriado aqui com toda sua potência. E talvez a tradução brasileira deste funcionamento, além de momento próprio tenha características bem particulares.

Todavia, a ordem urbana brasileira se constituía, então, como expressão do exercício de uma civilidade que comportava controle do corpo e manutenção da hierarquia social. Segundo Pechman (2002, p. 86),

a civilidade serve, em última instância, para preservar a sociedade, para mantê-la incólume aos ataques que ameacem sua estrutura social. Não seria de bom-tom, enfim, subverter as hierarquias.

A ordem, portanto, tem a ver com manutenção de hierarquias e estratos sociais. Sendo assim, o estabelecimento de categorias como o moral e o imoral, o lícito e ilícito, era definido pelo Estado, cabendo aos súditos escolher seus caminhos e arcar com as conseqüências de suas escolhas.

Então o Estado era o Supremo Juiz, o topo da hierarquia social?

Pode-se dizer que acima do Estado, representado na figura do Rei, encontrava-se apenas Deus; este sim Supremo, definidor das hierarquias, as quais deveriam ser preservadas. Abaixo do Rei, os súditos, subjugados e em grande número; por isso, ameaça potencial à estrutura de exercício do poder.

Vigiar no sentido de prevenir é o novo conceito que a polícia elabora para controlar a desordem na cidade e que deveria recair sobre os dois grupos que, potencialmente, poderiam ameaçar a sociedade: os escravos e os vadios (PECHMAN, 2002, p. 99).

A idéia de que os escravos poderiam tentar, a qualquer momento, subverter a ordem social é mais ou menos clara, na medida em que estavam submetidos à exploração constante e a maus tratos. Quanto aos vadios, diferentemente dos escravos, pouco se podia fazer no sentido de obrigá-los ao trabalho. Sem donos e senhores, os praticantes do ócio passaram a representar grande perigo aos olhos da nobreza e do Rei exatamente por serem estes donos de seu próprio destino (PECHMAN, 2002). Tão logo esta ameaça potencial foi percebida, ambos os grupos passaram a ser entendidos como espécies de “classes perigosas”, mais facilmente passíveis a se tornarem verdadeiros criminosos.

De forma análoga, duas outras figuras sociais eram também encaradas com certo receio: os trabalhadores urbanos e a pequena burguesia. A categoria de trabalhador urbano ainda era algo estranho àquela sociedade (em processo de urbanização). Diferente do trabalhador rural – que era fixo e de relevância econômica reconhecida –, o trabalhador urbano vivia à procura de trabalho, trocando de posto, ou seja, tornava-se difícil distingui-lo do “vadio”. A pequena burguesia também se confundia com as demais “classes perigosas” justamente pela prática do ócio, por ter ocupação distinta daquilo que se entendia tradicionalmente por trabalho aliada à ausência de origem nobre.

Por não ter seu lugar na sociedade determinado exclusivamente pelo critério da fortuna e extensão dos seus negócios, era de suma importância para os negociantes de “grosso trato” adotar um certo estilo de vida, assim como associar-se à coroa e envolver-se com entidades religiosas e assistenciais da cidade (PECHMAN, 2002, p. 150).

A burguesia começa a figurar, então, como classe de maior honorabilidade na medida em que passa a financiar o Estado e a seguir as normas e códigos de uma sociabilidade cortesã. Os comportamentos se tornam mais cerimoniosos, e costumes característicos até então da nobreza avançam sobre a classe média e mesmo sobre as classes mais pobres.

A lógica da aparência inicia, a partir daí, o seu reinado. A sociabilidade cortesã, ao articular tanto o particular quanto o político, o corpo individual e o corpo social, o privado e o público, atua como uma espécie de maestro, cuja regência se faz segundo a dinâmica do ver-ser visto. O olhar do outro se configura, então, como um reconhecimento necessário, como condição de existência de cada cidadão.

É a questão do olhar, portanto, que se coloca como eixo a partir do qual toda a sociedade de ordens se movimenta. O olhar (do rei, do superior na hierarquia) controla, o olhar sanciona. É pelo olhar que a publicidade da ordem se manifesta. É no jogo de mostrar e esconder que a dominação se faz valer. Mostrar para impor, exhibir para se fazer temer, apresentar-se para seduzir. (...) A política é, portanto, um trabalho sobre as aparências (‘o ato justo é o ato belo’), pois para que o poder impressione, ele deve se tornar mais visível, ele deve mostrar sua face, com todos os apetrechos que servem para ‘mascará-la’, revelando-se mais do que na realidade é (PECHMAN, 2002, p. 238).

Essa sociabilidade cortesã, marcada pela valorização do olhar, da exposição, da aparência, acaba por atrair a atenção de toda a sociedade no sentido de tentar compreender sua dinâmica e, principalmente, seu lugar: a cidade. No campo da literatura, a crônica de costumes ganhou espaço e, da mesma forma em que outrora se inventariou o Brasil a partir da descrição de suas paisagens, de sua natureza, a busca de um conhecimento das cidades foi realizada visando à descrição da *natureza humana*. Ao extrapolar os limites da corte, o observador de costumes encontrou na cidade a diversidade dos tipos humanos, o inesperado e o

surpreendente, os quais entraram em cena na composição de uma identidade urbana brasileira. Neste sentido, o trabalho desses literatos contribuiu grandemente na formação de uma imagem unificada da cidade, que até então ainda não adquirira corpo.

É com a crônica de costumes e, principalmente, com a ação da medicina higienista que a cidade finalmente se corporifica como entidade integral. A tomada das epidemias e doenças como expressões da desordem social, faz da cidade um corpo a ser curado, a ser devolvida a ordem através da intervenção médica.

Assim, identificar a doença à 'periculosidade' do meio urbano é o primeiro passo na constituição do corpo da cidade, na medida em que a cidade é o *lugar* onde a doença encontra abrigo e condições para se desenvolver. (...) Deste modo, ao mesmo tempo em que se assiste ao olhar médico submetendo o conjunto da cidade e de suas atividades aos seus critérios de ordenação e controle, percebe-se como esse mesmo olhar vai delineando o corpo urbano que será objetivo de sua intervenção (PECHMAN, 2002, p. 176).

Vale ressaltar, contudo, que a medicina higienista (de laboratório) inaugura uma intervenção médica de ordem distinta daquela praticada pela medicina clínica. A lógica da aparência como forma de identificar a doença e o doente a partir de sua visibilidade adquire um novo contorno na medida em que entram em cena novos atores como o microscópio e todos os demais actantes que este tornava evidente. Cukierman (2007) relata e comenta uma cena interessante na qual um homem fora multado em sua casa por haver em seu quintal uma poça d'água repleta de larvas, mesmo ele não sendo capaz de vê-las:

Vê-la era ser civilizado – 'um homem civilizado tem obrigação de conhecer as larvas' – porém vê-la não mais pertencia ao reino da visão humana cotidiana e ordinária, uma vez que dependia fundamentalmente de um olhar apurado pelos novos instrumentos desenvolvidos pela ciência médica de laboratório (CUKIERMAN, 2007, p. 158).

O inimigo neste momento torna-se também microscópico e, dessa forma, gera-se toda uma discussão acerca das possibilidades e dos efeitos da medicina de

laboratório comparada à medicina clínica¹⁷. Entre os vários “efeitos de uma construção de visibilidades que privilegiava a paisagem povoada por seres infinitamente pequenos”, Cukierman (2007, pp. 157-8) cita o debate sobre a “invasão de privacidade patrocinada por aqueles novos médicos, sob o pretexto de fazê-lo em nome da ciência e da vida ‘civilizada’”.

Tratam-se os doentes como grandes criminosos, estabelece-se um vasto sistema de delações e perseguições, suprime-se o segredo profissional dos médicos, criam-se prêmios para os delatores, punem-se os médicos que não traem a confiança de seus doentes (LEAL em CUKIERMAN, 2007, pp. 163-4).

Cada canto da cidade, cada fresta, cada beco é visto pelos higienistas como um possível foco de doença que deve ser, portanto, combatido. Apelando ao discurso não só da ordem urbana, mas da ordem médica, o cotidiano da cidade foi perscrutado em seus foros público e privado, os comportamentos vigiados com fins de se evitar tanto a degeneração moral quanto a degeneração física. Cortiços e prostíbulos foram alvos clássicos desse movimento, o qual apontava para a necessidade de modernização da cidade.

Quando o século virar no Brasil e o anseio por modernidade se materializar nas reformas que o prefeito Pereira Passos projetava para a capital, a questão urbana estará sendo tematizada em todo o seu radicalismo. As posturas municipais impedirão a construção e a reconstrução dos cortiços e vários deles serão derrubados; quarteirões inteiros da cidade desaparecerão, obedecendo ao projeto de renovação da área central; milhares de pessoas perderão, além da moradia, o seu lugar de trabalho; os surtos de epidemia serão acompanhados pelo olhar vigilante das autoridades sanitárias; o espaço da cidade será esquadrihado à procura de ameaças a seu bem-estar; e hábitos e comportamentos da população serão enquadrados no sentido de fazer da cidade um modelo de convivência social (PECHMAN, 2002, p. 215).

17 Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, ver a obra de Cukierman (2007), na qual o autor relata o embate entre as “duas medicinas”, especialmente no que se refere ao episódio da “Revolta da Vacina”.

Cidade limpa e moderna. O “progresso” através de Pereira Passos chega arrasando as construções antigas, derrubando muros, desconfigurando a cidade do Rio de Janeiro. Espaços amplos e abertos (em seu sentido real ou figurado) eram a idéia de espaços modernos, nos quais não era possível se esconder o doente (ou a doença), muito menos o criminoso (ou o crime).

Com a transformação da cidade, transformou-se também a sociabilidade urbana. A ordem cortês da aparência, da personagem a ser desempenhada no espaço público perdeu lugar, para que o suspeito (sujeito ou comportamento) não pudesse ser disfarçado. A cidade moderna deveria abrigar a heterogeneidade inerente à sociabilidade e, ao mesmo tempo, torná-la evidente.

Os miasmas urbanos foram, assim, expostos; os inimigos foram expostos e, a essa altura, nem mesmo a gente poderia se esconder.

“À medida que o lado obscuro e desconhecido das cidades vai se materializando aos olhos do conjunto da população, um sentimento do terrífico se manifesta, obrigando à sua domesticação” (PECHMAN, 2002, p. 230).

Destarte, desenvolve-se uma dinâmica na sociedade urbana brasileira, a qual pode ser mencionada como efeito dessa nova configuração citadina, ou seja, como espécie de tentativa de trazer novamente a ordem a esse cenário caótico.

A perda da garantia frente ao desconhecido, antes proporcionada pela *politesse*, a expansão das classes mercantil e burguesa nas capitais do século XVIII, ‘acompanhada pelo aparecimento de muitas pessoas inclassificáveis [...] e pelo afrouxamento das posições sociais tradicionais’, traduziu-se numa grande hesitação. O novo sentido que a sociabilidade, a vida pública tomava gerava inquietação e incerteza diante da personalidade dos outros (...) (PECHMAN, 2002, p. 240).

Era preciso, portanto, produzir uma dinâmica que “garantisse” o controle e a regulação das relações sociais em uma nova escala, em uma escala macro, por assim dizer. Neste momento de nossa história, parece que finalmente a dinâmica da sociedade disciplinar se atualiza de forma mais incidente no Brasil. A lógica da aparência, então, se inverteu, segundo Foucault (2002). Não mais o “espetáculo”

da sociabilidade cortês, no qual poucos ficavam sob os olhares de muitos; mas agora “panóptico”¹⁸: a visão da multidão por um pequeno número de pessoas.

Foucault (2002) assinala que a sociedade disciplinar produzida a partir do mecanismo panóptico constitui-se na medida em que o exercício do poder se potencializa através da disciplina. Valer ressaltar, entretanto, que essa disciplina – tal como aborda Foucault (2002), não é uma disciplina apenas de constrangimento e de contenção. Seu objetivo é o aumento da produtividade dos sujeitos, de sua utilidade.

Mas utilidade para que ou para quem? Produtivos em que sentido?

A relação de soberania, concentrada na figura do rei, dá lugar dessa forma à relação de disciplina, misturada e distribuída pelo corpo social. O poder se torna “visível e inverificável” (FOUCAULT, 2002, p. 167) e

tem seu princípio não tanto numa pessoa quanto numa certa distribuição concertada dos corpos, das superfícies, das luzes, dos olhares; numa aparelhagem cujos mecanismos internos produzem a relação na qual se encontram presos os indivíduos (FOUCAULT, 2002, p. 167).

A ordem através do controle e da manutenção das hierarquias continua sendo a máxima desse novo modo de vigiar. Porém, a primazia do capital e o ritmo de produção industrial demandaram novos contornos para o exercício do poder. Era preciso que o poder fosse mais fluido, mais leve, quase que onipresente, mas ainda sob a tutela do Estado. Neste sentido, parece que o mecanismo panóptico configurou uma sociedade disciplinar bem sucedida. De acordo com o que Foucault (2002) defende, o poder na sociedade disciplinar se vê aperfeiçoado em seu exercício pois que é mais econômico (exige menos material, pessoal e tempo), tem caráter preventivo, funcionamento contínuo e mecanismo automático. Tudo isto a partir de uma relação específica entre o par ver-ser visto, na qual a lógica da aparência produz efeitos de poder no jogo de tornar visível ou invisível.

18 A descrição do “Panóptico” propriamente dito será devidamente desenvolvida no próximo capítulo. Aqui concentramo-nos apenas nos princípios que norteiam o seu funcionamento: a articulação entre visibilidade e utilidade como forma de exercício do poder; e seus efeitos.

Algumas pistas do modo como o Brasil traduziu a sociedade disciplinar e lidou nessa época com a questão da aparência podem ser encontradas na tese do próprio Pechman (2002). Segundo o autor, para controlar de um modo mais integral e garantir a ordem a partir da vigilância, ultrapassou-se o limite de uma exterioridade através de sua indissociação a uma interioridade. Regulação e julgamentos passaram a se fazer, então, tendo como parâmetro aquilo que era visível, portanto, exterior. Contudo, essa exterioridade implicava agora em uma interioridade congruente e vice-versa.

Vários campos se desenvolveram, dessa forma, na tentativa de identificar características exteriores que pudessem indicar uma interioridade perigosa, ameaçadora. A Fisiognomia e a Frenologia, durante um bom tempo, buscaram identificar nos corpos dos sujeitos os traços da criminalidade e da corrupção. Entretanto, sua capacidade de traduzir em evidências as associações feitas entre expressões faciais ou formatos cefálicos e a “alma” dos indivíduos mostrou-se ineficaz e, acusadas de falsificação das aparências, ambas as “ciências” entraram em declínio.

A aparência, mais que uma condição da privacidade da vida particular, transforma-se num tema da *política*. Trata-se aqui, portanto de uma questão de poder, de um lado, e de uma questão da ordem, de outro. Daí, a inevitável pergunta: como se constituir uma ordem, onde não se sabe com quem se está lidando, onde a ‘vida pública’ entra em declínio e onde a etiqueta deixa de ser a base sobre a qual o poder institui sua dominação? (PECHMAN, 2002, p. 236).

Hora de voltar, então, ao presente! Mesmo que algumas coisas ainda sejam muito parecidas, atualmente as possibilidades podem ser outras. E é um pouco sobre isso que quero pensar agora!

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1

CAPÍTULO 2

CAPÍTULO 3:

A VIGILÂNCIA COMO DISPOSITIVO SOCIOTÉCNICO

A exemplo do que fez o sociólogo Bruno Latour em seu livro "Jamais fomos modernos" (1994), vamos aos jornais, impressos ou veiculados pela internet, para começar a investigar as características do fenômeno da Vigilância nos dias de hoje. Extremamente vinculada ao tema da violência e da segurança, a vigilância tem se mostrado com uma espécie de solução natural ao quadro de desordem e medo que se instaura nas grandes cidades contemporâneas. Parece que a vigilância se tornou um meio privilegiado de reação e principalmente de prevenção, não só por parte de iniciativas privadas, mas também por parte do poder público.

Governo reforça segurança pública

Roriz lança Rotam e Sobradinho, Planaltina, Paranoá e São Sebastião ganham mais 90 policiais militares no combate ao crime

PATRÍCIA ALENCAR

[14/MAR/2006]

O Comando de Policiamento Regional Leste ganhou ontem reforço de 90 policiais da Rondas Ostensivas Táticas Móveis (Rotam), que se somarão ao efetivo existente de 320 policiais. A intenção é coibir a violência e a criminalidade nas cidades de Sobradinho, Planaltina, Paranoá e São Sebastião.

No lançamento da Rotam, o governador Joaquim Roriz afirmou que o novo grupo, que conta com 300 policiais, completa o projeto de segurança em todo o Distrito Federal.

- A Rotam vai potencializar o trabalho da Polícia Militar. Atenderá ocorrências policiais de médio e grande potencial ofensivo. Auxiliará o pessoal do serviço externo. Vamos investir pesado no combate ao crime, custe o que custar - disse Roriz.

O restante da equipe da Rotam - 210 policiais - vai auxiliar os comandos regionais Oeste (Brazlândia, Taguatinga, Ceilândia, Recanto das Emas, Samambaia, Gama e Santa Maria) e Metropolitano (Plano Piloto, Cruzeiro, Guará, Lago Sul e Lago Norte).

O comandante da Regional Leste, coronel Luiz Augusto Penna, explicou que além dos agentes nas ruas, seis viaturas e oito motocicletas vão auxiliar no combate à violência. Segundo ele, a Rotam é uma tropa de rápida intervenção de combate ao crime urbano. O reforço dado à região Leste representou um investimento de R\$ 616 mil.

- Há uma grande diferença entre a Rotam e o restante dos policiais militares. Os primeiros trabalham em equipe de, no máximo, cinco pessoas, estando prontos para operações rápidas e com alto grau de dificuldade. Já os demais soldados atuam, geralmente, em duplas - explicou coronel Luiz Augusto Penna.

Modernidade - O secretário de Segurança, Athos Costa de Faria, disse que o novo efetivo combaterá de forma mais eficaz o crime, principalmente de seqüestro-relâmpago e assalto à mão armada. Ele afirmou que a modernização é necessária e que a segurança pública e merece uma atenção especial para se adequar às técnicas mais recentes de combate aos crimes.

-Já foi o tempo do policiamento de dupla, os chamados "Cosme e Damião. O crime vem crescendo a uma velocidade espantosa. O meio de neutralizar essas quadrilhas que insistem em agir na cidade é com um policiamento moderno, com mobilidade, comunicação e rapidez - afirmou Athos de Faria.

Big Brother - Desde dezembro, 13 câmeras foram instaladas nas principais saídas e entradas de Sobradinho, abrangendo Sobradinho 2 e a Fercal. O objetivo é acompanhar movimentações de pessoas suspeitas, principalmente perto de agências bancárias. Quando há algum tipo de ação duvidosa, o 13º Batalhão de Polícia Militar é acionado. Agora, com o apoio da Rotam o serviço ganhará mais agilidade.

Para o comandante do 13º Batalhão, tenente Francisco Carlos Niño, o sistema tem dado resultado. Ele afirma que os casos de estelionatos foram reduzidos a quase zero na cidade.

O monitoramento eletrônico está instalado também no Plano Piloto. Já existem câmeras em pontos estratégicos como Rodoviária, Setor Comercial Sul, Torre de TV, Conic e Conjunto Nacional. Até o início de abril, Taguatinga e Ceilândia também serão cobertas pelo novo sistema.

Fonte: Jornal do Brasil

Disponível em: <http://www.jb.com.br/jb/papel/brasil/2006/03/13/jorbrs20060313002.html>

Quadro 1: "Governo reforça segurança pública" (reportagem)

A presença de policiamento ostensivo aos poucos tem dado espaço a uma forma de vigilância produzida na relação com novos dispositivos tecnológicos, pois aparentemente estes representam menor risco e garantem maior mobilidade e velocidade às ações de segurança. Outra característica da vigilância a ser considerada diz respeito ao modo com o qual esta "combate" a violência: sua atuação é, em si, não violenta, o que faz desta uma medida muito mais preventiva. De acordo com Sætnan, Lomell e Wiecek (2004), os circuitos fechados de câmeras de televisão¹⁹ vêm se constituindo, então, como a forma de vigilância mais utilizada na atualidade, sobretudo na Inglaterra, na medida em atendem a essas expectativas com relação às práticas de segurança. Diversos autores (BEYER, 2004; NORRIS e ARMSTRONG, 1998; PEDRO, 2005), em seus artigos, apresentam a Inglaterra como referência necessária aos estudos envolvendo estes dispositivos tecnológicos devido à sua presença maciça no cotidiano dos cidadãos, seja em praças, bancos, escolas, meios de transporte, etc.

Mas a instalação dessas câmeras não tem sido feita sem barulho. Muita gente reclama, é contra, apresentando motivos bem variados!

O primeiro ponto controverso, suscitado a partir da presença cada vez maior dos dispositivos tecnológicos de vigilância, especificamente no Brasil, é que por si só estes não constituem uma garantia de segurança. Na análise dos teóricos, sua eficácia é extremamente reduzida caso estes circuitos de câmeras não estejam articulados a um banco de dados, a softwares de identificação e reconhecimento (PEDRO, 2005) e a uma política de segurança adequada. É necessário um sistema integrado, capaz de gerenciar estas informações de forma a produzir um dispositivo eficiente de vigilância / segurança.

¹⁹ CCTV: *Closed circuit television cameras*.

Talvez esta posição de centralidade, de governo dessas ações, fosse uma característica do papel desempenhado pelo Estado durante a modernidade. Para Foucault (1995), o Estado Moderno assumiu em parte as atribuições do “poder pastoral” desenvolvido pelo cristianismo, entre as quais se encontrava a segurança como uma espécie de substituto “terreno” da salvação cristã. Entretanto, apesar de o Estado contemporâneo ainda exercer um forte governo sobre a dinâmica das cidades, a questão do totalitarismo está longe do que se evidencia hoje em dia. Este argumento encontra sustentação pois que não há uma centralidade na figura do Estado, por exemplo, regendo esses circuitos de vigilância²⁰. Os sistemas de segurança funcionam de modo fragmentado, e grande parte de seu gerenciamento se encontra sob a égide do poder privado – iniciativas isoladas, sem comunicação imediata, sem remissão automática a um banco de dados comum (KOSKELA, 2003).

Pedro (2005) afirma que os novos dispositivos tecnológicos de vigilância colocam em jogo uma importante articulação entre controle, risco, liberdade, segurança e visibilidade. Contudo a questão deste debate não tem por objetivo investigar uma espécie de nível ideal de visibilidade e liberdade para que a segurança esteja garantida e o risco minimizado. A questão é muito mais complexa a começar, por exemplo, pelas afirmações de Caldeira (2000), a partir das quais é possível entender as câmeras tanto como efeitos quanto causas da “fala do crime”. Segundo a autora, este tipo de narrativa acerca da violência atua em dois sentidos próprios. O primeiro deles é a “organização”, ou seja, mesmo que de forma a simplificar o fenômeno e a experiência da violência, essa espécie de discurso auxilia as vítimas a estabelecer “ordem e significado”, a “recriar um mapa estável para um mundo que foi abalado” (CALDEIRA, 2000, p. 28). Ao mesmo tempo em que organizam, essas narrativas produzem uma experiência do crime, da violência na medida em que propagam a idéia de perigo e insegurança, reforçam o medo, etc. “A fala do crime também ajuda a violência a proliferar ao legitimar reações privadas ou ilegais (...),

20 Entendo o Estado também como um efeito de rede ou como uma rede em si, pode-se dizer que o exercício de seu poder se encontra disperso, ramificado, e é dessa forma que sua força se expressa atualmente, na articulação com outras redes: diluindo sua centralidade, mas talvez se exportando para mais longe na medida em que sua dinâmica reforça e é reforçada pelas redes com as quais se agencia.

num contexto em que as instituições da ordem parecem falhar” (CALDEIRA, 2000, p. 27).

A dinâmica social que vem sendo produzida a partir da relação vigilância, (in)segurança e violência, parece também ter sido capturada pelo capitalismo como um entre vários outros produtos de comercialização. Cada vez mais surgem novas empresas de vigilância / segurança que alimentam o discurso e o clima de medo e lucram com as ressonâncias desse fenômeno. Tal fato nos permite afirmar, então – da mesma forma que Koskela (2003), Gary Marx (2002) e Pedro (2005) – o grande potencial de mercado como uma das características da chamada “Nova Vigilância”.

Ao usar a expressão “Nova Vigilância”, Marx (2002) atrela a esta os novos dispositivos tecnológicos como elementos estruturantes. Sendo assim, a dimensão sociotécnica é reforçada e, ao mesmo tempo, compreendida como indispensável para a abordagem do tema. Segundo o autor, a nova vigilância é muito mais fluida do que aquela definida nos dicionários, a qual se apresenta ainda muito tradicional, geralmente com um foco particular (“uma pessoa suspeita”). A nova vigilância tem seu alcance ampliado a partir da mobilidade possibilitada pelas novas tecnologias. Não mais a uma pessoa suspeita, mas a contextos; não mais limitada por barreiras espaço-temporais, mas instantânea e disponível aqui e agora. A nova vigilância adquiriu, portanto, status de onisciência e onipresença. “À medida que mais pessoas vão se tornando visíveis, mais as forças de controle tornam-se “invisíveis”” (PEDRO, 2005, p. 14).

O Grande Irmão está assistindo^{21!!!}

Dessa maneira, chegamos à que parece ser a maior controvérsia com relação ao tema das câmeras de vigilância. Se por um lado, a presença destas câmeras é capaz de diminuir a sensação de insegurança, de minimizar o risco à violência; por outro, revela, torna visível práticas e ações cotidianas indiscriminadamente, ou seja, de certa forma “ameaça” a privacidade e a intimidade dos sujeitos. Segundo Marx (2002), a nova vigilância é menos visível, ou até invisível, o que pode levar sua

21 “*Big Brother is watching*”. Esta expressão faz referência ao romance escrito por George Orwell, intitulado “1984”. Publicado no ano de 1948, o livro retrata através da ficção um futuro no qual a vigilância é onipresente, e o Estado (o Big Brother) tem total controle sobre a dinâmica social.

aceitação ou recusa ao extremo. Ainda de acordo com o autor, os avanços tecnológicos no campo da vigilância vêm dando outros contornos à mesma, de forma que o interesse em categorias de vigilância com ênfase em objetos mais massificados é uma característica relevante da Nova Vigilância (MARX, 2002). “Nas sociedades pós-modernas, poder, controle e ordem parecem ter se tornado mais dispersos e flexíveis” (KOSKELA, 2003, p. 293).

Acreditamos que esta questão pode ser colocada de outra maneira: o uso de câmeras, mais do que uma consequência natural e até mesmo necessária, é uma prática de exercício de poder. Que sociedade é essa, então, que se produz?, que subjetividades são essas que emergem como efeitos na medida em que os dispositivos tecnológicos de vigilância são atores presentes no exercício do poder?

O tema da vigilância como uma prática de controle e de exercício de poder foi amplamente trabalhado por Michel Foucault em sua obra “Vigiar e Punir”, do ano de 1975. Suas interpretações feitas a partir do modelo arquitetônico do Panóptico, criado por Jeremy Bentham, para pensar as relações de poder nas sociedades capitalistas modernas teve importantes repercussões nos mais variados campos de estudo. O Panóptico como estrutura de vigilância permitia que, de um ponto central, fosse possível observar todas as celas do conjunto, distribuídas ao redor, sem que “o olho que tudo vê” pudesse ser observado de volta. A partir de então, esta e outras obras de Foucault têm sido utilizadas como referência para esses estudos, seja no sentido de reforçá-las ou de criticá-las. Em trabalhos mais recentes acerca do tema, alguns autores afirmam que vivenciamos os efeitos de uma organização urbana panóptica, e outros uma espécie de era pós-panóptica. Contudo, este embate existente entre os teóricos na tentativa de encontrar um termo exato para definir a dinâmica social que envolve as novas tecnologias de vigilância parece ser menos interessante do que aproveitar as contribuições feitas tanto por Foucault quanto por autores que sugerem uma nova abordagem à concepção foucaultiana.

Nas próprias palavras de Foucault (1995, p. 241), a vigilância é um “procedimento de poder”. “Poder” este que, vale ressaltar, não possui valor fundamental, ou seja, não existe enquanto substantivo ou entidade abstrata. Quando Foucault (1995)

trata do poder, seu foco é, na verdade, o exercício do poder, as “relações de poder”, o poder enquanto ação de uns sobre outros.

Assim como os sistemas de vigilância, as formas de poder são múltiplas e, portanto, não exigem uma figura central como condição de possibilidade de seu exercício. Especificamente quanto à utilização de circuitos fechados de TV, Norris e Armstrong (1998, p. 8) afirmam que estes podem ser entendidos como “uma forma de poder de diversas dimensões”. Desta forma, a identificação de uma única figura a desempenhar o papel de “vilão” a ser culpado e cobrado, ou de “salvador” a se recorrer e de quem esperar amparo, torna-se inviável. Pode-se dizer que a situação é de fragmentação generalizada, a qual demanda uma abordagem segundo diferentes pontos de vista.

Por outro lado, Koskela (2003) defende como uma das repercussões do fenômeno cada vez mais intenso de vigilância dos espaços públicos, uma espécie de regulação, de normatização de ações e, portanto, de exclusão dos considerados desviantes. Coleman (2004) e Pedro (2005) acreditam, inclusive, que esta dinâmica reforça o papel do Estado e dos governos no sentido de reger e manter a ordem.

“Qualidade de vida” e segurança, segundo Coleman (2004), fazem parte do discurso defensor da ordem – palavra esta que se encontra estampada em nossa bandeira nacional. Para o referido autor, a articulação produzida entre esse discurso e o que defende a vigilância urbana se equivoca na medida em que apresenta uma idéia essencializada do espaço público urbano, a qual deve ser preservada. A normatização e formalização das cidades e de ações e comportamentos são, assim, efeitos notáveis desta dinâmica.

Vale convocar aqui os estudos desenvolvidos por Caldeira (2000) no Brasil, especificamente em São Paulo. Segundo a autora, a dinâmica de enquadramento, normatização e exclusão não constitui fenômeno isolado de uma cidade ou outra. Em maior ou menor grau, grandes metrópoles como Buenos Aires, Miami, Budapeste, Los Angeles, Johannesburgo e São Paulo se organizam de forma semelhante no que diz respeito à produção de exclusões justificadas pela oposição

violência-segurança, o que gera efeitos quanto ao exercício da cidadania e vigência da democracia²².

Marx (2002), por sua vez, afirma que não é tão fácil chegar a alguma conclusão sobre os efeitos produzidos pelas tecnologias de vigilância em relação à concepção de democracia. O autor defende que o Estado burocraticamente organizado, para produzir seu gerenciamento e planejamento, necessita do máximo de informações possível, principalmente aquelas obtidas através da vigilância. Todavia, nem mesmo a regência dessa máquina é uniforme, como observa Pedro (2005), da mesma forma que o Estado não é a entidade única detentora de um poder substantivo. Isto fica claro quando, em seu artigo, analisando matérias veiculadas em mídia impressa, a autora cita a fala de um Comandante da Polícia o qual afirma que os policiais, ao monitorar as imagens gravadas por câmeras, são também filmados como forma de garantir a confiabilidade de seu trabalho.

Se até a polícia tem que ser vigiada, quem vai ser o maestro a reger essa orquestra? Se não é o Estado, se não é o Rei... Deus?

É aqui talvez possamos fazer um paralelo entre a “vigilância” e a “crítica” da forma como esta última é entendida por Serres (1999). Assim sendo, tal como a segunda, a vigilância supõe a superioridade de uns sobre os outros na forma de seu exercício e pressupõe também a existência de uma figura sobre a qual não caberia a vigilância. Esta figura poderia ser a própria tecnologia de gravação ou mesmo um humano. Mas a ausência de confiança (PEDRO, 2005) e o medo do risco encontram-se tão generalizados de maneira que, ao que nos parece, experimentamos uma sociedade vigiada ao infinito.

A idéia de uma vigilância generalizada está intimamente ligada ao argumento bastante utilizado do “não ter nada a esconder”. Segundo esta vertente que defende o monitoramento constante, uma pessoa que age de acordo com aquilo que é aceito, com os comportamentos descritos como socialmente normais, não deveria

22 Entretanto, Caldeira (2000) apresenta como uma peculiaridade do Brasil, o fato de que este processo se intensificou ao mesmo tempo em que se evidenciou um avanço no sentido de conquistas de direitos no âmbito da legislação brasileira. O que ocorre em nosso país é o que a autora chama de “democracia disjuntiva”, pois que a dinâmica urbana move-se em sentido diametralmente oposto ao da democracia e, portanto, ao da cidadania.

ter nada a temer com a vigilância, nem se importar com qualquer espécie de invasão de privacidade (COLEMAN, 2004).

Este tipo de raciocínio é problemático menos porque a presença da vigilância se tornou desejada do que a experiência de medo e insegurança quando ausente.

Em uma espécie de remissão à concepção foucaultiana do panóptico, no qual o sujeito estava apenas ciente da possibilidade de ser monitorado sem saber o momento exato em que tal fato ocorreria, a localização específica das câmeras de segurança não tem sido revelada atualmente, como mostra a reportagem a seguir:

Câmeras vão monitorar o Centro **Tecnologia para reduzir a criminalidade**

[14/MAR/2006]

O secretário estadual de Segurança Pública, Marcelo Itagiba, inaugurou, ontem, os sistemas de monitoramento por câmeras do 5º BPM (Saúde) e do 13º BPM (Tiradentes). Orçado em R\$ 52 milhões, o projeto - considerado fundamental para garantir a segurança durante os Jogos Pan-Americanos de 2007 - tem a mesma tecnologia empregada nos Jogos Olímpicos de Atenas. Todos os 22 batalhões da Região Metropolitana serão equipados nas próximas semanas.

Cada uma das unidades recebeu dez câmeras com capacidade de se movimentar 360 graus e aproximar as imagens em até 200 vezes. Elas já estão espalhadas por pontos estratégicos da cidade, que não são divulgados por motivos de segurança.

O sistema transmite as imagens para seis computadores instalados dentro dos batalhões, que são monitorados 24 horas por dia, e para o Centro de Comando e Controle da Secretaria. Ao constatarem alguma ocorrência, os policiais acionam por rádio a viatura mais próxima.

Segundo o comandante do 5º BPM, tenente-coronel Roberto Rocha Barros, assalto a pedestres é o crime mais comum no Centro. O subprefeito do Centro histórico, Roberto Rocco, vê a iniciativa com bons olhos. Ele acredita que as câmeras aumentarão a sensação de segurança do cidadão e farão com que ele frequente mais essa área da cidade.

O 19º BPM (Copacabana) foi o primeiro a receber as câmeras, ainda em 2003. O 23º BPM (Leblon), o 17º BPM (Ilha do Governador) e o 22º BPM (Complexo da Maré) também já foram equipados. Segundo a Secretaria Estadual de Segurança Pública, com a ajuda da tecnologia, os índices de criminalidade diminuíram 50% em Copacabana.

Fonte: Jornal do Brasil

Disponível em: <http://www.jb.com.br/jb/papel/cidade/2006/03/13/jorcid20060313004.html>

Quadro 2: "Câmeras vão monitorar o centro" (reportagem)

Deve-se ter em mente, contudo, que a tentativa de eliminar as chamadas "zonas de sombra" – as quais não são alcançadas pela vigilância – como política pública não garante o controle das ações e a vigência da "ordem". De acordo com Bauman (2003), essa espécie de tentativa de controle da dinâmica urbana, que visa conter a

violência e estabelecer a ordem pode produzir cada vez mais exclusões, “guetificações”, que têm como efeito um sentido de liberdade bastante específico. Retomando as idéias de Foucault acerca do exercício do poder, pode-se dizer que há um jogo constante entre este e a liberdade. Todavia, esse jogo não é da ordem de exclusão e/ou oposição. Nas palavras de Foucault (1995, p. 245), a relação entre esses “trata-se (...) menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que de uma provocação permanente”. A idéia contida em suas afirmações é de que o exercício de poder só é possível sobre o sujeito livre. O poder é exercido sobre as ações e permite certa mobilidade. Se a limitação total for experimentada pelo sujeito, segundo Foucault, evidencia-se, então, um ato de violência – em um sentido muito mais corporal.

(...) Aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta ou imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes. Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; (...) não tem, portanto, junto de si, outro pólo senão aquele da passividade (...). Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que “o outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis (FOUCAULT, 1995, p. 243).

Seguindo as idéias de Foucault, é possível discriminar que a dinâmica urbana atual pode ser dita como violenta com relação aos corpos, em certa medida, e também de exercício do poder – o qual deixa espaço para uma gama considerável de respostas distintas. Particularmente com relação às câmeras de vigilância, é claro que sua atuação em si mesma jamais pode ser violenta, pois seu objetivo é combater a violência de um modo não violento. Dessa maneira, a liberdade se faz presente, mesmo que seja apenas uma “liberdade para circular” (PEDRO, 2005). Uma liberdade parece em certa medida fundamentar também os trabalhos de outros dois grandes autores: Deleuze e Guattari (1995). Quando estes tratam do papel estruturante das linhas de fuga no rizoma, estão tratando justamente da

liberdade de ação, que se vê restrita em algum momento, mas que logo em seguida se amplia. Vale dizer também que essa possibilidade de agenciamento, de fuga, está aberta em dois sentidos: tanto no que diz respeito à fuga ao controle; como também ao potencial de recaptura, de reinvenção do exercício do poder.

Devemos atentar, então, para o fato de que a presença das câmeras não é um fenômeno isolado, o qual deve ser culpado ou inocentado pela experiência de liberdade que se evidencia atualmente ou pelas patologias urbanas – muito menos glorificado e responsabilizado por toda sensação de segurança que conseguimos experimentar. A vigilância é um dispositivo complexo, articulado a outros de maior ou menor complexidade.

Ao que parece, os autores não discordam quanto ao potencial de exercício de poder das câmeras de vigilância. “Viver em sociedade é, de qualquer maneira, viver de modo que seja possível a alguns agirem sobre a ação dos outros. Uma sociedade “sem relações de poder” só pode ser uma abstração” (FOUCAULT, 1995, pp. 245-6).

Todavia, os efeitos dessas relações de poder e seus alcances não são tão consensuais. Se a intimidade e a privacidade, que permaneciam resguardadas do olhar do outro, parecem estar mais visíveis, alguns acreditam que este é um preço necessário a ser pago pela segurança. Outros já não vêem tanta eficácia na presença da vigilância no sentido de fazer da cidade um lugar mais seguro como um todo.

A idéia de Estado também aparece com total heterogeneidade. Ora com papel de salvador, ora de algoz, suas instâncias são questionadas quanto à sintonia e uniformidade. Que elementos são esses, que dinâmicas são essas, todos articulados aos dispositivos de vigilância?

Pensar esses dispositivos, atualmente, implica em pensar em sua dimensão sociotécnica, como uma rede que articula vários atores, produzindo tanto objetos como sujeitos.

Que tal explorarmos agora justamente estes efeitos de subjetividade produzidos em articulação com as câmeras de vigilância?

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1

CAPÍTULO 2

CAPÍTULO 3

CAPÍTULO 4:

ACERCA DA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

Hora de pensarmos que subjetividades podem se produzir como efeitos de uma rede de vigilância! Apenas antes de fazê-lo vale apresentar algumas idéias teóricas sobre o fenômeno da produção de subjetividade em si, do qual viemos falando desde o início de nossa viagem!

Sendo um dos objetivos desta dissertação explorar as contribuições do referencial de redes sociotécnicas para o estudo das relações heterogêneas entre sujeito-natureza-técnica, é interessante perscrutar o que os teóricos em consonância com esta abordagem discutem a respeito da subjetividade contemporânea.

Dessa forma, duas grandes idéias acerca da subjetividade serão apresentadas devido à sua relevância: (1) a subjetividade enquanto produção e (2) a subjetividade enquanto agenciada coletivamente em redes sociotécnicas.

Tanto a idéia de uma “produção de subjetividade” quanto à de agenciamentos sociotécnicos, pode-se dizer, foram deflagradas a partir da obra de Gilles Deleuze e Felix Guattari. Atualmente, vários outros autores compartilham destas idéias, entre eles Pierre Lévy e o próprio Bruno Latour – uma das maiores referências entre os teóricos das Redes Sociotécnicas.

Para entendermos as articulações entre estas duas idéias, vale evocar uma discussão bastante interessante feita por Latour em *Jamais fomos modernos* (1994), quando este trata da simultaneidade dos processos de purificação e hibridação, característicos da modernidade. Na referida obra, o autor apresenta a Modernidade como uma atitude que visa categorizar, separar, delimitar áreas, saberes, fenômenos, etc. Esta tentativa de purificação, segundo Latour (1994), produziu o que ele chama de proliferação dos híbridos, na medida em que torna evidente e multiplica as misturas existentes.

A proposta de Latour (1994) não é, desta maneira, investigar sujeitos e objetos como categorias distintas, de forma a buscar precisamente os limites que lhes são definidos – uma tarefa a seu ver impossível pois cada tentativa geraria ainda mais misturas. Ao invés disso, o autor assevera que para compreender os híbridos é necessário traçar sua gênese, ou seja, retratar o percurso de sua produção, investigar sua *rede de relações*: com o que se articulam, como se articulam e quais são seus efeitos.

A subjetividade é, assim, compreendida por Latour (2002) não como um dado, uma essência, uma interioridade, mas como uma *produção híbrida*. Da mesma forma, não há também um objeto absoluto que exista antes de sua relação com outro ator. A utilização da expressão “produção” aqui neste item é feita em referência direta à obra de Deleuze e Guattari – Latour, por sua vez, apesar de compartilhar esta idéia, prefere o termo “fabricação” justamente para enfatizar o caráter de artifício, de artefato, do par sujeito-objeto (MORAES, 2005). Em uma entrevista (Crawford, 2003), quando Latour é questionado com relação ao caráter de *realidade* daquilo que ele afirma ser fabricado, este responde que o par sujeito-objeto é tão real justamente porque é produzido.

Quando nos referimos ao par “sujeito-objeto”, estamos ressaltando a indissociação entre estas categorias²³. Em outras palavras, a idéia moderna de interior *versus* exterior; subjetividade *versus* objetividade está sendo rebatida como incapaz de dar conta dos fenômenos que se nos apresentam (LATOURE, 2001).

Segundo Rey (2002, p. 29), o estudo da subjetividade, portanto,

(...) pressupõe superar um conjunto de dicotomias que caracterizam as produções teóricas nas ciências humanas, como são as dicotomias entre o social-individual, o interno-externo, o afetivo-cognitivo, o intrapsíquico-interativo.

A dimensão coletiva da subjetividade torna-se clara, então, na medida em que focamos todos os seus agenciamentos. O sujeito só é sujeito em suas conexões, ou seja, este se encontra vinculado a um coletivo que o produz (LÉVY, 1993). De acordo com Guattari, a “Subjetividade é um agenciamento coletivo de enunciação” (Em PAIVA, 2000, p. 36), ou seja, ela é o efeito das conexões de uma rede. Portanto, é importante frisar que a “subjetividade” aqui não se confunde com “individualidade”.

Seria convincente dissociar radicalmente os conceitos de indivíduo e de subjetividade. Para mim, os indivíduos são o resultado de

23 A idéia de “sujeito-objeto” como um par indissociável não conflita com uma proposta de estudo da subjetividade, tal como feita aqui. A subjetividade tal como entendida nesta pesquisa, possui caráter coletivo, em relação direta a todos os agenciamentos que a produzem.

uma produção de massa. O indivíduo é serializado, registrado, modelado. (...) A subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo. Uma coisa é a individuação do corpo. Outra é a multiplicidade dos agenciamentos da subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 31).

O que se chama comumente de Sujeito, de Subjetividade, segundo Law (1992) é um efeito de Rede. Tal como o cientista no laboratório – que faz falar objetos – quando fazemos o “sujeito” falar, toda uma trama está sendo revelada, está-se dando voz à rede à qual se conecta um ator e que o produz como sujeito.

É como se cada sujeito traduzisse a rede a qual se conecta no ato de falar!

Em “Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiche”, Latour (2002) se empenha na tarefa de tornar evidente a produção de subjetividade através da observação de um processo oposto, ou seja, sua “liquefação”. Acompanhando algumas sessões de etnopsiquiatria, o autor nos apresenta uma espécie de equivalente subjetivo de um laboratório, no qual normalmente são produzidos objetos e fatos. O esforço dos vários profissionais envolvidos nessas sessões em não partir de uma interioridade do sujeito permitiu não só que os “pacientes” percebessem sua subjetividade de “doentes” como produzida, mas também que eles a produzissem diferentemente.

É como se, em três horas, assistíssemos à liquefação progressiva do sujeito psicológico que se desprenderia lentamente do paciente, migraria pouco a pouco para o meio da consulta e terminaria por ali se dissolver, para se configurar inteiramente de outro modo (LATOURE, 2002, p. 72).

Ao tratar do tema da produção de subjetividade, Deleuze e Guattari fazem referência aos movimentos de “territorialização” e “desterritorialização” (PINTO, 2007). Produzir subjetividade é se agenciar, é formar território, é estabilizar certa configuração, produzindo o coletivo. Nessa produção de território, a subjetividade é modelada segundo identificações, normas, instituições, convenções, enfim, segundo os agenciamentos coletivos articulados. Entretanto, segundo os próprios autores,

toda produção de subjetividade, toda territorialização supõe uma desterritorialização, produzindo linhas de fuga, capazes de escapar à massificação.

O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 31).

O que Pedro (2003b) chama à atenção nesse processo de subjetivação – tanto no sentido de sujeição quanto no sentido criativo – é o papel dos não-humanos tecnológicos no sentido de redefinir os contornos de nossa humanidade. “Conceber humanidade e tecnologia como pólos opostos é, com efeito, descartar a humanidade: somos animais sociotécnicos e toda interação humana é sociotécnica” (LATOURET, 2001).

A tarefa de uma antropologia simétrica que envolve atores-objetos, humanos e não-humanos é, portanto, cartografar sua constituição como um coletivo. Segundo Latour (2002), para entender a dinâmica em cena na rede, descobrir de que esses são feitos, deve-se desobjetificar os objetos e dessubjetivar os sujeitos. Em outras palavras, a proposta é justamente traçar o caminho inverso da epistemologia e da psicologia tradicional; ou seja, operar um desmanche dos objetos (mundo), dos atores (sujeitos) e das representações – aquilo que os ligaria de alguma forma, segundo o pensamento moderno. Assim, a idéia de seguir os atores, de traçar o percurso de uma determinada técnica parece ser um caminho interessante para o estudo da subjetividade contemporânea, na medida em que estão intimamente imbricados.

Calma! Já vamos segui-los! Não ficaremos mais perdidos se esperarmos um pouco ainda. É preciso ter fresco na memória aquilo que nos interessa nessa jornada. Então, rapidamente, vamos passar que pontos, que questões do processo de subjetivação nos interessam especificamente. Vamos listar entre as discussões referentes aos dois eixos de reflexão escolhidos para a pesquisa aquelas que mais se destacam.

4.1. SEGURANÇA

Eu vivo sem saber
 até quando ainda estou vivo
 sem saber o calibre do perigo
 eu não sei
 da onde vem o tiro

por que caminhos você vai e volta
 aonde você nunca vai
 em que esquinas você nunca pára
 a que horas você nunca sai
 há quanto tempo você sente medo
 quantos amigos você já perdeu
 entrincheirado, vivendo em segredo
 e ainda diz que não é problema seu

E a vida já não é mais vida
 no caos ninguém é cidadão
 as promessas foram esquecidas
 não há Estado, não há mais nação
 perdido em números de guerra
 rezando por dias de paz
 não vê que é sua vida que se encerra
 como uma nota triste nos jornais

O Calibre (Herbert Vianna)

De acordo com Bauman (2008, p. 9), vivemos atualmente em uma “era de temores”. Pólo exatamente oposto àquilo que se sente hoje em dia, a segurança enquanto categoria, portanto, aparece nos discursos como uma sensação que é experimentada na sua falta, ou melhor, no desejo de alcançá-la. Dessa forma, apesar de ser um tema evidentemente articulado à discussão trazida aqui, não havia sido planejado um item único para sua abordagem justamente por essa dificuldade e por sua grande complexidade.

Entretanto, a segurança, mesmo que uma “entidade abstrata”, se faz presente em vários debates que problematizam os grandes centros urbanos, trazendo geralmente vinculadas as questões da violência, do medo, da exclusão, da sociabilidade e da confiança e, sendo assim, adquiriu status de eixo de reflexão no presente trabalho na medida em que os dados coletados exigiram tal desvio.

Segundo Caldeira (2000), o Brasil como todo, mas especialmente suas regiões metropolitanas, vem sendo marcado fortemente, desde a década de 1980, pelo

.....

aumento dos crimes violentos. Ao mesmo tempo em que isto ocorre, Bauman (2008) afirma que o medo é um produto também de nossa sociedade capitalista, regida pela dinâmica do consumo, a qual demanda a todo o momento que se fabriquem consumidores para os mais variados produtos; entre estes, aqueles que prometem garantir a segurança.

Parece, então, que violência, desigualdade social, má distribuição de renda, encontram-se freqüentemente entre as justificativas ou indícios que tentam dar conta dessa segurança, que não se sabe muito bem o que é, nem como investigar, tal qual o medo. Nem mesmo as estatísticas policiais, recorridas como se fossem termômetros capazes de aferir o fenômeno da violência, conseguem abarcar a totalidade dos crimes na medida em que se fundamentam apenas em denúncias oficializadas burocraticamente.

Sendo assim, a idéia do perigo objetivo perde sua força nos dias de hoje: a violência de um local não é somente avaliada pelos sujeitos através dos crimes que ali ocorrem. Lugar violento é muito mais aquele no qual há o risco, a possibilidade de violência, aquele que é dito e comentado como tal. Um lugar assim transpira o medo de seus moradores e alimenta o imaginário de toda uma população que, para gerenciar o risco, evitá-lo-á e, quando isso não for possível, munir-se-á de todos os cuidados necessários para passar por ele e sair ilesa (CASTRO, 2005).

Como efeito também desse medo que nos assola, a rua se esvazia como local de sociabilidade, de trocas, e no lugar dela, surgem os condomínios, os shoppings, verdadeiros “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000).

No sul da França, já surgem, seguindo o modelo norte-americano, residências de alto padrão protegidas por redes de câmeras de vídeo-vigilância ultra-sofisticadas. Muros de aço galvanizado, portões automáticos que funcionam por controle remoto e câmeras de alta resolução permitem visualizar em detalhe a entrada da residência e identificar cada visitante. Uns vinte conjuntos desse tipo serão entregues em 2002 (MAZOYER, 2001, p. 3).

Criam-se, dessa maneira, categorias de exclusão, pólos de identificação e localização do Bem e do Mal. Nikolas Rose (2000) defende que esta tentativa de

separação, ou “purificação”, produzida no exercício do controle define dois tipos de estratégia: os “circuitos de inclusão” e os “circuitos de exclusão”. Exemplos dos primeiros, os condomínios, os enclaves, os shoppings devem isolar os cidadãos do perigo que ronda ao “lado de fora”, garantindo-lhes sua segurança. Os circuitos de exclusão, por outro lado, locais mais gerais ou mesmo bem definidos, como favelas, cortiços, espaços marginais, por assim dizer (CALDEIRA, 2000), são reservados àqueles que representam em si o perigo. Qualquer tentativa de mistura destas instâncias, destes dois circuitos, deve ser evitada pela ação de uma vigilância constante em ambos, certificando, assim, que os locais protegidos não serão “invadidos”, ou “contaminados” por fora, nem por dentro, a partir de uma zona de sombra de onde o Mal poderia brotar.

Talvez o que aterrorize a sociedade não sejam as diferenças identificáveis e visíveis entre os locais percebidos como do Bem e do Mal. A segurança, segundo se acredita atualmente, deve ser efeito de uma transparência que possa oferecer controle e previsibilidade (CHEVITARESE e PEDRO, 2005). Talvez o medo, então, a sensação de insegurança, seja efeito muito mais daquilo que não se pode ver e, portanto, não se pode prever.

Bauman (2008) publicou recentemente uma obra na qual apresenta três tipos de medo: (1) Os que se referem a ameaças ao corpo e suas propriedades físicas; (2) aqueles que refletem o temor à perda de estabilidade social do sujeito e (3) os que identificam perigo com relação ao lugar que se ocupa no mundo (ameaças à identidade, hierarquia social, etc.). Entretanto, é o “medo secundário”, defende Bauman (2008), que mais atormenta e causa sofrimento atualmente, na medida em que se encontra desacoplado de um motivo específico, podendo se referir a cada um dos três tipos citados acima.

A força do medo, e o sentimento de impotência e insegurança que se sente diante deste, é muito maior quanto for sua ubiqüidade (BAUMAN, 2008). O Estado moderno, a quem cabia a proteção dos cidadãos em troca de obediência, pouco pode fazer com relação a esse medo tão fluido e onipresente. E neste sentido, portanto, lança-se mão cada vez mais de expedientes e estratagemas que possam dotar o mundo de certa confiabilidade, de certa previsibilidade.

Dessa forma, articulando consumo e segurança, identifica-se a proliferação de dispositivos tecnológicos de vigilância não só nos espaços urbanos, mas em estabelecimentos comerciais, culturais, esportivos, empresas, meios transporte, etc. O “olho que tudo vê” talvez possa garantir a segurança de alguma forma: seja diminuindo o risco ou a probabilidade do risco, ou mesmo afastando a incerteza, a dúvida, definindo os contornos desse “risco”.

A vigilância, portanto, pode ter caído nas graças da sociedade ocidental pela expectativa que se tem de que essa figure como uma espécie de solução perfeita ao medo do desconhecido: uma luz na escuridão! Lançar os olhares onde não se podia ver, acumular informações para se estabelecer previsões, produzir um objeto para se temer: talvez sejam esses os grande trunfos da vigilância.

Contudo, a vigilância urbana, como solução ao quadro de violência, não é um fenômeno isolado. Ela faz parte de um tipo de fenômeno de fetichismo com relação à vida privada que produziu não só efeitos extremos como as casas de paredes transparentes, mas também programas de entrevistas, “*reality-shows*” (BRUNO e PEDRO, 2004), nos quais nem no banheiro se escapa à vigilância. Não poder fazer a conexão entre o que é interno, íntimo, e o que é externo e público é estar obsoleto, ultrapassado ou ter algo a esconder²⁴. Neste sentido, para se evitar os olhares desconfiados, além de ter nossas ações visíveis, devemos seguir uma cartilha de comportamentos categorizante e, por isso, problemática.

Que questões, então, estão envolvidas nessa visibilidade propiciada pelos dispositivos tecnológicos de vigilância?

4.2. VISIBILIDADE

Privacidade
Propriedade
Proibida

Uma rede imensa
Super vigilância
Omnipresente
Omniciente

²⁴ A esta questão, Carla Neves (2007) dedicou especial atenção em sua dissertação de Mestrado em psicologia, na qual o “orkut” – comunidade *on line* de relações em rede – foi tomado como objeto de reflexão e estudo.

Quem não deve, não teme
 Abre-me o teu coração
 Em liberdade, fala verdade
 Eu sou o teu Grande Irmão

Sei onde tu estás
 Sei sempre onde tu estás
 O que sentiste
 O que tu fazes
 O que pensarás
 Quem vive, quem morre
 Quem come, e quem passa fome
 Passa tudo pela minha mão
 Agradece ao Grande Irmão

Sei onde tu estás
 Sei sempre onde tu estás
 Sei onde tu estás
 Sei sempre onde tu estás
 Tu estás na minha mão
 Eu sou o Grande Irmão

Privacidade (Tim)

Ao trazer aqui o tema da visibilidade articulado aos dispositivos tecnológicos de vigilância, convocamos outros que também fazem parte desta questão, tais como “privacidade”, “intimidade”, e “liberdade”.

Apesar de os dispositivos tecnológicos de vigilância comportarem usos dos mais variados como, por exemplo, a localização de pessoas desaparecidas, sua escolha como uma espécie de solução natural ao quadro de violência tem sido a justificativa mais utilizada para sua proliferação (BEYER, 2004).

Sob a lente das câmeras, entretanto, nas telas de uma central de vigilância, não estão apenas os criminosos, os vilões. Tal como estes, as pessoas “inocentes” também estão sendo vigiadas, assistidas – no duplo sentido da palavra. A utilização das câmeras de vigilância em espaços públicos faz com que, indiscriminadamente, práticas e ações tenham cada vez mais visibilidade, atingindo níveis de publicização progressiva, ou seja, é possível afirmar que aquilo que se chama de vida íntima, o espaço da liberdade e da verdade segundo Bruno e Pedro (2004), tem se tornado cada vez mais visível, mais público, por assim dizer.

É da exterioridade da ação e do comportamento que se extrai ou se projeta a subjetividade, com uma identidade e uma individualidade que não estavam previamente presentes. O ato de vigilância não se dá sobre um indivíduo já constituído; ele projeta, antecipa um indivíduo e uma identidade potencial (BRUNO, 2004, p. 117).

Neste sentido, Beyer (2004) identifica um problema que envolve os dispositivos tecnológicos de vigilância no fato, por exemplo, de que ao agir de um modo não esperado²⁵, ou simplesmente apresentar semelhança física com algum “criminoso”, um sujeito pode ser automaticamente interpretado e identificado como suspeito.

Rose (2000) afirma que, na medida em que a conduta observada de um sujeito é tomada como indicativo de sua periculosidade presente ou potencial, a mensagem transmitida revela uma espécie de recusa desse indivíduo em participar de nossa “comunidade moral”. Sendo assim, sanções contra esse tipo de transgressão devem ser empreendidas segundo o esquema: “nomear, envergonhar e culpar” (ROSE, 2000, p. 322).

A proliferação das câmeras de “segurança” em lojas, supermercados, bancos, estradas, repartições públicas, residências ilustres, etc, tem nos tornado “públicos”: somos potenciais “protagonistas” torcendo para permanecermos “apenas desconhecidos” (CHEVITARESE e PEDRO, 2005, p. 141).

Seguindo este raciocínio, as câmeras de vigilância podem atuar em um sentido de monitorar e regular as ações de acordo com uma “lista de comportamentos” permitidos e proibidos, reforçando a idéia de Rose (2000) acerca dos circuitos de inclusão e exclusão comentados anteriormente.

Para Rose (2000), o controle exercido nos dias hoje, capaz de produzir esta separação em dois circuitos distintos, é tão mais efetivo que um controle central, como seria o do Estado Moderno, na medida em que é empreendido por vários tipos de organização, de grupos, de indivíduos e até de saberes, os quais têm em vista evitar o risco.

25 Sobre este ponto, ver também a dissertação de mestrado em sociologia de Marta Kanashiro (2006).

Proteção contra risco de crime através de um investimento em medidas de segurança se torna parte das responsabilidades de cada indivíduo ativo. (...) [Os indivíduos são encorajados] a se protegerem contra riscos de crime e a tomarem conta para não fazerem de si vítimas do crime (ROSE, 2000, pp. 327-8).

Ao trazer a questão da responsabilidade individual de cada cidadão no exercício do controle, Rose (2000) nos aponta para uma situação que Chevitarese e Pedro (2005) definem como paradoxal. A vigilância constante a qual nos encontramos submetidos exige uma renúncia à privacidade e à intimidade, na medida em que de zonas de sombra o perigo poderia se espalhar, colocando-nos em risco. Entretanto, esta vigilância, que se diz “nos invadir”, pode ser também desejada, pois “talvez nesta ação que parte de uma recusa da ‘sensação de liberdade’ possa ser encontrada a ‘liberdade que nos resta’” (CHEVITARESE e PEDRO, 2005), uma espécie de “liberdade para circular” (PEDRO, 2005).

Beyer (2004), em seu artigo acerca dos efeitos dos dispositivos tecnológicos de vigilância sobre o sentido de privacidade, ressalta que as câmeras de vigilância não são apenas uma realidade presente, mas também vêm ampliando sua capacidade de monitoramento. Câmeras de alta resolução, softwares de identificação facial e visão noturna são algumas entre as novas possibilidades de vigilância. Dado este fato, como uma verdadeira caixa preta, é possível identificar problemas em dois sentidos distintos.

O primeiro deles é, na medida em que se tem consciência do monitoramento, os cuidados com a segurança podem acabar sendo delegados aos dispositivos de vigilância ou a todo coletivo articulado a estes, esvaziando a responsabilidade individual e, dessa forma, concentrando ainda mais o controle.

O segundo problema, sobre qual Beyer (2004, p. 9) nos alerta, consiste no fato de que “quem é observado, normalmente, não estima o que é feito com as imagens, quanto tempo elas serão armazenadas, quem terá acesso a elas etc”. Em outras palavras, nem sempre há o conhecimento e o consentimento por parte de quem é observado.

“Como a vigilância contemporânea é em sua maioria efetuada à distância, o anonimato e a invisibilidade do observador crescem ainda mais com relação à

modernidade, assim como aumentam o seu caráter híbrido” (BRUNO, 2004, p. 120). Vale lembrar, então, que as imagens são vistas por humanos, interpretadas por estes e/ou processadas por softwares. “Que papel sobre a subjetividade e a identidade pode ter um observador sem rosto e sem nome, tão maquínico quanto humano, muitas vezes ignorado pelos indivíduos sob vigilância?” (BRUNO, 2004, p. 121).

Dessa forma, alguns autores afirmam que a intimidade e a liberdade vêm adquirindo novos contornos em favor do progresso, da segurança, da ordem e até da estética. Não cabe neste item uma discussão a respeito da eficácia dos dispositivos de vigilância no combate à violência, mas sim dos efeitos que produz em termos do sentido de intimidade e liberdade na atualidade. Certamente, a presença das câmeras configura uma dinâmica que facilita algumas conexões e dificulta outras, ou seja, criam-se modos específicos de sentir, de perceber, de experimentar o mundo. Portanto, investigar as repercussões deste tipo de experiência na produção de subjetividade é o que se propõe neste trabalho.

Através do que se evidencia na Rede, a questão da produção de subjetividade requer maiores investigações. A idéia foi, após a pesquisa bibliográfica, desenvolver um estudo de caso com o objetivo último de observar que subjetividade é essa que se produz como efeito desta rede articulada em torno dos dispositivos tecnológicos de vigilância. Até que ponto o referencial trazido para o diálogo auxilia e enriquece a discussão? Como os atores traduzem suas relações, como traduzem uns aos outros e a si mesmos?

Mãos à obra, então!

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1

CAPÍTULO 2

CAPÍTULO 3

CAPÍTULO 4

CAPÍTULO 5:

DESENHANDO A CARTOGRAFIA DA REDE



Para esta dissertação, foi proposta como estratégia de pesquisa a realização de uma *Cartografia* de uma dada rede na qual se evidencia a presença dos novos dispositivos tecnológicos de vigilância. Através do mapeamento das relações que se estabelecem nessa rede, pretendeu-se dar visibilidade aos temas abordados durante a revisão bibliográfica tal como estes se encenaram no cenário em foco.

A idéia de uma Cartografia como estratégia de pesquisa possibilita uma discussão riquíssima sobre o tema abordado. O papel desempenhado pelo cartógrafo é explicitamente o de sujeito da pesquisa, ou seja, sua atuação como participante não só é levada em consideração, como adquire lugar de destaque. Portanto, uma cartografia é verdadeiramente um trabalho ímpar, um trabalho que convoca novos outros a se apresentarem, enfatizando a importância de que é uma tarefa a ser refeita, pois no instante em que se mapeia uma dada dinâmica esta já se alterou.

A cartografia, nesse caso [de paisagens psicossociais], acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos (ROLNIK, 1989, p. 15).

“Seguir os atores” na rede é um mote interessante para se chegar a estes sem determiná-los previamente (LATOUR, 2000). Desta forma, identifica-se os envolvidos na trama, dando voz a todos indistintamente. Vale ressaltar, apenas, que o pesquisador é um destes atores. Na verdade, o pesquisador será seu porta-voz, aquele que fala por todos os outros, coletando e traduzindo suas falas. Quando o pesquisador se permite escolher os caminhos privilegiados para seguir os atores e o faz conscientemente, produz-se assim uma cartografia que diz respeito a uma situação específica, a um momento específico, segundo determinado pesquisador. Tais características não são vistas aqui como nefastas ao desenvolvimento da pesquisa; são, na verdade, encaradas como de total relevância para a alimentação de um campo fértil de conhecimento. Desta forma, uma Cartografia pareceu ser uma estratégia interessante na medida em que o objetivo deste trabalho é enriquecer o debate acerca do tema, é multiplicar os sentidos atribuídos ao mesmo

fenômeno, apresentando alternativas, desnaturalizando aquilo que possivelmente ainda se apresenta como “natural”.

Para Rolnik (1989), o objetivo de uma cartografia é colher os elementos necessários que sejam capazes de traduzir os afetos em jogo. Desta maneira, não há restrições ao uso de qualquer espécie de fonte na pesquisa. É próprio do cartógrafo fazer uso de referências dos mais variados tipos, extrapolando, por vezes, os limites dos rótulos disciplinares, daquilo que é encarado como científico, para a esfera das artes, dos saberes populares, etc.

Cartografar é, portanto, mapear, é descrever. É revelar ao mesmo tempo em que produz.

Resta agora esclarecer “Como?”.

Vimos falando, durante a fundamentação teórica, desse “objeto”, dessa rede sociotécnica, desse coletivo produzido através das relações que se estabelecem entre sujeitos e objetos técnicos. Foram apresentados, dessa forma, os conceitos e idéias mais importantes do arcabouço teórico das redes no sentido de explicitar sua relevância para o tema escolhido. A tentativa, agora, é investigar como estes mesmos conceitos auxiliam na análise, produzindo uma experiência de aplicação prática.

Se estamos falando de coletivos que se produzem nas relações entre os atores (humanos e não-humanos), vale retomar o conceito de “tradução” como fenômeno privilegiado de investigação. Buscou-se, portanto, evidenciar as traduções recíprocas ocorridas na rede: como cada ator se traduzia e era traduzido pelos outros. Entretanto, o foco de observação e estudo foram as relações, as ligações entre os atores e não os atores como uma individualidade. A idéia é realçar o caráter coletivo da rede, avaliando a dimensão individual apenas através de sua repercussão na rede ou como efeito da rede.

5.1. OPERACIONALIZAÇÃO

A Cartografia feita foi constituída a partir do mapeamento da dinâmica da rede escolhida. Este mapeamento teve por foco as traduções recíprocas entre os atores, nas quais puderam ser percebidos o desempenho de papéis, as tensões, as controvérsias, etc. Os temas emergiram na própria dinâmica de seguir os atores,

por mais que tenhamos estabelecido alguns vetores de análise. Como eixos de “coleta de dados”, a pesquisa foi conduzida no sentido de evidenciar as traduções em dois níveis: *práticas* e *discursos*.

No âmbito das práticas, propôs-se a realização de observações de caráter etnográfico.

Quanto aos discursos, já que o fenômeno em questão se nos apresenta com grande complexidade e caráter multifacetado, a tentativa foi de coletá-los através das mais variadas fontes, tais como contribuições científicas e artísticas, reportagens veiculadas na mídia, documentos e, principalmente, entrevistas com os atores da rede. Estas entrevistas tiveram especial ênfase na experiência dos atores, em todos os seus níveis, tal como relatada pelos mesmos.

Com o objetivo de evitar recair em uma espécie de solipsismo, o olhar sobre as entrevistas se deu no sentido de buscar os temas recorrentes – suas divergências e convergências entre os atores. Para dar visibilidade a estas questões, então, propôs-se que esta pesquisa qualitativa fosse baseada no método de “Análise de Controvérsias”, que visa justamente evidenciar as tensões e o modo como estas se desenvolvem ou são resolvidas.

A “Análise de Controvérsias”, como método de pesquisa de campo, encontra-se ainda em fase experimental²⁶. Contudo, sua proposta vem se desenvolvendo a partir do referencial teórico da “antropologia simétrica”, fortemente fundamentada nos estudos do sociólogo Bruno Latour e outros teóricos afins. O referido método tem por foco o mapeamento da gênese da rede e sua atual situação, buscando identificar os atores e as questões que concorreram para que esta se constituísse como uma trama bem sucedida, ou seja, estável mesmo que provisoriamente. Pretendemos agregar também a estes dois momentos de investigação da rede, um terceiro, que diz respeito a uma prospecção pensada pelos atores como possibilidade para o futuro. Desta forma, articulando os dois eixos de evidência das traduções e os três momentos da rede, tem-se o quadro a seguir:

26 Para maiores esclarecimentos, ver produção recente do grupo de pesquisa “Cultura Contemporânea: Subjetividade, Conhecimento e Tecnologia” (CNPq), em especial os trabalhos vinculados ao projeto “Redes e controvérsias: conhecimento e inovação na sociedade tecnológica”: Pedro (2005), Nobre e Pedro (2006) e Pedro (2006). Ver também Guesser, 2006.

Eixo de coleta de dados	Mapeamento da Rede		
	Gênese	Situação atual	Visão de futuro
Práticas			
Discursos			

Quadro 3: Operacionalização da pesquisa

A presente pesquisa foi desenvolvida em um só bloco, com incursões a campo entre os dias 18 de julho e 20 de novembro de 2007, ou seja, sem intervalos de tempo e, portanto, o acesso às práticas tal como estas se dão só foi possível no momento presente (“situação atual”), através de observações de caráter etnográfico. Tanto a “gênese” quanto a “visão de futuro” constituíram-se, assim, como momentos sobre os quais foram coletadas informações apenas segundo os discursos dos atores envolvidos.

Para selecionar os participantes da pesquisa, foram identificados como porta-vozes *a priori* figuras de autoridade, tais como governantes, guardas municipais, policiais militares, técnicos, diretamente relacionados à gênese da rede estudada e sua atual “administração” bem como alguns usuários do local escolhido. Estes últimos foram identificados a partir de sua presença no espaço e entrevistados em um único momento de interação com o lugar. Assim pretendeu-se garantir que representantes dos mais variados grupos frequentadores do espaço pudessem participar indistintamente. De qualquer forma, durante a pesquisa, algumas outras categorias de atores a participar foram identificadas e agregadas ao grupo entrevistado.

Como explicitado no “termo de consentimento” (Anexo 2), assinado por todos os participantes, as entrevistas concedidas foram transcritas e poderão ser utilizadas em materiais de divulgação da pesquisa, mantendo certamente o sigilo acerca da identificação dos entrevistados, que serão denominados aqui através de iniciais. As demais informações foram e serão reveladas na medida em que contribuírem para melhor contextualização do perfil dos participantes, bem como para compreensão dos relatos. Este cuidado resguarda em certa medida os usuários entrevistados, porém talvez não fosse suficiente com relação às figuras de autoridade já que em alguns casos é possível notar sua relação com a rede, permitindo provavelmente sua identificação. Sendo assim, para cada participante foram usadas as iniciais do

nome de outro em sua identificação e, ao mesmo tempo, recorreu-se a outras fontes no sentido de complementar os relatos e também de confrontá-los com os dados obtidos.

5.2. LOCAL DE PESQUISA

A idéia de se desenvolver a pesquisa no Município do Guarujá surgiu a partir de uma primeira visita à cidade, com fins de turismo, durante o primeiro semestre do ano de 2006. Pode-se perceber ao longo de grandes trechos da orla, cartazes fixados poste a poste, tais como o da figura 01, nos quais se chamava a atenção



Fig. 01: Cartaz de divulgação do monitoramento

para o monitoramento por câmeras realizado no local. Como ainda se estava elaborando a parte teórica do projeto desta pesquisa, a idéia, que precisava ser amadurecida, ficou aguardando o melhor momento para ser explorada, o que não tardou muito.

Alguns meses depois, antes mesmo da submissão do projeto à banca, iniciou-se uma busca por informações sobre a política de vigilância no Guarujá, para avaliar a possibilidade e as vantagens de escolhê-lo como local de pesquisa, apresentando, assim, uma proposta mais completa.

Como primeira ferramenta de busca, foi utilizado o site <www.google.com.br>, no qual palavras como “vigilância”, “câmeras” e “Guarujá” foram articuladas em suas combinações possíveis. Por se tratar de uma ferramenta de busca com pouca especificidade, os resultados encontrados foram numerosos e bem variados. Logo na primeira página, entretanto, selecionados alguns links que nos pareciam mais diretamente vinculados ao tema que nos interessava, recorrentemente as matérias abordadas faziam alusão a um caso de assalto ocorrido na cidade, no mês de dezembro (MATÉRIAS 06 a 11,

Anexo 1). Segundo os porta-vozes do caso, em geral repórteres, através da instalação de um sistema de vigilância por câmera, um cidadão pode, da Alemanha, assistir em seu *lap top* ao assalto em sua casa, no Guarujá. Imediatamente ele conseguiu acionar a polícia local, que prendeu o ladrão ainda na casa. Os tons dessas reportagens encontradas parecem celebrar a presença da tecnologia como uma espécie de bem-feitora, a responsável ou grande facilitadora na repressão deste crime. Entretanto, antes de se pensar essa aparente repercussão positiva da vigilância como indicadora de sua grande aceitação por parte dos atores envolvidos, pode-se entender a profusão de matérias em tons de aprovação muito mais como indícios de que a rede articulada aos dispositivos de vigilância na Cidade do Guarujá encontrou certa estabilidade.

Ao que tudo indicava, então, reservado o tom das matérias, a prática da vigilância repercutia bastante na cidade. E tal fato, de certa forma, propicia uma multiplicação nos atores envolvidos e, por conseqüência, uma multiplicação dos sentidos atribuídos ao fenômeno, que podem não estar tão evidentes quanto reportagens de internet. Sendo assim, a cidade nos instigava e, a princípio, atendia muito bem aos objetivos propostos no projeto. Mas ainda era preciso entender um pouco mais sobre o que é o Guarujá, suas características, suas histórias e, partir daí, seus envolvimento com a vigilância.

Uma fonte bastante interessante nessa investigação, também possibilitada pela internet, foi o site oficial do município: “*Guarujá Cidade Feliz :: Prefeitura Municipal de Guarujá. SP*” <www.guaruja.sp.gov.br> (fig. 02).

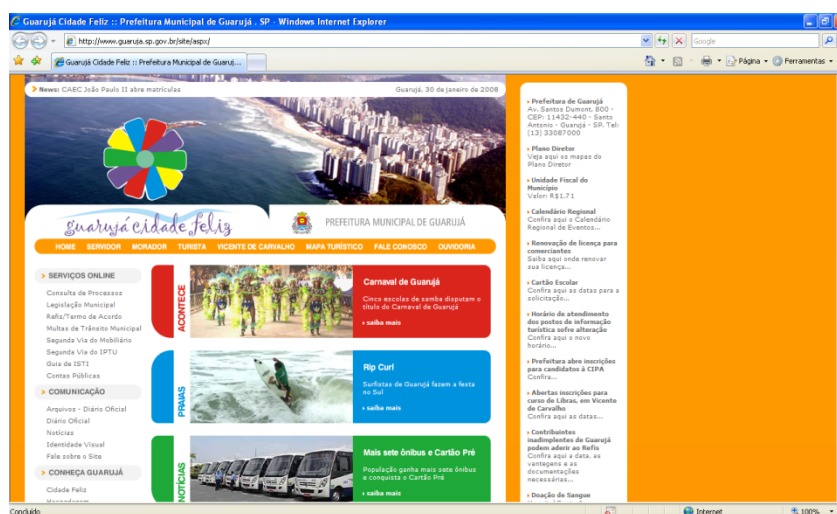


Fig. 02: Site da prefeitura

Antes mesmo de visitar a cidade já é possível ter uma idéia do clima e da cultura do local apenas ao abrir sua *home page*. A expressão “Cidade Feliz” salta aos olhos e se pode perceber em vários detalhes do site uma preocupação com a produção de uma boa imagem da cidade principalmente para aqueles que nela não moram.

Os visitantes realmente têm lugar de destaque no portal, que apresenta uma breve descrição do município, além de dicas de hospedagem, roteiros, pontos turísticos, eventos, etc. Entre algumas de suas “pérolas” encontra-se o seguinte histórico:

Fundada em 02 de Setembro de 1.893, como empresa balneária com capital de 600 mil contos, Guarujá, contava com um hotel, um cassino e 50 chalés. Passou a Prefeitura Sanitária de Guarujá em 1.926 e somente em 30 de junho de 1.934 conseguiu completa autonomia, pela lei dos Municípios (Prefeitura Municipal do Guarujá, 2008, grifo no original).

O nome “Prefeitura Sanitária”, mesmo que vigente por pouco tempo e há muitos anos, revela que tipo de herança foi deixada na cidade por seus primeiros governantes e moradores. Expressões que remetam a um bom funcionamento da cidade tornam-se necessárias para a produção e divulgação de uma boa imagem, capaz de promover o turismo a uma das grandes fontes de recursos – senão a principal – como o é atualmente.

A cidade do Guarujá localiza-se no litoral do estado de São Paulo / Brasil e tem por limites o Município de Santos, do qual o separa o Canal de Bertioga, e o Oceano Atlântico. Sendo a terceira maior ilha do Estado de São Paulo, o Guarujá dispõe de um conjunto de 18 praias e possui 137 Km² de área ocupada. A área do Município é constituída pela Ilha de Santo Amaro, da qual também faz parte do Distrito de Vicente de Carvalho. Segundo o censo/2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população fixa da Ilha de Santo Amaro é de 265.155 habitantes. Deste total, 136.830 pessoas residem no distrito de Vicente de Carvalho e 128.325 em Guarujá (PREFEITURA MUNICIPAL DO GUARUJÁ, 2008). Assim como pode ser visto no mapa (fig. 03), para facilitar a localização dos principais pontos turísticos da ilha, os profissionais da área de turismo referem-se a



Fig. 03: Foto aérea do Guarujá
Fonte: www.maps.google.com

esta comparando-a com um “dragão”, com cabeça, asas, patas dianteiras e traseiras e cauda.

A partir desses dados iniciais, foi empreendida uma busca por informações mais oficiais, por assim dizer, que mencionassem a vigilância dentro do próprio site da cidade. Através do recurso de busca disponibilizado na *home page*, encontrou-se um número grande de resultados, mas novamente notícias, links

ou notas; nenhum documento apareceu na lista, e a pesquisa no diário oficial *on line* tampouco foi produtiva.

Todavia, com total acesso às descrições das Secretarias Municipais, suas equipes e atividades, descobriu-se que a vigilância por câmeras, ou o monitoramento, como é chamado na cidade, é responsabilidade da Guarda Municipal, que se encontra vinculada à Secretaria de Defesa Social.

Na tentativa, então, de continuar coletando dados, para reunir o máximo de informações possíveis, a pesquisa através do *Google* foi retomada e, finalmente, chegou-se a algumas pistas sobre o processo de instalação de câmeras na cidade. De acordo com as matérias 03 e 04 (Anexo 1), durante a temporada do ano de 2005, ou seja, entre os meses de janeiro e março, foram instaladas cerca de dez câmeras em uma área reduzida da cidade (a praia de Pitangueiras) como uma espécie de estudo piloto para avaliar a utilização destes dispositivos no combate ao crime e à violência. Utilizando as estatísticas da Polícia Militar no que se refere à incidência de crimes ocorridos na região, a iniciativa foi avaliada como de grande êxito, conseguindo assim apoio para um projeto de caráter mais duradouro.

Aos vinte e oito dias, portanto, do mês de dezembro de 2005, foi inaugurado o CIOP, o Centro Integrado de Operações, que tem por carro chefe a atividade de monitoramento de vários pontos do município através da instalação de trinta câmeras, cujas imagens encontram-se sob os cuidados da Secretaria de Defesa Social (MATÉRIA 12, Anexo 1).

Toda essa preparação percorrida etapa por etapa, com relatos disponíveis até pela internet, parecia facilitar o trabalho de mapeamento. Um mapeamento de uma situação bastante específica: uma iniciativa razoavelmente bem sucedida em um local onde a preocupação com a imagem, devido ao seu potencial turístico, era evidente.

Proposta aprovada pela banca, bastava identificar os porta-vozes para começar a multiplicação dos sentidos!

5.3. PORTA-VOZES

A idéia inicial era entrevistar pessoas com diferentes tipos de inserção na rede: moradores da cidade, visitantes, vendedores que atuassem em áreas vigiadas, compondo assim um grupo de heterogêneo de sujeitos monitorados; da mesma forma, seriam buscadas também pessoas envolvidas direta ou indiretamente no processo de monitorar em si, tais como operadores da central, supervisores, técnicos e representantes do poder público.

Claro que havia uma abertura para modificações nesta idéia inicial e algumas adaptações realmente foram feitas na medida em que quando se está em campo, inserido na própria rede, todo um leque de possibilidades e impossibilidades não imaginadas *a priori* aparecem.

O grupo de pessoas que a princípio denominávamos “moradores”, por exemplo, continha em si mesmo bastante heterogeneidade. Havia aqueles que moravam na cidade desde que nasceram e desconheciam, portanto, qualquer outra dinâmica ou outra forma de cotidiano. Do mesmo modo, havia os moradores de muitos anos, os mais recentes, aqueles que possuem residência na cidade mas só vêm nas férias, etc.

Seria interessante poder contar com a participação de cada um desses, o que, por contrapartida, tornaria a pesquisa de quase impossível operacionalização.

Outro exemplo pode ser dado no que se refere ao grupo dos operadores do monitoramento. Entre eles, guardas municipais, policiais militares e bombeiros. Neste caso específico, o grande número de guardas municipais de plantão comparados a um único policial militar por vez (e à ausência de um bombeiro – que só se integra à equipe durante a temporada), facilitava bastante o acesso aos primeiros ao mesmo tempo em que dificultava o acesso aos demais, que acabaram por não participar da pesquisa.

Durante o desenvolvimento do trabalho de campo, cogitou-se também a possibilidade de incluir um novo grupo de entrevistados, aqueles que tivessem sido presos por cometer algum delito sob a lente das câmeras. Uma idéia bastante interessante, mas logo abandonada por demandar uma articulação intensamente burocrática e visitas a lugares pouco desejados pelos pesquisadores.

Os vendedores, por sua vez, não possuíam a disponibilidade desejada para que se gravasse uma conversa segundo um roteiro organizado. O dinamismo de suas atividades exigia uma informalidade na abordagem, que deveria perdurar também ao longo do diálogo; e assim foi feito.

A dificuldade maior, entretanto, para surpresa e decepção, foi a recusa constante dos visitantes da cidade em participar da pesquisa. Alguns chegaram a afirmar que não eram as pessoas mais adequadas para conversar sobre o que quer que fosse referente ao município, esquivando-se com desculpas do gênero. A partir dessas recusas recorrentes e do próprio movimento de seguir os fluxos da rede, optou-se por tomar alguns moradores em contato freqüente com os turistas como seus porta-vozes.

Sendo assim, a presente pesquisa pode contar com a participação de homens e mulheres, cujas idades variavam entre 15 (quinze) e 80 (oitenta) anos, sendo alguns destes “moradores” fixos da cidade e os demais considerados como “visitantes”. A proposta de se entrevistar tanto os sujeitos que são apenas monitorados, como aqueles que participam da atividade de monitorar, foi posta em prática e, dessa forma, criou-se o grupo de participantes denominados “vigilantes”. Além de conversas informais, sempre que possível (mesmo que fosse necessário um segundo encontro), foram realizadas entrevistas – que seguiram roteiros semi-estruturados

(Anexos 3 e 4)²⁷ – as quais foram numeradas de acordo com a ordem de sua execução (ver última coluna do Quadro 4).

De maneira esquemática, então, os porta-vozes envolvidos durante este trabalho encontram-se melhor descritos no quadro a seguir:

Participantes	Sexo	Faixa etária	Envolvimento na Rede	Coleta de dados		
				Conversa informal	Entrevista	Nº
1. MA	fem	30 - 40	Vigilante	✓	✓	5
2. VT	mas	40 – 50	Vigilante	✓		-
3. MP	mas	15 – 20	Morador / Porta-voz de visitantes	✓		-
4. J	mas	15 – 20	Morador	✓		-
5. H	fem	40 – 50	Morador	✓		-
6. C	fem	40 – 50	Visitante	✓	✓	1
7. AM	fem	40 – 50	Visitante	✓	✓	1
8. RM	fem	15 – 20	Morador		✓	2
9. E	mas	30 – 40	Morador		✓	3
10. AO	fem	30 – 40	Morador / Porta-voz de visitantes	✓	✓	4
11. M	mas	30 – 40	Vigilante		✓	6
12. V	mas	30 – 40	Vigilante	✓	✓	7
13. A	mas	30 – 40	Vigilante	✓	✓	10
14. SA	fem	30 – 40	Morador		✓	8
15. N	mas	15 – 20	Morador / Porta-voz de visitantes	✓	✓	9
16. S	mas	30 – 40	Vendedor	✓		-
17. R	mas	70 – 80	Morador		✓	11
18. B	mas	20 – 30	Morador		✓	12
19. W	fem	20 – 30	Visitante	✓		-
20. AV	mas	40 – 50	Vigilante		✓	13

Quadro 4: Descrição dos participantes

Papel e caneta na mão, já se sabe o quê, como e com quem! Hora de desenhar a cartografia, não?!

27 Os roteiros em anexo foram adaptados de um roteiro-base utilizado nas investigações do Grupo de Pesquisa “Cultura Contemporânea: Subjetividade, Conhecimento e Tecnologia” (CNPq). Entre os projetos empreendidos pelo grupo atualmente, encontram-se “Redes e controvérsias: conhecimento e inovação na sociedade tecnológica” e “Produção de Subjetividade na Sociedade Tecnológica”, desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, sob a coordenação da Prof^a. Rosa Pedro.

5.4. O DESENHO PROPRIAMENTE DITO

5.4.1. TRAÇANDO A GÊNESE DA REDE

A gênese da rede articulada aos dispositivos tecnológicos de vigilância na cidade do Guarujá começou a se esboçar durante a gestão municipal anterior à vigente na época da pesquisa. Ao longo deste trabalho de campo, pode-se perceber como esta rede em questão foi produzida especialmente como efeito de algumas relações, ou melhor, de outras redes já existentes, o que reforça o caráter de artifício dos fatos e dos fenômenos identificado por Latour (2000). Tentou-se mapear, dessa forma, que relações eram essas e que indícios apresentavam de seu envolvimento com a rede estudada.

Vale dizer, assim, que a rede de monitoramento urbano no Guarujá não foi a primeira iniciativa de videomonitoramento na cidade. Durante a gestão municipal 2001-2004, a Secretaria de Educação solicitou à Guarda Municipal recém criada uma espécie de estudo para identificar pontos estratégicos nas escolas onde deveriam ser instaladas câmeras²⁸. Segundo V, o objetivo principal desse projeto era evitar roubos e/ou invasões ocorridas nos fins de semana (quando não havia expediente escolar). Aparentemente este projeto deu certo e, na gestão seguinte, foi dada continuidade ao trabalho. Em algum sentido, nessa gestão, o projeto foi ampliado, crescendo a partir dos avanços feitos anteriormente. Em outro sentido, por envolver substituições de equipes devido à troca da gestão, parece que foi necessário começar o trabalho do ponto de partida, ou seja, nem toda experiência adquirida foi repassada adiante. Todavia, os profissionais que se esforçaram para suprir essa ausência de familiaridade com dinâmica de vigilância eletrônica – especificamente os membros da Guarda Municipal – puderam contribuir fortemente na elaboração de um projeto de vigilância urbana.

E no começo era o caos...

28 Sobre este projeto, foi coletado material considerável devido a sua relação com o videomonitoramento urbano e pela disponibilidade dos porta-vozes em falar acerca do assunto. Entretanto, não faz parte do objetivo deste trabalho explorar a fundo essas informações, que ficam reservadas para um possível trabalho futuro.

C: (...) Nós tivemos um prefeito aí que acabou com a cidade. (...) Destruiu. Não fez nada pela cidade. Em quatro anos, a cidade ficou um caos. Isso todo mundo sentiu! Agora... Esse prefeito agora... Eu tô achando que a cidade está mais bonita. Sabe?! Tem muitas coisas... sei lá. De repente, pequenas coisas... mas que... pra gente que vem, a gente percebe, né?!

AV: É difícil você estabelecer as prioridades e tal, mas graças a Deus o prefeito entende que a cidade como um todo precisava melhorar a segurança, até pra atrair investimentos.

V: Porque o Guarujá passou um tempo ruim. Ninguém vinha porque tinha muito assalto, na orla da praia principalmente.

SA: (...) Na orla da praia (...) realmente tinha muito assalto (...). Na Enseada, principalmente, quando conseguia sair de casa voltava sem tênis, sem boné. Eu já voltei pra casa sem corrente. Meu irmão voltou sem tênis pra casa porque passavam os pivetes e roubavam mesmo, levavam embora.

Já nestes trechos, é possível identificar algumas articulações interessantes para a compreensão do funcionamento desta rede prestes a se constituir. A questão da segurança, dos crimes ocorridos, mais a importância do turismo para o cenário municipal, acabaram conjurando uma trama cujos laços encontram-se fortemente atrelados. Nestas condições, pelo que se pode observar, fica difícil precisar o quanto uma preocupação com a segurança no Guarujá revela uma insatisfação com a ocorrência de crimes, ou com as repercussões geradas por estes. Até porque, como afirma Latour (2000, p. 52, grifo no original), “o destino das coisas que dizemos e fazemos está nas mãos de quem as usar depois” e mesmo antes da instalação do monitoramento urbano, o jogo de visibilidades já orquestrava as relações no sentido de produzir imagens da cidade capazes de atrair ou repelir o turismo.

Sendo assim, antes de dar continuidade ao traçado da trajetória da rede, vale abrir um parêntese que evidencie esta característica da cidade de total relevância.

AV: (...) Porque o Guarujá sai no *Jornal Nacional*, né?! O apelo que tem o Guarujá... Se você pegar uma praia mais distante do litoral sul – Cananéia, Iha Comprida – e Guarujá, o mesmo fato que

ocorre lá ocorrer aqui (...), o Guarujá vai aos píncaros. Tem notícia por quê? Porque a notícia do Guarujá vende no Jornal do Correio Brasiliense, vende na Folha de Ribeirão Preto. Porque todo mundo vem pro Guarujá, tem casa aqui, tem apartamento... Já não é o caso lá de Ilha Comprida. (...) Por quê? Porque o Guarujá tem um potencial de (...) que repercute mais. De forma negativa também.

N: (...) Acho que (...) os roubos que tem... (...) Isso que acaba espantando o turismo da cidade, mandando bem pra fora os turistas daqui.

Com a troca da gestão municipal, então, no ano de dois mil e cinco, o prefeito que assumiu juntamente com sua equipe o governo da cidade buscou desenvolver algum projeto que pudesse melhorar o quadro geral do Guarujá através da produção de uma nova imagem, uma imagem que atraísse o turista, uma imagem que unisse as belezas naturais a uma situação de ordem. Neste sentido, coube à Secretaria de Defesa Social a tarefa:

A Secretaria Municipal de Defesa Social tem a missão de promover a defesa dos direitos do cidadão e da normalidade social, através dos órgãos e mecanismos de segurança pública e integrar as ações do Governo com vistas à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio no âmbito do Município (PREFEITURA MUNICIPAL DO GUARUJÁ, 2008)

Nesse primeiro momento da gênese da rede, a tarefa foi a realização de um teste, um projeto experimental que pudesse avaliar os efeitos do que se tinha em mente em termos de segurança pública. Parece, portanto, que a Secretaria de Defesa Social, seguindo os fluxos de suas relações com outras redes, promoveu a instalação de um “monitoramento piloto”

AV: Essa secretaria [de Defesa Social] visa estreitar os laços entre a administração municipal e os órgãos responsáveis legalmente pela segurança pública: polícia militar, polícia civil, corpo de bombeiros, aqueles previstos no artigo 144 da Constituição. Então nós passamos a buscar um projeto que pudesse colaborar com essas forças policiais. Já no primeiro momento, de forma graciosa, gratuita, com o apoio de uma empresa de seguros, foi montado um projeto experimental pra Praia de Pitangueiras, (...), com a

instalação de dez câmeras de monitoramento. Monitoramento simples: câmeras do tipo (...) dome, com giro de trezentos e sessenta graus, com zoom. (...) E nós, em contatos informais, sem dados oficiais, obtivemos do comandante da polícia militar aqui, a informação de que cerca de cinquenta por cento dos chamados, dos telefonemas emergenciais através do 190, foram reduzidos nesta região (...).

Mesmo de maneira informal – de acordo com o relato de AV – para iniciar seu processo de fabricação, a rede de monitoramento no Guarujá contou com os dispositivos de inscrição (mas não só nesse momento) que apresentaram referências positivas para a arregimentação de novos aliados (LATOIR, 2000). Sendo assim, o segundo passo pode ser dado e esse projeto piloto foi bastante ampliado.



Fig. 04: Praia de Pitangueiras, local de instalação das primeiras câmeras, no Guarujá.

AV: Diante desses dados e do sucesso que foi a parte de marketing, da população gostando do investimento em segurança – ainda porque nossa cidade experimentava... ocupar o lugar na mídia de forma negativa, com prática de delitos e roubos e tal, que maculavam a imagem da cidade... então o prefeito determinou que nós buscássemos um projeto mais amplo, que pudesse abranger uma grande parte da ilha, lógico dentro de um orçamento. Então, nós passamos o ano todo de dois mil e cinco elaborando projetos, conhecendo cidades, conhecendo o monitoramento. Nós temos aqui, na região mesmo, a Praia Grande, que tem uma experiência com monitoramento muito grande e também fui ao interior, recebi inúmeras empresas aqui, representantes de empresas, de toda a sorte de produtos eletrônicos voltados para o monitoramento.

A articulação com outras redes de monitoramento bem sucedidas também contribuiu muito nessa fabricação que já rendia seus primeiros frutos. A remissão à

cidade de Praia Grande, como um exemplo ou como uma meta, pode ser encontrada em vários dos discursos coletados. “De acordo com MA, Praia Grande foi realmente o município pioneiro no estado de São Paulo em implantar o monitoramento das áreas da cidade. O Guarujá foi a segunda cidade a fazê-lo” (CADERNO DE CAMPO, p. 3).

Praia Grande, que já conta com aproximadamente 800 câmeras instaladas em vários pontos da cidade, espera instalar mais 400 equipamentos até o final do ano para aprimorar o monitoramento para a temporada (MATÉRIA 04, Anexo 1).


MA: *É que nós estamos aprendendo. Se você for lá pra Praia Grande, eles têm dez anos. Então, quer dizer, são dez anos aprendendo, melhorando... Então eu acredito que pra gente conseguir um patamar de um nível superior, agente tem que caminhar um pouco mais.*

Como todo funcionamento em rede, a comunicação entre os nós é o que possibilita o seu desenvolvimento e crescimento bem como o seu nascimento. E especificamente no caso em estudo aqui, a parceria com Praia Grande se fez presente desde seu início, contribuindo em sua produção e se consolidando cada vez mais com o tempo. É claro que nem todas e nem sempre as parcerias são isentas de aspectos negativos, de dificuldades, como poderá ser visto mais adiante. Por ora, contudo, vale retomar a fala de AV, que apresenta o percurso da rede dotando-a de uma coerência que facilita bastante uma primeira compreensão dos fatos.


AV: *E nós gostamos de um modelo que trazia não só monitoramento por câmeras, mas também um sistema de recepção de chamados através de telefone e a colocação de postos – nós chamamos de Totem – que são estruturas até parecidas com um totem indígena mesmo, emergenciais, com tecnologia GSM. Com um simples apertar de botão, o cidadão teria um atendimento nessa central e (...) aí poderia solicitar informações ou pedir socorro, conforme fosse sua necessidade no momento. E nós, então, fizemos uma licitação para a locação desse material. Nós entendemos que a locação seria a melhor forma em virtude d[o] (...) desenvolvimento da tecnologia, que é avassalador. Você tem um produto na prateleira do mercado, lançamento... você já tem um projeto de*

um substituto novo. Então, nós botamos isso no papel, vamos fazer um contrato de quatro anos. Não vale a prefeitura gastar pra comprar esse equipamento e, (...) chegar daqui a quatro anos, estar com o equipamento obsoleto. Então nós fizemos um contrato prevendo já melhorias e tal, e substituição e tal. Nós entendemos que a relação custo/benefício pro município seria melhor. Então fizemos uma parte administrativa de concorrência pública, licitação.

Dessa forma, foi divulgado no Diário Oficial do Município o primeiro passo para fabricação da rede:



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO
Guarujá
Órgão Oficial do Município de Guarujá

 **Programa Gestão Pública e Cidadania – 2003**
Fundação Ford – Fundação Getúlio Vargas – BNDES

Quinta-feira, 2 de junho de 2005.
Distribuição Gratuita
Circula de Terça a Sábado

Órgão Oficial de Informação do Município de Guarujá
Ano 4 – Nº. 846
Unidade Fiscal do Município (UF) – R\$ 1,52

Prefeitura vai abrir licitação para comprar câmeras de vigilância

A Prefeitura de Guarujá vai abrir, nos próximos dias, o processo de licitação para a aquisição de câmeras de vigilância, que serão instaladas nos principais pontos de violência na Cidade. O anúncio foi feito durante encontro com a diretoria da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Guarujá e representantes das Polícias Civil e Militar, realizado na última segunda-feira (30), no Paço Municipal.

A reunião ocorreu a pedido do presidente da CDL Guarujá, Fernando Barreira, e contou com a presença do diretor do Departamento de Polícia Judiciária do Interior (Deinter 6), delegado Alberto Corazza, do delegado titular do 2º Distrito Policial (DP), de Vicente de Carvalho, Carlos Schneider, além do delegado seccional da Baixada Santista, João Jorge Guerra Cortez e do comandante da 2ª Companhia da Polícia Militar, de Vicente de Carvalho, Fausto Manhani.

Responsável pela criação do projeto, a Secretaria de Defesa Social vai mapear e apontar os principais pontos de violência na Cidade. A estimativa é que cerca de 50 câmeras monitorem as praias de Pitangueiras, Enseada, Tombo, Astúrias, além do centro comercial de Vicente de Carvalho, nas Avenidas Thiago Ferreira e Santos Dumont. (...)

Fonte: Diário Oficial do Município de Guarujá
Disponível em: <http://www.guaruja.sp.gov.br/site/ashx/Download.ashx?20050602.doc>

Quadro 5: Divulgação de licitação

Após a licitação, em dezembro do ano de dois mil e cinco, foi inaugurado o CIOP

AV: Uma empresa saiu-se vencedor e instalou o que nós passamos a denominar de CIOP, que é um Centro Integrado de Operações. Dentro desse CIOP, nós temos os atendentes que recebem os chamados emergenciais através do 153 e nós temos uma software de gerenciamento dessas informações, que direcionam pras cabines de atendimento. Uma cabine é da Guarda Municipal, uma é da Polícia Militar e, na temporada, nós temos o Corpo de Bombeiros também, com o salva-mar. Isso reduziu o tempo-resposta dos chamados emergenciais. E nesse centro nós temos também uma outra forma de captar informações relativas à segurança, que é o monitoramento por câmeras. Que, na verdade, acaba sendo, com o perdão da expressão, a antiga grande coqueluche, digamos assim. É o que mais salta aos olhos, porque uma imagem vale mais do que mil palavras. Nós temos várias máximas que podem definir essa preferência e até a atenção maior por parte do público e de quem opera o sistema, que é a imagem. (...) Mas no caso, então, é o que salta aos olhos mesmo, é o que o pessoal mais comenta, é com relação ao monitoramento. (...) Essa, em suma, é a história de como nós estamos até hoje aqui.



Fig. 05: Centro Integrado de Operações. A figura nos mostra algumas imagens captadas pelas câmeras, as quais por escolha dos operadores são projetadas em uma grande tela para observação.

Resumidamente, a rede de vigilância, foco deste trabalho, foi institucionalmente inaugurada no final do ano de dois mil e cinco e é composta por uma central de operações localizada no centro da cidade do Guarujá (Praia de Pitangueiras). A

esta central são encaminhados chamados emergências através do número 153 e pelo acionamento dos “Totens” (fig. 07) espalhados pela cidade (localização: Anexo 5). Para atender a estes chamados, a central reúne um grupo composto por atendentes, guardas municipais, policiais militares e, eventualmente, bombeiros. Entre os actantes desta rede, podem ser mencionados também as centrais de rádio da polícia e da guarda, o software de gerenciamento das informações coletadas durante os chamados e o videomonitoramento – o ator central da análise aqui empreendida.



Fig. 06: Centro Integrado de Operações



Fig. 07: Totem

O videomonitoramento comporta, além da central para onde convergem as imagens e seus actantes, um sistema operacional de trinta câmeras posicionadas em pontos específicos da cidade (Anexo 6). Segundo VT, as câmeras são poderosas, com mobilidade de 360° na horizontal e amplitude de 140° a 160° na vertical. Sua capacidade de zoom é de aproximadamente 500m (para MA, sem ponto cego), e as imagens são transmitidas à central em tempo real via ondas de rádio.



Fig. 08: Praia de Pitangueiras. Câmera de vigilância localizada em frente ao shopping



Fig. 09: Praia de Astúrias, onde toda a orla se encontra monitorada atualmente



Fig. 10: Câmera de vigilância, conectada à antena de transmissão das imagens via rádio

Quanto à escolha dos locais onde foram instaladas essas câmeras, MA afirma que

VT realizou um mapeamento das áreas com maior índice de criminalidade no Guarujá. Como é uma cidade turística, grande parte destes pontos se concentra na orla, mas não só nela. Entretanto foi dado prioridade a essas áreas onde o turismo é grande e a criminalidade comprometia o potencial do local (CADERNO DE CAMPO, p. 3).

N: *Acho que por costume do povo... vê bastante turista, bastante paulista e acredita que o povo sempre... são ricos e têm... aí o pessoal costuma fazer arrastão.*

AV: *Então nós experimentamos junto com a inauguração desse centro a ampla divulgação de que as praias agora estavam sendo monitoradas, e outros pontos principais da cidade, as entradas da cidade e o centro comercial do nosso distrito de Vicente de Carvalho, que também é muito importante.*

MA: (...) *Como nós estamos ilhados, fica fácil cercar. (...) Nós tentamos cercar.*

Ao contrário do que pode parecer a princípio, não é uma tentativa de fechamento da rede; é uma tentativa de expansão de poder através da delimitação de limites físicos claros e de um alcance capaz de ultrapassá-los.

AV: *Nós tivemos a felicidade também de ter, coincidentemente com o início deste projeto [o CIOP], uma operação muito grande da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, aqui na nossa cidade por ocasião da temporada de verão dois mil e cinco / dois mil e seis, que foi denominada "Operação Saturação" (...). O pessoal do batalhão de choque da polícia militar ocupa determinadas áreas, (...) e todas as saídas da comunidade são cercadas, e vão tendas com atendimento odontológico, enfim, integrando a polícia à comunidade. E isso afugenta e provoca a inércia dos mal-feitores, dos indivíduos ali, os amigos do alheio, digamos assim.*

Tomando Bauman (2001) como inspiração, é possível afirmar que o poder atualmente é de tal fluidez, de tal mobilidade, que seu exercício se dá das mais variadas formas, alcançando os recantos mais difíceis. O relato anterior se

assemelha bastante, por exemplo, a uma atuação higienista, no qual os discursos da segurança e da saúde se entrelaçam para justificar as intervenções realizadas. Pode-se dizer até que, neste caso, a intervenção médica entra como tentativa de sedução, de busca por apoio por parte da comunidade ou até como compensação pela alteração de sua rotina e eventuais danos que pudesse sofrer.

Como uma rede de vigilância, além de ter uma atuação na qual o exercício do poder se atualiza a todo instante, dentro mesmo da rede puderam ser observados alguns actantes em posições privilegiadas, os quais regulam os enunciados que circulam. Tudo o que entra e tudo o que sai deve passar pelo crivo dos que gerenciam essas informações. Os centros de poder se formam, e noções como credibilidade e confiabilidade são definidas novamente. As imagens captadas, por exemplo, não “são disponíveis a qualquer um, nem de forma fácil. Elas são criptografadas (não podem ser manipuladas – apenas cortadas) e só deixam a central com autorização” (CADERNO DE CAMPO, p. 5). Vale lembrar que não há nenhum julgamento de valor aqui. Contudo, este exemplo das imagens é de tal relevância que será melhor explorado em outro item, mais à frente.



Fig. 11: Cartaz afixado no CIOP

Como no caso da “crítica” em Serres (1999), a vigilância no Guarujá supõe a superioridade de uns sobre os outros. Não que não haja aqueles que estejam livres da vigilância, mas talvez estes sejam imunes aos seus efeitos. Dentro do próprio CIOP, existe uma câmera ligada vinte e quatro horas por dia. Entretanto, seus operadores não têm acesso às imagens, pois neste caso o monitoramento recai sobre eles. Apenas a VT, de acordo com ele mesmo, é permitido acessá-las; e tal tarefa – prosseguiu – é realizada de sua própria residência. Mais do que uma indicação

de maior honestidade e de confiabilidade destes actantes, esta situação revela que também o status de “confiança” é efeito do jogo de forças que estão atuando na rede.

A: VT é o responsável lá pelo monitoramento e (...) qualquer problema que tinha, (...), se eu não conseguia resolver, eu levava até ele. Eu não podia passar direto pro secretário. Eu tinha que levar pro VT.

MA: Tem sempre um encarregado, tem sempre um superior. (...) Qualquer ocorrência de muita relevância o Secretário é acionado imediatamente, toma as providências que tem que tomar.

Sobretudo, esse projeto é uma iniciativa da prefeitura, financiada pela prefeitura e que, apesar de envolver outras instituições, cabe a primeira a regência dessa orquestra. Sendo assim, a Guarda, por ser um órgão municipal, possui status de condutora e coordenadora do monitoramento, submetendo-o a todos os trâmites e hierarquias característicos de seu funcionamento.

Esse fato, aparentemente, não agradava a todos aqueles convidados a se envolverem na rede e, em alguns relatos, surgiu como fonte de discussão e dificuldade dentro da dinâmica existente.

AV: Inicialmente, nós tivemos alguma dificuldade porque a instituição da polícia militar – sem a qual não há porque existir uma central como essa, principalmente porque nós temos uma guarda aqui desarmada, que não é uma força de segurança pública, é uma força de segurança patrimonial e dos usuários, dos próprios municipais – é uma instituição muito rigorosa pra toda sorte de postos e tal. (...) Até convencer o comando da polícia da necessidade de estabelecer aqui um ponto, nós tivemos... não foi uma resistência grande, mas eles quiseram conhecer a fundo e tal. Porque a polícia militar (...) preza bastante a instituição. Ela não quer que a exponha de forma negativa. Então eles quiseram ver o que era primeiro, pra depois permitir que se criasse esse posto aqui.

A: (...) Lá trabalham várias forças: polícia militar, bombeiro (...). E o que aconteceu é que a Polícia Militar trabalha de uma forma, e o bombeiro trabalha de outra. (...) o Bombeiro ficou mais com a parte da faixa arenosa porque é mais a parte deles. A Militar (...)

ficou com as imagens da onde se tem (...) mais ocorrência. A Guarda Municipal (...) aciona todos os órgãos da prefeitura, como Conselho Tutelar, Vigilância, fiscais... tudo, tudo, tudo é pela Guarda. (...) Mas a (...) a Polícia Militar (...) não queria ser comandada pela Guarda. Sendo que ali (...) a Prefeitura montou pra todos trabalharem em conjunto, mas é difícil porque... ela não queria ser comandada... Alguns policiais que estavam no local, não todos, (...) diziam que estavam ali como castigo. Fez alguma coisa, saia da rua e ficava lá dentro. Aí lá dentro tinha que ficar olhando pra um monitor, monitorando. (...) Chegava lá, queria pegar, fazer o horário dele e ir embora.

Mas há uma controvérsia com relação à resolução desse conflito. Os mesmos porta-vozes das falas anteriores revelam fins diferentes para o problema em questão.

AV: E hoje, graças a Deus, nós temos um estreitamento muito grande de relações. Elas foram cada vez solidificando, sedimentando cada vez mais com o passar do tempo. Já tem uns dois anos aí de instalação da nossa central, e é um relacionamento melhor do que foi no começo.

Você acha que esse problema que você identificou lá (...) foi resolvido de alguma forma?

A: Não. Ele permanece. Permanece. (...) As complicações continuam.

E os conflitos com relação ao comando e à concentração do poder vão além de uma dificuldade de relacionamento apenas entre a Polícia Militar e a Guarda Municipal:

A: Eu saí de um porque eu fui convidado a ir pro outro. Do outro, eu saí de uma forma que... não da forma que eu queria sair. Porque eu coloquei... desde o primeiro prego eu acompanhei. Achei que ia ficar sempre lá. Mas (...) eu não tenho cargo de confiança. (...) Eu saí de uma forma que eu achei que as pessoas não queriam ser comandadas por uma pessoa que não tivesse cargo. Então... aí começou a aparecer várias pessoas pra comandar lá, com cargo de confiança. Em vez de... ah! Eu não vou falar que ganhar... que eles me dessem... mas eu tive desde o início, então eu saí assim com um pouco de mágoa.

Na medida em que foi implantada a atividade de vigilância eletrônica e, atrelada a esta todo um coletivo foi agenciado, um conjunto de práticas não previstas passou a fazer parte do cotidiano dos guardas municipais (e de seus “co-autores” na rede). Foi necessário, portanto, buscar um regimento, algumas diretrizes que pudessem nortear as ações neste ambiente recém criado, garantindo, assim, a sempre almejada ordem. Infelizmente não se teve acesso às chamadas Diretrizes do monitoramento urbano na cidade do Guarujá. Entretanto, A nos revelou que a mesma, juntamente com as diretrizes estabelecidas para o monitoramento nas escolas do município, foi elaborada tendo por base o modelo fornecido por Praia Grande.

A: A diretriz d[Monitoramento urbano] (...) é uma cópia quase idêntica a de Praia Grande. Teve umas alterações... que Praia Grande trabalha de outra forma. Mas essas diretrizes, eu que fui em Praia Grande buscar e trouxe pra cá. E a gente modelou aí (...). A gente fez... modelou tudo.

Através das diretrizes a que se teve acesso (do monitoramento escolar – Anexo 7), pode-se ter uma idéia de quanto se buscou e ainda se busca uma regulação das ações mesmo entre aqueles que monitoram. Neste documento, estão elencadas cada conduta permitida e, principalmente, proibida no âmbito da sala de monitoramento, incluindo algumas considerações acerca do fluxo de informações que entram e que saem deste ambiente.

8. É proibido o uso de máquina fotográfica ou filmadora no interior da sala de vídeo monitoramento, exceto quando devidamente autorizado pelo Superior.
9. Somente está autorizado verificar as imagens, com autorização do chefe do setor ou seu Superior.
12. Por tratar-se de um setor de segurança e estritamente reservado, fatos, imagens e comentários ocorridos no interior da sala de vídeo monitoramento não deverão ser ventilados com o público externo (DIRETRIZES DO MONITORAMENTO, Anexo 7).

MA: Eu acho que isso mostra também um grande respeito que o Secretário tem, porque ele conduz de uma forma muito séria. Aqui não se sai imagem sem um ofício. Esse ofício tem que ser autorizado pelo Secretário, que é um delegado de polícia; então

ele entende muito bem aquilo que pode, aquilo que não pode. (...) Quer dizer, a gente deixa o mínimo de brecha possível.

A seriedade atribuída ao trabalho realizado no monitoramento talvez não fosse a mesma se não pudesse ser representada de alguma forma, através de alguma dado pouco ou nada questionável. E parece que os actantes do CLOP não se cansam de mencioná-los em seus relatos como forma de confirmar a validade de suas ações tal qual foi feito após o projeto piloto.

5.4.2. DELINEANDO A SITUAÇÃO ATUAL

MA: (...) *Hoje em dia, é feito um acompanhamento que antigamente não existia. Então você sabia que era bom, mas não sabia quanto que era bom. Você não tinha como provar.*

AV: *Queda vertiginosa dos índices de criminalidade. Esse é, sem dúvida, o principal ponto. (...) Só para exemplificar, no carnaval de dois mil e seis, (...) nós tivemos trinta e três crimes de roubo durante todo o carnaval. Ao passo que, no ano anterior, em dois mil e cinco, ainda iniciávamos nossa administração, nós tivemos cento e três. Então, é uma redução bastante considerável. Fomos a cidade do Estado de São Paulo que mais reduziu os índices de criminalidade do ano de dois mil e seis. Fomos responsáveis por dez por cento da diminuição estadual. Do número de roubos diminuídos, dez por cento eram só da cidade do Guarujá. (...) Então, isso nos deixou bastante feliz.*

Novamente, observa-se o uso dos dispositivos de inscrição para atrelar confiabilidade e inquestionabilidade ao enunciado da vigilância eletrônica, que passa a circular agenciada a estas estatísticas. Contudo, dessa vez, os dados são relatados como “oficiais”, assinados pelo conjunto das polícias do Estado de São Paulo.

AV: (...) *Aqui no Estado de São Paulo (...), já que (...) tem polícia militar e polícia civil, há um cruzamento de dados, em reuniões mensais onde se elabora uma estatística única que é propiciada pela Secretaria de Segurança Pública – posso te passar até o site depois: <ssp.sp.gov.br>. Aí você tem ali anualmente, trimestralmente... você tem várias formas de buscar as estatísticas criminais. Elas são fundadas em seis tipos de crimes (...) principais:*

homicídio, latrocínio, furto, roubo, furto e roubo de veículo também.

Guarujá - Lista de Cidades

:: Taxa de Delito por 100 mil habitantes
 :: Ocorrências Policiais Registradas por Ano
 :: Ocorrências Policiais Registradas por Mês

Ocorrências Anuais

Ano	Homicídio Doloso	Furto	Roubo	Furto e Roubo de Veículo
2.000	139	2.850	2.059	347
2.001	157	2.715	2.366	402
2.002	156	3.084	2.191	387
2.003	130	3.685	3.106	493
2.004	66	3.523	2.563	331
2.005	38	3.461	2.657	401
2.006	62	3.460	2.044	503
2.007	32	3.328	2.101	394

Fonte:
 - Até 2000: Dados da Res SSP 150/95.
 - 2001: Dados da Res SSP 160/01.

Fonte: Portal do Governo do Estado de São Paulo
 Disponível em: http://www.ssp.sp.gov.br/estatisticas/_pormunicipio.aspx?codigo=214

Quadro 6: Estatísticas das ocorrências policiais no Guarujá

Comparando a fala de AV ao quadro anterior, pode-se constatar que os dispositivos de inscrição, entretanto, não falam por si só, cabendo ao seu porta-voz enunciá-lo. A tradução produzida através do agenciamento entre estes dois actantes, tal como no exemplo acima, é feita sempre no sentido de referendar o discurso daquele que fala. Sendo assim a interpretação do porta-voz deve ser dar de maneira a buscar o maior apoio possível por parte do dispositivo, o qual também será prontamente abandonado caso se mostre extremamente recalcitrante (LATOIR, 2001).

Além da redução nos índices de criminalidade, investigou-se que outras pistas no momento presente indicam o êxito da rede, que mantém assim sua existência. Como já foi dito em outro momento, antes mesmo de se partir para o campo, acreditava-se que a rede articulada aos dispositivos tecnológicos de vigilância no Guarujá havia encontrado certa estabilidade, apresentando-se como razoavelmente bem sucedida. Era preciso, dessa forma, avaliar em que medida essa tradução se sustentava durante a pesquisa *in locu*.

“Segundo MA, a vigilância não constitui uma ação por ela mesma. Esta se encontra articulada a todo um conjunto de ações que visam diminuir a criminalidade e promover o desenvolvimento social” (CADERNO DE CAMPO, p. 3).

AV: Lógico, não é só o monitoramento. Foi um conjunto de medidas, mas nós entendemos que o monitoramento teve um papel essencial, também foi um dos pilares de sustentação desse benefício (...) que, sem dúvida, é a diminuição dos índices de criminalidade – que foi o propósito da instalação.

Nos relatos anteriores, nota-se que os porta-vozes recorrem às articulações feitas pela rede para ilustrar sua eficácia no cumprimento de um objetivo. A força de uma rede parece, então, como dito por (LATOURE, 2000; PEDRO, 2003a), estar relacionada ao número de suas conexões e a sua capacidade de expansão. Com o perdão da tradução, diz-se que uma rede é tão forte quanto o número de suas articulações “internas” mais as “externas”, ou seja, de atores-redes que a compõem mais o número de atores-rede para os quais se exporta.

Entre as articulações “internas”, aquelas que já estão previstas no funcionamento da rede, já foi mencionado que “o monitoramento integra forças da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Guarda Municipal. Dessa forma, estas forças agem com maior rapidez e conseguem antecipar e acompanhar os crimes” (VT, CADERNO DE CAMPO, p. 4).

AV: Nós aqui no Guarujá temos um pouquinho mais. É um sistema integrado. O monitoramento, mais importante item desse sistema, está integrado com outras formas também de recepção de chamados emergenciais. (...) Com essa notícia [de que algumas áreas estão sendo monitoradas], mais esse trabalho realizado pela polícia militar na nossa cidade, e uma série de outras providências que nós tomamos, como patrulhamento de areia, colocação de guaritas em cruzamentos estratégicos com a presença da Guarda Municipal, nós experimentamos [a redução dos índices de criminalidade].

Quanto às “externas”, aquelas que vão se agregando na medida em que os fatos circulam e se produzem os fluxos, foram identificadas algumas iniciativas, tal como:

“A estratégia policial foi reformulada e projetos sociais nas favelas estão sendo desenvolvidos” (MA, CADERNO DE CAMPO, p. 3).

Alguns dispositivos também se apóiam a essa rede na busca pela ordem:

Ao longo da orla, observei a utilização de cartazes com as normas de conduta na praia. Estes cartazes eram fixos, de material duradouro e se repetiam com frequência durante todo o trecho (CADERNO DE CAMPO, p. 54).



Fig. 12: Cartaz de normas para a praia

A fig. 12 apresenta a imagem de um desses cartazes, que evidenciam uma preocupação com o bom funcionamento desta área de lazer pública que é a praia. De certa forma, retomando as idéias de Pechman (2002), pode-se dizer que para garantir este bom funcionamento social, para que nos diferenciemos de um convívio bárbaro, ou seja, para que sejamos civilizados, é necessário um conjunto mínimo de regras implícitas e explícitas, capazes de regular e estabelecer limites. Tal conjunto, outrora expresso através dos manuais de civilidade (durante o século XIX), aparentemente, no Guarujá, atualiza-se,

entre outras formas, em placas fixadas na praia – uma nova versão bastante interessante. Talvez na prática os cartazes não possuam tanta eficácia quanto os manuais – pois atuam de formas diferentes, mas nada que uma fiscalização adequada (própria desta atualização) não possa garantir caso seja realmente do interesse da Prefeitura.

Quando Norris e Armstrong (1998) e Pedro (2005), ao problematizar o tema vigilância eletrônica na contemporaneidade, afirmam que a eficácia desse tipo de sistema é reduzida quando não compõe um sistema integrado, articulado a outros

dispositivos e outras redes, talvez não seja a esse tipo de integração observada no Guarujá que estejam se referindo. Entretanto, como será abordado mais à frente, estão sendo planejados outros agenciamentos para a rede que, neste segundo momento, já é considerada de eficiência comprovada por seus actantes centros de poder na medida em que, segundo eles, grandes conquistas foram feitas.

Com o intuito de cada vez mais melhorar o combate e a prevenção ao crime, atualmente eles buscam integração nesse sistema, no sentido de trocar informações com os sistemas de monitoramento de Santos e outras cidades vizinhas (MA, CADERNO DE CAMPO, p. 4).

MA: (...) Nós somos cidades co-irmãs. (...) Então, o encarregado do monitoramento de Santos... eu tenho o nextel dele. Se acontece algum problema aqui, eu falo "ah! Será que o cara não vai aparecer... pra aí e tudo?", (...) A gente percebeu aqui, na temporada, que um ponto importante, um ponto importantíssimo é essa comunicação. (...) A gente tem uma câmera na balsa, que é uma das saídas da cidade, que não é à toa. Porque, às vezes, o cara rouba uma moto, ele pega a balsa pra fugir. Então, já teve caso de a balsa retornar pra realmente ver se ele não tava lá dentro mesmo. (...) A mesma firma que presta serviço aqui pra gente presta pra Ecovias. Então se aconteceu alguma coisa, eu ligo pro MP e falo assim "Oh! Pede lá pra Ecovias pra ver se não acha um carro branco assim, assim; vê se ele não passou no pedágio". (...) Então... eu acho que essa ligação que existe entre a gente, realmente ela tem que ser mais é reforçada mesmo. Tanto que, quando tem alguma convenção, alguma coisa, a gente faz questão de convidar; ou quando somos convidados, fazemos questão de ir pra estreitar essas relações mesmo. Porque é isso que nos fortalece. (...) Você, numa ocorrência, minimiza custo de viatura, de bater uma viatura; você minimiza o risco que o teu homem vai estar assumindo, porque ele vai na direção, sabe se tá armado, ele sabe que muro pulou, porque nós estamos aqui assistindo.

VT acredita na funcionalidade deste tipo de vigilância já que ela conseguiu coibir ações que não deveriam acontecer. Além disso, o monitoramento reduz a necessidade da mão de obra humana em muitas situações (CADERNO DE CAMPO, p. 5).

Sendo assim, quando instados a avaliar a situação atual do projeto de monitoramento no Guarujá, os porta-vozes do CIOP afirmam que este cumpriu com seu objetivo:

Fazendo uma avaliação dessa estrutura [o CIOP], MA relata que a mesma 'deu retorno'. Quando questionada a respeito do sentido desse 'retorno', ela afirma que, de acordo com o prefeito, o objetivo foi atendido, ou seja, tem-se mantida alta a frequência de turistas na cidade, principalmente em alta temporada (CADERNO DE CAMPO, p. 4).

"Um bom indicador disso que é o turismo tem dobrado na cidade. Dessa forma, o sucesso dessa estrutura está comprovado, o que revela a validade de se expandir o projeto" (VT, CADERNO DE CAMPO, p. 4). Contudo, até mesmo os quadros mais bem-sucedidos e promissores têm conseqüências não tão desejadas e/ou imprevistas. O fenômeno de desterritorialização, de fuga, como diriam Deleuze e Guattari (1995), é sempre primeiro e recorrente a todo movimento de territorialização do rizoma.

Essa atuação "eficiente" das câmeras tem gerado a necessidade de mudança no "modus operandi" dos criminosos, que agora se concentram em condomínios e agem no sentido de evitar a vigilância urbana (MA, CADERNO DE CAMPO, p. 4).

Cabem algumas observações, portanto, a respeito dos desvios que vêm se dando na rede ou como efeitos do funcionamento dessa rede.

Um grande avanço, segundo MA e VT, aconteceu quando o promotor da cidade passou a aceitar as filmagens feitas como evidências. Atualmente, não é preciso que a vítima preste queixa. Com a imagem e o objeto roubado já é possível registrar a ocorrência e prender o criminoso (CADERNO DE CAMPO, p. 5).

AV: Hoje nós temos uma mudança do quadro. Só na praia de Astúrias temos onze grandes empreendimentos imobiliários. A cidade que estava estagnada, com o lançamento de condomínios e tal... só numa praia nós temos onze grandes lançamentos, daqueles que fazem panfletagem em semáforo. Então eu acho que (...) o investimento em segurança contribuiu pra mudança de imagem, talvez o resgate do glamour que o Guarujá, uma cidade praiana no meu modo de ver... (...) Eu acho que é a cidade mais bonita do litoral paulista, é o quintal do paulistano. Grande parte do PIB nacional passa por aqui através das exportações, dos portos, e dos usuários da cidade, os condomínios luxuosos e tudo. Então, o Guarujá merece realmente uma melhoria. E eu acho que, na segurança, nós estamos conseguindo caminhar de forma positiva.

Isso é muito bom. E o videomonitoramento sem dúvida é uma peça essencial. Hoje a gente não enxerga mais a cidade sem esse videomonitoramento. Pelo contrário, a gente quer, cada vez mais estabelecer novos pontos e tal.

Produziu-se, então, uma miopia, não? Pode soar como um trocadilho, mas “não enxergar a cidade sem o videomonitoramento” é fortemente sintomático. Retomando um pouco o que foi anteriormente dito a respeito dos ladrões que estão saindo das praias para os condomínios e, unindo a isso o fato de que a cidade atrai cada vez mais uma população de alto poder aquisitivo, o que vem estimulando os empreendimentos imobiliários, temos aí um problema. Um problema que pretende ser resolvido com a utilização de mais câmeras.

O que era uma saída, uma alternativa para o quadro de violência, pode ser tornar uma necessidade

SA: Agora, acho que o pessoal fica um pouco mais receoso de tentar. Em compensação eles teriam que colocar as câmeras também na rua de trás, agora, porque eles monitoraram a praia toda. Mas, por exemplo, outro dia eu (...) tava lá no centro, na avenida, rua, Mário Ribeiro – lá não tem câmera, ali atrás – e passou um cara de bicicleta e levou minha corrente. Quer dizer, monitoraram uma parte, mas tem que agora passar o resto também porque senão... resolvem de um lado, mas eles mudam de posição.

MA: Então eu acho que o ponto mais negativo mesmo é não ter aumentado o número de câmeras ainda. Eu acredito que quanto mais aumentar, eu acho que mais ainda a população vai se sentir segura.

A demanda crescente pelas câmeras de vigilância, contudo, não se justifica apenas pelo desejo de segurança, por uma espécie de garantia proporcionada pelas mesmas neste sentido. Os destinos dados às câmeras, a partir do momento em que são instaladas, passam a seguir o fluxo da rede e acabam extrapolando aquilo que estava previsto em certa medida.

MA: Então, em Vicente de Carvalho, (...) a gente tem a feira de domingo (...). A gente tem uma câmera ali. Inclusive foi até combatido bastante a pirataria ali. (...) E com a nossa ajuda

também. Porque às vezes o cara vê o fiscal vindo, ele guarda (...). “O fulano enfiou ali e tal, tá de roupa ta.”. Então essa comunicação é importante.

A: (...) Fiscalização, né?! Porque você consegue visualizar o pessoal vendendo aquele queijinho com uma panela e carvão. E aquilo ali pode queimar as pessoas. A fiscalização também é acionada. As crianças (...) em semáforo, paradas... a gente chama o conselho tutelar, né?! (...) a gente apóia o conselho tutelar e eles tomam as providências.

Combate à pirataria, fiscalização e acionamento do conselho tutelar: eis alguns exemplos de usos não previstos para os dispositivos tecnológicos de vigilância ou, ao menos, não imediatamente evidentes. Por outro lado, especificamente no trecho logo acima, pode-se observar também a dinâmica da vigilância evidenciando uma espécie de reprodução daquilo que já se apresenta de outras formas no cotidiano das cidades, como no caso da alusão interessante que faz à idéia de Pedro (2005) de que a liberdade contemporânea é uma liberdade para circular. Nem as crianças escapam a essa exigência de mobilidade no caso aqui em questão, e automaticamente medidas são tomadas para “corrigir o erro” do sedentarismo (BAUMAN, 2001) e colocá-las “em movimento”, mesmo que esta não seja sua vontade.

Na medida em que estes dispositivos tecnológicos de vigilância, ao serem inseridos no cotidiano das cidades como actantes²⁹ capazes de produzir uma rede razoavelmente estável, facilitam certos tipos de experiência e concomitantemente constroem outras no que se refere à liberdade, à intimidade, à segurança e ao medo, cabe agora investigar que efeitos de subjetividade estão sendo fabricados pela referida rede no tempo presente.

O fenômeno da produção de subjetividade, vale lembrar, está sendo explorado aqui como efeito das relações de uma rede. Neste caso específico, da rede articulada aos dispositivos tecnológicos de vigilância na cidade do Guarujá. Dois foram os eixos de análise previamente escolhidos para aprofundamento do tema dada a grande relevância de cada um, evidente ao longo da pesquisa bibliográfica.

²⁹ Ver nota 15.

Um desses eixos, no entanto, não se destacou como uma questão chave para os porta-vozes identificados durante a pesquisa de campo e, em seu lugar, seguindo o fluxo dos relatos e das traduções realizadas, o tópico da “Segurança” se mostrou essencial para o presente estudo.

Quando você pensa em vigilância, o que é que te vem à cabeça automaticamente?

N: *Acho que segurança, né?!*

A) Procurando a “estrada da Segurança”

Antes de mais nada, vale a pena lançar um pouco de luz sobre o sentido da expressão “segurança” empregada aqui. Mais que um substantivo, a “segurança” neste trabalho tem valor adjetivo e vem descrever um sentimento, uma experiência, ou uma “sensação”, como afirmaram alguns porta-vozes.

AV: (...) *Agora você tem um elemento muito forte que é a imagem. Isso trouxe um ganho e uma satisfação maior, uma melhor prestação de serviço por parte da polícia, satisfação do policial, e o mais importante, a sensação de segurança pro cidadão do Guarujá e pros visitantes, os veranistas (grifo meu).*

V: *Relação que tem [entre o projeto de vigilância urbana e o projeto de vigilância nas escolas] é o videomonitoramento. Causar mais sensação de segurança (grifo meu).*

Contudo, não se está abrindo mão de qualquer descrição mais “objetiva” sobre essa sensação, como os índices de criminalidade, por exemplo. A subjetividade, segundo o “princípio de simetria”, está sendo investigada como articulada a todo tipo de tradução que circula na rede, sejam essas ditas “objetivas” ou “subjetivas”. A “Segurança”, portanto, com letra maiúscula, esse substantivo geral e amplo, talvez seja a reunião de todas as suas várias versões – as que serão apresentadas aqui mais quaisquer outras que possam existir. Ou quem sabe, por outro lado, possa ser fruto das tensões que ocorrem entre essas versões. Todavia, em nenhum momento do trabalho, haverá a pretensão de encontrá-La, de defini-La ou mesmo de esgotá-La.

São costurados neste item alguns pontos importantes que atravessam a experiência dessa sensação, como por exemplo, a sociabilidade e a confiança.

AO: *Ficamos encantados (...) por causa das praias! Muito bonito aqui. (...) No local que eu fui viver, na casa que eu fui morar, não via muita diferença porque é um bairro calmo. (...) Mas diferença tem bastante! Porque é uma cidadezinha... todo mundo se conhecia! E o Guarujá já é um pouco maior. (...) Eu te falo que eu não tenho muitas amizades, não. Amigo mesmo é difícil. A gente tem colegas: colegas que trabalham com você, que estudam com você, vizinhos – que você pode contar – entendeu? Mas amigo, amigo mesmo, não (...). É difícil você também poder confiar nas pessoas (...) hoje em dia.*

No trecho acima, AO relata uma questão bastante interessante que é a relação entre o “campo” (o “interior”) e a “cidade” na produção do sentimento de confiabilidade e de segurança. A tensão entre “barbárie” e “civilização” indicada por Pechman (2002) em sua tese, ora representada respectivamente pelo campo e pela cidade, tem seus pólos invertidos na medida em que solidariedade e a confiança se articulam ao primeiro e o “cosmopolitismo agressivo” à segunda.

O berço da civilização, ao comportar também o medo do desconhecido que habita o urbano, desencadeia uma preocupação com a segurança que, ao que parece, é responsabilidade de todos (ROSE, 2000). É preciso que “cada um faça sua parte” – uma das máximas do individualismo contemporâneo.

AV: *Mas eu acho que é dever de todos. Não só da administração, mas também dos cidadãos. Todos têm que colaborar com a segurança. A segurança primária, a prevenção primária é praticada por nós mesmos. Senão bastaria a gente sair de casa, entregar a chave pro policial da área ali, “– Olha! Tô saindo de casa, toma!” Não. Nós temos que ter um muro alto, alguma coisa... A sociedade evoluiu muito rápido e nós temos os saudosistas falando “– Ah! No meu tempo, dormia de janela aberta”. No seu tempo! Infelizmente a coisa vem a galope. Hoje em dia, medidas primárias e básicas, quer dizer, você não pode escapar, é não ostentar objetos muito caros... é o custo da modernidade e do crescimento.*

O grupo assaltado na Praia das Astúrias neste domingo falhou na condição de turista no Guarujá. Os dois casais falharam no que o secretário de Defesa Social do Guarujá, Marco Antonio do Couto

Perez, chama de 'prevenção primária' da vítima. Ou seja: não ostentar objetos de valor ou qualquer outra coisa que chame a atenção de assaltantes. E falharam duas vezes: houve reação (MATÉRIA 13, Anexo 1).

A assessoria de imprensa do secretário de Defesa Social do Guarujá, Marco Antonio do Couto Peres, informou que a intenção do secretário não foi culpar as vítimas de assalto na Praia das Astúrias. Segundo a assessoria, ao falar sobre a necessidade de 'prevenção primária' de não portar objetos de valor ou reagir em caso de assalto, o secretário quis orientar as pessoas e reforçar a necessidade de que tenham preocupação com a própria segurança (MATÉRIA 14, Anexo 1).

Por mais que se faça, porém, “para VT, é impossível extinguir o crime totalmente”. Sendo assim, os índices e as estatísticas policiais atribuídas à cidade do Guarujá estariam “dentro de um parâmetro aceitável” (VT, CADERNO DE CAMPO, p. 4). Se assim for, então talvez também exista um “parâmetro aceitável” para a sensação de segurança que se deve sentir. E esperar uma redução nas ocorrências a um valor quase nulo seria um sonho delirante; e seu aumento, por outro lado, significaria a instauração de uma situação de medo extremo. Vale frisar mais uma vez, portanto, que os dispositivos de inscrição estão articulados à produção de subjetividade, mas esta não se reduz aos primeiros. Existem outros actantes envolvidos. A trama é muito mais ramificada e heterogênea e deve ser investigada do centro (onde tudo se mistura), para as pontas (onde se produz a separação em categorias) e não ao contrário.

O centro, no presente item, então, é um emaranhado do qual a sensação de segurança surge como efeito e, da mesma forma que se evidenciam suas relações com as estatísticas, também podem ser encontrados indícios de suas conexões com as câmeras.

AO: *O monitoramento ajuda. Eu acho que diminui a violência. (...) Você sabe que você tá na praia, você é filmado, você tá sendo filmado. Você tá andando no calçadão, você tá sendo filmado. (...) Eu acho que a violência diminuiu com o monitoramento.*

Durante uma conversa informal, J revelou que seria possível que a presença das câmeras melhorasse a sensação de segurança sentida mesmo que o sistema por trás dela fosse falho. J chegou a afirmar que este era um dos pontos positivos do monitoramento: “a sensação de segurança proporcionada e a inibição dos crimes simplesmente pela presença das câmeras” (CADERNO DE CAMPO, p. 6).

Quando se altera a sensação de segurança, altera-se também a rotina daqueles que a sentem de alguma forma:

Com a instalação das câmeras, a sensação de segurança aumentou e J passou a freqüentar pedaços da praia antes não-cogitados. Perguntei se ele se sentia mais seguro pois assim a mídia divulgava os locais agora, ou porque a polícia apresentava estatísticas de redução do crime ou se essa fazia parte de uma experiência mais particular também. Ele afirmou que costumava ver furtos naquela área, coisa que não acontece hoje em dia. Por conta disso, J afirmou conhecer mais gente atualmente na área onde conversávamos, do que mais perto de sua casa (justamente o oposto da situação antes da instalação das câmeras) (CADERNO DE CAMPO, p. 6).

Novamente a sociabilidade aparece como valor importante articulado à sensação de segurança, e indica seu desenvolvimento preferencialmente em ambientes que não pareçam hostis, ou melhor, que sejam confiáveis. Entretanto, este valor da confiança parece cada mais raro quando envolve relações humanas atualmente e, nesse sentido, os não-humanos podem figurar como uma espécie de porto-seguro, pois seriam mais previsíveis e menos suscetíveis ao erro.

Na medida em que a rede de monitoramento conquista maior confiança na cidade do Guarujá, ou seja, na medida em que arregimenta mais aliados, seu alcance se amplia, suas chances de perdurar também, e seu status de promotora da sensação de segurança começa a se estabilizar.

MA: [O monitoramento] vem cada dia mais ocupando mais espaço, ocupando credibilidade. Quando uma pessoa, um comércio é furtado, eles vêm procurar a gente porque eles acreditam no nosso trabalho. Muitas vezes nós somos o ponto específico pra realmente achar, solucionar a ocorrência deles. Às vezes, a gente não consegue, mas eles sabem que a gente trabalha com muita boa

vontade. Então eu acho que os pontos positivos são esses. A credibilidade que a população vem colocando no monitoramento.

Se realmente a central de monitoramento tem sido vista como um ponto de apoio, como uma referência capaz promover segurança, é necessário investigar quais seriam os motivos que podem estar contribuindo para que esse processo se dê.

Um primeiro ponto que aparece nos relatos é que a segurança possibilitada pela vigilância não se restringe aos moradores e aos visitantes da cidade. Os policiais e/ou guardas municipais se sentem mais seguros quando seu ofício é mediado pelos não-humanos.

M: A gente não lida tanto com o público, diferente de antigamente que eu trabalhava (...) mais em praça, com pessoas na rua, lidar com ocorrências. Então eu tenho ali o corpo-a-corpo (...). Então eu acho que, pra mim, tá sendo bem melhor aqui, agora.

Segundo MA, essa estrutura de monitoramento possui algumas vantagens. A primeira delas é a diminuição do risco a que está sujeito geralmente o policial em ação cotidiana, pois as câmeras acompanham o infrator em sua ação e fuga, informando constantemente aos policiais a respeito da localização e das características desse. Ao mesmo tempo, o transtorno gerado para quem sofre a ação do crime também é diminuído. Dessa forma, MA acredita que a violência se vê diminuída também. O monitoramento, para a mesma, agiliza a ação policial e traz segurança (CADERNO DE CAMPO, p. 4).

Especificamente neste trecho anterior, é possível identificar algo que alude à idéia expressa por Caldeira (2000), quando esta trata da “fala do crime”. O raciocínio apresentado por MA defende que a vigilância seria capaz de diminuir a violência não só porque ela atua prevenindo o crime, mas também combatendo-o de forma menos agressiva em relação a todos os envolvidos: policiais, criminosos e vítimas. A desorganização sofrida por aqueles que experimentam a violência seria, assim, atenuada com a introdução dessa rede de vigilância na dinâmica da cidade e, neste sentido, as reações ao evento seriam muito mais brandas.

Esta é uma idéia interessante, mas que comporta uma controvérsia. A rede de vigilância na cidade não se restringe à prática do videomonitoramento

simplesmente. Outras ações estão associadas, várias articulações são feitas, e no processo de circulação das informações, de tradução dos fatos e dos eventos, pode ser que a rede propague ainda mais a violência, o que ainda é grande motivo de preocupação e dúvida de seus porta-vozes.

AV: Acontece um crime aqui, isso expõe demais. Então o meu medo é de expor uma imagem do Guarujá que, com certeza, vai ser veiculada em rede nacional e não conseguir alcançar o objetivo que é mostrar “– Olha, nós estamos investindo e tal”, que sobressaia mais o outro lado, da existência do crime no Guarujá. Não sei se eu me fiz claro. Então essa é uma dúvida que eu tenho. Por isso eu converso muito com o prefeito. (...) Ainda não possibilitamos aí a exposição em rede das imagens. Primeiro pra preservar a identidade e a garantia individual, tanto do preso quanto da vítima e tal e, segundo... podia botar uma tarja, embaralhar o rosto... e, segundo, por não ter ainda essa dimensão de qual será o benefício. Omitir a imagem e trabalhar só com os índices de diminuição ou mostrar o material que a gente tem e pronta ação e tal. Confesso a você que a gente tá levando... relutando um pouco em soltar imagens ainda, mas nada como uma mudança de opinião. A gente muda a cada dia.

As imagens adquiriram status de prova, tanto judicialmente quanto cotidianamente. Mas ainda não há a certeza do quê elas exatamente provam e quais seriam os efeitos de sua circulação. Nenhuma possibilidade está descartada a priori, nenhuma mudança de percurso, pois em alguns casos é a capacidade de modificação da rede que vai produzir os resultados desejados, agregando mais confiança ao trabalho desenvolvido.

AV: Porque o crime muda também. Ele é mutante. Então você acaba tendo que readaptar, reorganizar, toda a estrutura policial e também as câmeras não ficariam de fora, lógico. Em um local que agora está tranquilo e tal, a gente pode abrir mão desse equipamento e colocar em outro que tem uma maior demanda.

Até este ponto da discussão sobre a sensação de segurança em sua relação com o monitoramento no Guarujá, foram apresentados alguns relatos que revelam certa confiabilidade por parte dos porta-vozes em questão. Contudo, o quadro encontrado está longe de uma situação de consenso, na qual os discursos são

homogêneos. Há aqueles atores mais cautelosos também, que revelam não acreditar muito na capacidade do monitoramento realizado de promover segurança.

Sendo assim, em uma rede evidentemente híbrida, uma mistura de humanos e não-humanos, foi possível encontrar algumas falas que mencionassem a falta de confiança inspirada pelos primeiros:

RM: *Pra mim, eles não ficam o tempo todo olhando para aquilo. Para aquela telinha. Sinceramente. Ou eles ficam de conversinha, assim, sabe?! Não tá acontecendo nada, fica de conversinha. Nem liga!*

Outros duvidam mesmo é da ausência de falhas atribuída às chamadas “máquinas”:

E: *Eu sou muito (...) prudente nessa área. Porque eu já vi mulher aqui, com marido do lado, e ser assaltada com o celular dentro do short. Então procuro sempre ter cuidado. Não porque tem as câmeras que agora eu vou achar que... Não! Porque aí uma hora ela pode tá quebrada, ela não vai... Eu mesmo... Ou eu ou você, ou quem seja, tem que fazer a sua segurança. Porque você não sabe. Não é as câmeras que vai te segurar (...) te inibir de ser assaltado ou de ser morto, né?!*

Até mesmo entre os “bandidos”, afirma MA, existem aqueles que às vezes não acreditam na eficácia das câmeras e acabam se tornando alvos fáceis sob os olhos de monitores com um tirocínio desenvolvido.

A cada entrevista, a cada observação, a cada conversa, mais a idéia de redes sociotécnicas soava extremamente enriquecedora para abordar o tema. Se um único nó dessa trama se mostrar fraco, ineficaz, seu efeito – a sensação de segurança proporcionada será relatada como insatisfatória.

RM: *Pode olhar, nenhum policiamento por aqui. Acontece alguma coisa, a pessoa foge, vai pegar como? Não tem como pegar a pessoa.*

E: *Oh... nós estamos aqui conversando, né? Aí eu te pergunto, agora, quantos guardas municipais passaram aqui, quantas bicicletas de polícia passaram aqui? Nenhuma, né?! Então, cara, eu acho assim, às vezes, a polícia e a segurança em si, ao invés de ajudar, ela não ajuda.*

A opção, para tentar compensar qualquer falha existente, seria apelar para outro nó, fortalecendo-o, desterritorializando a rede, e territorializando-a novamente com outros contornos. E neste sentido, por vezes, é preciso recorrer aos humanos envolvidos:

MA: *A população sente na gente a obrigação de atender; eles se sentem seguros quando vêem um guarda [municipal] patrulhando. Então a relação de segurança com o munícipe tá muito ligada a nós também. Então... pra isso já somos formados... fomos pra rua... a população já entendeu desse jeito.*

A si mesmo:

C: *Você quer vir pra cá, você quer segurança pra você sair despreocupada. Eu não vacilo, não, sabe?! Eu... falar que nunca aconteceu nada comigo... mas eu não vacilo também assim de... Porque eu sei como é que é... São Paulo também é, Rio também é... Qualquer lugar é. Você tem que aprender a conviver com a violência. Sabe? Então é questão de horário, saber o horário pra você voltar pra casa, pra você sair... pra não dar vacilo pela rua.*

E até à fé:

E: *Eu acho que se nós não fizermos a nossa segurança, pedir a Deus pra nos guardar quando sair de casa, quando retornar, meu amigo, não adianta. Porque às vezes o cara fala: “- Ah, Deus não!”. Deus sim, velho. Se eu não levantar de manhã e pedir a Deus pra estar diante de mim e me guardando em todos os sentidos, eu posso tombar ali, cair e morrer.*

Seja como for, a segurança não é um valor que estamos dispostos a abrir mão. É claro que nem sempre ela se caracteriza da mesma forma. A experiência pode ser um pouco diferente, os actantes capazes de produzi-la também. Mas a intensa

sensação de insegurança que é experimentada atualmente nos faz clamar por um descanso, por um amparo

R: *Eu só acho importante é a segurança da praia, dos bairros, né?! Uma segurança melhor. E que a gente ficasse mais à vontade e não fosse tão... não se sentisse apavorado com a situação que tá hoje. A gente anda apavorado, né?! Sujeito chega à noite aí tem medo de ser assaltado a qualquer momento. Principalmente pessoa... idoso, criança e... bicicleta... e assim por diante. Então é uma coisa que... queria que tivesse mais segurança.*

E ao que tudo indica, a vigilância é uma das iniciativas capazes de trazer esse alento.

R: *Porque a gente fica mais à vontade, fica mais tranquilo. Porque, é como acabei de dizer, tem alguém olhando, tem alguém observando alguma coisa de errado que fizerem na redondeza, no lugar onde a pessoa está.*

B) Colocando em foco o tema da Visibilidade

*“O brasileiro é que tem mania de privacidade”
(S, artesão e morador do Guarujá há 10 anos)*

Enquanto as discussões anteriores acerca do tema da segurança parecem muito mais preocupadas em questionar se “há ou não alguém observando”, o tema da visibilidade – que articula a intimidade e da privacidade – desloca um pouco a dúvida e pergunta “o que está sendo observado?”. Ambas as questões estão intimamente interligadas, e sua separação aqui foi realizada apenas para efeitos de organização, mas a diferença de foco de suas indagações permite que outro tipo de investigação sobre a subjetividade, na atualidade, tenha lugar e, neste sentido, algumas considerações serão feitas no presente item.

Partimos, então, da epígrafe acima, na qual um dos porta-vozes defendia seu ponto de vista acerca da presença das câmeras no cotidiano do Guarujá. De acordo com S, a vigilância é um fato no mundo inteiro, principalmente na Inglaterra, contra o qual não se deve perder tempo polarizando. Seus argumentos passaram por vários pontos, inclusive pelo sucesso do *reality show* Big Brother. Entretanto, o discurso de

S não parecia um discurso de apoio. Sua fala soava como se estivesse expressando a postura mais sábia que se poderia ter: a de aceitação do fato. Uma aceitação diferente de uma resignação. As câmeras estavam lá e ponto. Ele se sentia mais seguro por saber que havia alguém olhando, mas sabia também que possivelmente esse sistema não era perfeito e que “os bandidos sempre dão e sempre vão dar um jeito de roubar” (S, CADERNO DE CAMPO, p. 66).

Apesar dessa possibilidade de falha, o relato de S não era resignado porque revelava uma espécie de troca: a exposição de algumas de suas ações, de parte do seu cotidiano como moeda na aquisição da sensação de segurança. Quando Foucault (1992) aborda em “As Palavras e as Coisas” o tema da utilidade, é em torno da “troca” que suas reflexões se desenvolvem. Segundo o autor, então, o ato da troca seria abrir mão de algo em prol de outra coisa a qual se acredita ter mais valor (FOUCAULT, 1992). “(...) Porém, não quer dizer que se troca utilidade por utilidade em porções idênticas; trocam-se desigualdades (...)” (FOUCAULT, 1992, p. 213).

Que utilidade teria uma liberdade que não se pode exercer pelo medo?

MA: *Porque hoje em dia, o que mais importa pras pessoas é segurança. Se ela tá sendo olhada, se ela... Isso é o mínimo.*

“(...) Tudo o que satisfaz a necessidade tem portanto um valor, e toda transformação ou toda transposição que permita satisfazer as mais numerosas necessidades constitui um aumento de valor (...)” (FOUCAULT, 1992, p. 215). Dessa forma, é preciso produzir novos sentidos para a liberdade, para a intimidade, para a privacidade, sentidos que possam conviver com todas as redes de promoção de segurança existentes atualmente. Vale ressaltar, todavia, que “conviver” não significa conviver sem conflitos, porque o que pode parecer uma escolha para alguns, pode ser justamente o oposto para outros.

N: *Você se sente, querendo ou não, mais protegido. Porque sabe que se acontecer alguma coisa com você alguém vai estar vendo.*

Retomando, então, a questão que norteia esta parte do trabalho, sobre o que está sendo visto, o que está em foco nas lentes das câmeras, percebeu-se que algumas possibilidades causariam constrangimento e insatisfação.

E: *Só que, eu acho assim, não pode é haver a [invasão da] privacidade da tua vida. De repente, a câmera tá pra ser uma ajuda pra segurança, não pra começar a penetrar em coisas que... aí ele não tá mais pra segurança. Aí ele tá entrando na tua vida pessoal. Eu acho que isso aí não tem nada a ver. Acho que a câmera, aqui no Guarujá, ou em qualquer... Praia grande, qualquer cidade, ela seja para inibir os meliantes. É assim cara! Eu acho assim. Eu acho que nada melhor do que as câmeras, entendeu?!*

N: *Eu acho que [a câmera] também pode pegar coisas que não deveriam pegar. Porque como a orla da praia é cheia, talvez se filmarem alguma coisa num prédio, eu acho que isso pode até prejudicar a guarda, alguém entrar com algum processo, alguma coisa. Não sei se tem como. (...) Porque você não sabe o que tá acontecendo dentro do monitoramento, o que eles estão vendo, o que eles estão querendo ver. Porque não depende só das câmeras estarem posicionadas. Depende de eles estarem comandando. Então você não sabe a direção da câmera naquela hora. Não adianta nada você ir correndo até um guarda e falar se o bandido já tá totalmente no lado oposto de você e bem longe. (...) Você sabe que tem muito guarda... que ele tá ali dentro, ele cumpre horário. Ele não quer saber da sociedade. Ele faz o dele e pronto. E ele pode tá olhando ou mulher na rua ou olhando qualquer outra coisa e nem aí pra bandido, pra crime.*

A dúvida com relação às ações de quem vigia remete ao funcionamento panóptico descrito por Foucault (2002) e se, por um lado, este é capaz de ter como efeito “quase metade da população monitorando a própria população” (VT, CADERNO DE CAMPO, p. 5); por outro, pode produzir desconfiança e receio de olhares mal-intencionados, por exemplo.

Com relação aos efeitos negativos, W comentou a possibilidade de o monitoramento ser realizado por “rapazes não bem intencionados”, no sentido de que eles poderiam ficar observando as moças de biquíni. Ela disse que isso seria bastante desagradável caso ocorresse e completou afirmando que o monitoramento deveria ficar nas mãos de pessoas responsáveis (CADERNO DE CAMPO, p. 92).

Com relação a essa responsabilidade mencionada no trecho anterior, os porta-vozes da central de monitoramento concordam com W e, dessa forma, defendem sua atuação.

AV: Nós temos diretrizes aqui que só o guarda municipal que opera o equipamento. Nós temos funcionários estranhos ao quadro de funcionários da prefeitura, que são terceirizados, para atendimento... telefonistas. Mas operando o sistema só guardas municipais. Por quê? Porque eu tenho como cobrá-los, responsabilizá-los administrativamente, criminalmente inclusive. Porque eu entendo que você coletar imagens de uma pessoa é uma responsabilidade muito grande. Então a gente tem... várias imagens aqui... a gente toma o maior cuidado pra que as imagens não saiam daqui em mídia, em pen-drives... hoje em dia, a tecnologia... é mais fácil você copiar uma imagem... é muito fácil. A gente toma bastante cautela para que não haja ofensa a nenhum direito individual. (...) A partir do momento que você consegue garantir isso com uma certa eficiência, eu acho que afasta, digamos assim, esse posicionamento contrário à instalação de câmeras.

MA: A gente tem ocorrências aqui muito... flagrantes cinematográficos, que dariam... que iriam pro Jornal Nacional. Mas a gente tem o cuidado de às vezes não chamar a imprensa. Se tem um menor envolvido, a gente prefere não chamar. Se de qualquer maneira vai trazer algum transtorno, ou a gente pode ser acionado por constrangimento, ou alguma coisa... a gente prefere não contar. Botar o ovo e não contar.

○ que os porta-vozes citados acima tentaram esclarecer, contudo, diz muito mais respeito ao cuidado que se tem com a divulgação das imagens filmadas do que com o processo de filmar em si, ou seja, com a escolha do quê colocar em foco. Neste sentido, o já mencionado tirocínio dos profissionais do monitoramento, ao mesmo tempo em que pode agregar eficácia ao trabalho, pode constituir também um problema sério.

Sobre como identificar o criminoso, aquele sobre o qual deve ser dado o “zoom”, VT diz que os profissionais da central são competentes, que antes de ali chegar tiveram anos de experiência na rua e que, hoje em dia, conseguem distinguir trejeitos, posturas, “modus operandi” de criminosos (CADERNO DE CAMPO, p. 5).

M: *Geralmente atitudes suspeitas. A gente monitora bastante onde acontece mais os delitos, que é na faixa arenosa da praia. E o que que seria...? A gente vê dois indivíduos andando de bicicleta, esse é o modus operandi, que a gente fala. Eles atuam mais assim: em dois, de bicicleta. Então a gente sempre faz o acompanhamento. No caso de acontecer o delito, a gente já entra em contato com a PM... mas a gente sempre visa isso: dois indivíduos, de bicicleta... sempre são atitudes suspeitas... eles visam bastante o turista na praia.*

Quando se define que alguns comportamentos são suspeitos, mercedores de observação atenta, delimita-se de certa forma um campo de exclusão. Exibir tal comportamento insere o sujeito automaticamente em uma categoria nada desejável. O problema é maior quando se pensa as ações empreendidas com relação àqueles que apresentam as atitudes suspeitas. Basta lembrar o caso do brasileiro morto no metrô, em Londres, no ano de 2005, no qual o único crime cometido pelo rapaz foi aparentar o perfil da exclusão. Especificamente, no que se refere à cidade Guarujá, digamos que ao menos não seria aconselhável a alguém andar de bicicleta acompanhado, a não ser que tenha a intenção de atrair os olhares de M.

Apesar desta questão problemática, a maioria dos discursos coletados afirmou que se você não faz nada de errado não tem o que temer. Os dispositivos de vigilância, dessa maneira, só tornariam visíveis as ações já praticadas, e o fato de o sujeito “não ter nada a esconder” o faz merecedor do status de confiabilidade e integridade.

B: *Bom... a pessoa que pode ser contra isso aí [o monitoramento] é o pessoal que não tem... que não tem atitude, né?! , que faz coisa errada, que não gosta do certo, só gosta de errado. Esse deve ser o pessoal que seria contra, né?!*

AO: *Se você não deve nada pra ninguém, eu acho que isso mudou pra melhor. Se é uma pessoa que deve, então ela já fica mais esperta.*

E: *Pra mim, não mudou nada, cara. Não mudou porque eu acho, assim, se eu fosse algo errado, eu ficaria, né... “Pô, vou pra lá... tem um monte de câmera”... Não. Então pra mim não inibiu em nada. Não fez nada de mal.*

- C: *Acho que a vigilância não me atrapalha em nada.*
- AM: *O que eu faria normalmente, sob vigilância eu faria a mesma coisa.*
- C: *Pra gente, sim. Pros bandidos é que a gente não sabe. É que nem um guarda estava falando outro dia... Nós passamos ali, o guarda estava falando pro menino: “– Você já é meu conhecido! Você não vacila, não, hem?! E põe a mão pra cima”. Quer dizer, esse aí já deve ter passado pelas câmeras várias vezes.*
- AM: *Várias vezes... É o problema da vigilância. Pra mim... não me atrapalha em nada ser vigiada. O que eu faria sob uma câmera eu faria normalmente. Na cidade, não tem problema.*

SA: *Não me incomoda eu estar andando e ter uma câmera atrás de mim, não tá me perturbando. Pra mim tá normal. (...) Pro pivete, pra gente que tá realmente pensando em fazer alguma coisa, aí realmente teria porque vai filmar, vai ficar gravada a imagem. De uma certa forma, faz pensar duas vezes. Agora, pra população em geral, se você tá afim de andar, de passear, de ir pra praia, até que é uma coisa agradável.*

Há, então, uma perda da intimidade? Um recuo em seus limites?

Não! Pois assim como não há “A Segurança” definida, substantiva e universal, assim também não há “A Liberdade”, muito menos “A Intimidade”. Estes valores se produzem a cada momento como efeitos de subjetividade, como efeitos de rede. Os limites de uma intimidade são, portanto, negociáveis e não devem recuar diante os olhares das câmeras, pois são fabricados nesse jogo mesmo de forças. “[Trata-se] de uma subjetividade que se constitui prioritariamente na própria exterioridade, no ato mesmo de se projetar e de se fazer visível a outrem” (BRUNO, 2004). A intimidade atualmente já se produz sob o olhar do outro, o que não quer dizer que esteja sempre de acordo com o tanto que se expõe dos sujeitos e de suas ações.

E: *(...) Vai que eu venho pra praia, à noite... aí, de repente, eu tô com uma mina, eu vou transar com a mina... Eu já vi câmera aqui... uma mulher... (...) e um dia antes eu tava sentado lá em baixo e a câmera tava na posição que a mulher do cara tava do lado assim... e eu percebi que naquela câmera, o cara tava de olho nela. Entendeu? Então são coisas que, às vezes, você pode estar fazendo algo com uma mulher, que às vezes é mulher casada, pô... já pensou se... Sei lá! Fica uma coisa que... não sei, velho. Tu viu o negócio da, daquela... como é nome da menina da MTV, lá, que era a ex-mulher do Ronaldinho? Foi uma polêmica do caramba. Não é porque a Cicarelli é rica. Mas de repente, vai que*

tu tá num lugar que... de repente... pô, tu não tá fazendo nada de roubo, nem nada. Mas tu tá fazendo algo de... coisa, de relação, ali... Fica uma coisa meio constrangedora. De repente, tu olha assim, a câmara tá lá te olhando. Sei lá... não sei, cara. Não tenho nada, assim, a dizer contra, entendeu?. Só acho que as pessoas têm que ter... acho que segurança... não pode confundir as coisas. A segurança tem que ser um exemplo pra nós, entendeu? Ela tem que ser um exemplo.

Dito isto, pode-se perceber que a sensação de segurança e o sentido de intimidade que se produzem hoje em dia comportam várias nuances, todas possíveis de ser experimentadas por diferentes atores ao mesmo tempo na rede, ou até por um único ator em diferentes tempos.

Conforme fui prosseguindo em minha caminhada, (...) fui notando que a praia ia se tornando erma. (...) Sei apenas que aquilo foi me incomodando, foi me causando desconforto, pois de alguma forma, fui perdendo um pouco da sensação de segurança que tenho em locais movimentados. Foi então que me lembrei da sensação de fazer essa pesquisa sabendo que poderia estar sendo monitorado. No primeiro dia, confesso que me senti incomodado. Eu havia conversado com os responsáveis pelo monitoramento, ou seja, eles sabiam quem eu era e qual era o meu objetivo. Tinha certo incômodo ao pensar na possibilidade de eles estarem monitorando meus passos e minhas ações. Andando pela Enseada, quatro dias depois de ter passado pela central, diante do “esvaziamento” da praia, substituí o incômodo pela sensação de segurança. E aos poucos, pareceu-me que essa sensação não se sustentava, pois realmente a presença de uma câmara não era o suficiente para me tranquilizar naquele lugar vazio e desconhecido (CADERNO DE CAMPO, p. 19).

Se a rede de monitoramento no Guarujá, apesar dos pontos negativos, das dificuldades, com seus efeitos imprevistos e com a atualização de questões importantes na contemporaneidade pode ser considerada eficiente e, por isso, se mantém viva, que idéias seus actantes têm para o seu futuro? Dado o seu percurso, como se prospecta essa rede para os próximos anos e como se deseja que ela seja?

5.4.3. ESBOÇANDO O FUTURO DA REDE

Para esse terceiro momento da rede, que é um momento que ainda não se atualizou, as possibilidades de percursos são tão maiores do que nos dois

momentos anteriores, que já era prevista certa dificuldade por parte dos porta-vozes em produzir alguma versão que parecesse ter corpo, por assim dizer. Com o objetivo, então, de diminuir essa dificuldade, este momento da rede foi abordado e, da mesma forma, será aqui organizado em duas possibilidades distintas: o futuro previsto – aquele que é uma dedução razoável dada a trajetória conhecida; e o futuro desejado – aquele que não tem nenhuma pretensão de ser coerente, lógico ou razoável.

A) Futuro previsto

AV: Nós temos um contrato que tem a data de termo e um pouco antes desse termo, nós vamos provavelmente elaborar um outro edital, talvez um pouco mais amplo, que encampe um maior número de pontos e tal. A nossa idéia é já preparar agora em dois mil e oito – porque o contrato vai até dois mil e nove –, com uma eventual reeleição do prefeito aí, um projeto pra substituir esse. Mas lógico, pode ser que haja renovação tecnológica e tal, alguma coisa, mas principalmente ampliar um pouco mais a rede (...). Botar os nossos olhos um pouquinho mais longe, mais espalhados, mais abrangentes aqui na ilha, naqueles pontos (...) de afunilamento. Nós estamos fazendo um trabalho aí de diagnóstico da segurança da cidade. (...) Agora já com a instalação dessas câmeras houve, como eu disse a você, uma mutação. O crime passou a ir mais pra beira da água. Então nós montamos o patrulhamento de areia. A polícia militar tá buscando investimentos em quadriciclos pra patrulhar a orla da praia. Nós tivemos aqui locados quadriciclos na temporada. Então, a gente vai se adaptando. A parte de monitoramento, apenas ampliação, que a tecnologia existente aí eu acho que ainda é plenamente satisfatória, o que nós dispomos aqui. Talvez havendo algum dispositivo novo aí, a gente possa integrar, vai depender, quando chegar a hora, de uma série de estudos, consultas (...). É o bom disso é que o custo cada vez (...) é menor. (...) Então, (...) com a mesma previsão orçamentária, a gente tem como ampliar o serviço com o mesmo gasto. Então eu vejo que a gente tem possibilidade de avançar, termos maior abrangência do projeto com um custo equivalente ao começo do contrato.

De forma concreta, são estes os planos para os próximos anos da rede. O trecho anterior foi escolhido por apresentar, mais do que em qualquer outro relato, uma idéia geral do futuro percurso institucional da rede e seus objetivos pensados a partir do quadro atual. Fala-se em expansão do alcance do monitoramento, em

elaboração de novo contrato, em reeleição do prefeito, enfim, fala-se em uma continuidade da rede que, em seu funcionamento, vai sempre buscar a manutenção de sua existência. E neste caso, parece que a necessidade produzida fez da sobrevivência um sinônimo de expansão.

Todavia, a expansão da rede pode ser entendida não só como ampliação de alcance, mas também através da articulação com novos actantes, como é o caso do programa de retrato falado, por exemplo, que se encontra em fase de testes para se identificar a versão que mais atende a demanda deste coletivo (A, CADERNO DE CAMPO). Talvez aí se esteja caminhando para aquele tipo de integração necessário a um sistema eficiente de vigilância segundo Norris e Armstrong (1998) e Pedro (2005).

Retomando, contudo, o relato citado anteriormente, mesmo sendo breve, já é possível identificar nele alguns problemas, algumas dificuldades que serão enfrentadas para que esse futuro planejado venha a ter lugar.

SA:(...) Aqui no Guarujá, depende muito do prefeito que tá trabalhando na época. Porque entra um, o cara muda tudo que o prefeito anterior fez. Então a câmara a gente não sabe. Por teoria, parece que veio pra ficar. Mas é o que eu falei, vai depender muito do próprio prefeito. Se ele vai continuar investindo nessa tecnologia, se ele vai continuar investindo nesse sistema, se ele vai achar que tem outra coisa melhor pra fazer (...). Depende muito da cabeça do prefeito e das pessoas que ele coloca pra trabalhar em volta dele.

M: Não sei se até lá [daqui a alguns anos] vai ter ainda esse serviço. Porque muda a administração... pode vir outro prefeito e acabar aqui com o monitoramento. Então, te dizer o que eu acho... não sei...

Segundo A, pode ser que o prefeito seguinte não acredite no projeto ou tenha outras idéias para a cidade. Ele afirmou que essa decisão pode não ter nada a ver com eficácia do projeto, mas simplesmente com um planejamento distinto de governo (CADERNO DE CAMPO, p. 82).

Este é um primeiro problema, e forte. A questão é aqui é política e vai ao encontro daquilo que Latour (2000) afirma quando evidencia que as decisões técnicas e as

políticas encontram-se extremamente imbricadas. É necessário que os aliados do projeto continuem em posições privilegiadas, ou que a própria rede arregimente alguns novos que possam garantir sua continuidade.

M: É questão de política, às vezes. Questões políticas, questões financeiras. De repente, não seria interessante. O que eu acho que seria uma pena... se tirasse... porque eu acho que tem que ser uma coisa pra sempre, daqui pra frente.

O segundo problema refere-se a uma questão de “verba”. Como é um projeto dispendioso, pode ser que esse dinheiro precise ser direcionado para outro lugar, acredita A, o que decretaria o fim do monitoramento (CADERNO DE CAMPO, p. 82).

A segunda possível dificuldade, portanto, é econômica. Onde se poderia a princípio esperar algumas ressalvas e preocupações acerca das especificações técnicas dos dispositivos utilizados – já que se trata de uma rede articulada em torno de um actante não-humano – encontra-se toda uma trama na qual o que se está em jogo é muito mais do que uma decisão sobre uma ou outra tecnologia, é uma decisão que é produto e produtora de uma sociedade.

Mas parece que esse projeto, por mais que sofra modificações, por mais que tenha que se adaptar para vencer os obstáculos, veio pra ficar, pois seus aliados estão espalhados entre os vários grupos que compõem a rede

MA: Mas eu vejo isso aqui com muito sucesso, com crescimento bastante grande, aceitável pela população. (...) Então acho que essa tendência já é mundial e (...) eu vejo que daqui a dez anos ainda... vão estar com uma central muito maior do que esta, num local muito melhor estruturado, porque realmente ela trás o resultado.

B: Pra começo, acho que tá caminhando bem. (...) Como a tecnologia tá se avançando, tudo pode se avançar, né?!

N: Eu, como trabalho aqui próximo, eu vejo o trabalho deles sempre. É um trabalho que tende a crescer bastante, a instalar em todos os pontos da cidade. (...) No que depender da sociedade, a vigilância... ela tende... a sociedade... querer que ela cresça. Que

instalem câmeras em todos os pontos da cidade. Não em todos, mas nos principais pontos.

Sendo assim, a previsão de uma expansão da rede não é apenas um desejo utópico de um coordenador despótico. Ela se tornou uma “tendência mundial” e faz parte das expectativas das pessoas, até pra que se possa dar conta das novas desterritorializações que irão ocorrer.

Como prospecção para o futuro, J acredita que o monitoramento deve permanecer. Segundo, ele assim como devem surgir formas de burlar sua ação, a tecnologia de vigilância também deve sofrer algumas transformações com o objetivo de dar conta dessas “fugas” e ser cada vez mais eficiente (CADERNO DE CAMPO, p. 7).

E mesmo concordando que a vigilância eletrônica vai permanecer como fato estável, há quem aposte que sua eficácia na prevenção e no combate ao crime não será relevante

Roubos, segundo S, vão continuar existindo apesar das câmeras. Talvez surjam outros modos de roubar. Ele dá como exemplo o assalto que teve ao Banco Central em uma cidade nordestina (lembro-me vagamente dessa reportagem), onde os ladrões cavaram um buraco pela terra para burlar a blindagem na parede. Ele disse inclusive que, hoje em dia, as pessoas roubam por computador: jogam um vírus e roubam o dinheiro todo (CADERNO DE CAMPO, p. 66).

RM: Eu acho que [a situação de violência] vai continuar igual. (...) Os meninos não tão ligando pra isso. Eles dão um jeito. Do jeito que os meninos são... Deus me livre! (...) Que nem uns muitos por aí... coloca o capuz na cabeça, já era! Quem vai saber que é ele? Nunca, né?!

Em suma, são apenas especulações. Sem bola de cristal, sem máquina do tempo. Versões possíveis de um futuro ainda não escrito. E já que não está escrito, que tal seria se o esboçássemos, se assumíssemos definitivamente a posição de atores-atores sem nos preocupar em seguir esse fio lógico que inventamos e tanto nos atormenta? Vamos, então, ao futuro desejado!

B) Futuro desejado

No futuro desejado pelos porta-vozes envolvidos na pesquisa, os dispositivos tecnológicos de vigilância continuam a existir.

M: Eu acho que teria que investir bastante. (...) Não existir só trinta câmeras, como existe. Teria que existir umas duzentas, trezentas, quatrocentas... se pudesse, mil. Pra acrescentar na ajuda aí à Polícia Militar... que a gente faz um bom trabalho... a gente tem que tá atento aos criminosos aí... então... a gente auxilia bastante a PM nessa questão. Então eu acho que teria que melhorar ainda mais. Tá bom! Mas teria que melhorar ainda mais.

SA: Ah, eu manteria as câmeras. Até colocaria mais pela cidade. Espalharia mais em mais pontos. Não só na orla da praia. Nas avenidas principais aqui de dentro. Porque eles instalaram um mundaréu de radar pra diminuir a velocidade. Mas é o tal negócio: tem lugares que se você diminui a velocidade, o cara vem e te para, entra na tua janela e é capaz de te assaltar. Então eu acho que além de... colocar as câmeras na praia, mas colocar também pra dentro da cidade, nas avenidas, nas ruas mais assim, pra poder monitorar realmente tudo. Pra você ter uma segurança maior.

Para alguns, em especial, não só os dispositivos devem perdurar no cotidiano da cidade, mas a rede deve crescer, se exportar mais, agregar novos e importantes actantes no sentido também de possibilitar um maior exercício do poder, do controle.

MA: O trânsito tá muito ligado ao serviço da gente, ele tá muito ligado. Então eu teria aqui alguém para acionar o trânsito (...), o rapaz do trânsito estaria aqui. Então a viatura da polícia pediu guincho, a viatura da polícia pediu pra fechar uma rua porque eles vão fazer alguma operação, o trânsito já estaria aqui. Eu traria a central da ambulância. Eu traria aqui, pra cá... porque as ocorrências vêm pra cá: paciente em trânsito, a pessoa passou mal, liga 190 ou então liga 153 (...) vamos deixar tudo mundo integrado. Esse seria o meu sonho mesmo: eu teria um bombeiro, a central de ambulâncias, o trânsito trabalhando realmente integrados. Você fiscaliza com maior facilidade.

Entretanto, a idéia que fica a partir das entrevistas e das conversas informais é que o apoio a estes dispositivos de vigilância se dá na medida em que estes possam

garantir aquilo que realmente se deseja. E, dessa forma, a segurança sim se destaca como um valor importante, assim como tudo mais a que esta possa estar articulada: educação, emprego, lazer, etc.

R: *Eu gostaria que chegasse em qualquer lugar... a pessoa andasse com um veículo, uma bicicleta, uma bolsa, e andasse à vontade, sem que ninguém perturbasse. Isso seria muito bom, porque a gente hoje anda todo apavorado. Se você anda com uma bolsa... olhando pra um lado e pra outro... de repente, esperando que surja um ladrão, uma coisa assim, e leva, né?! Uma bicicleta, um carro. Põe um carro aí em qualquer lugar, daqui a pouco quando chega, já levaram, roubaram. Roubaram som, roubaram... e assim por diante. Eu gostaria que a gente chegasse, colocasse ali e quando voltasse tava no mesmo lugar.*

C: *Eu espero que melhore bastante, porque daqui a uns dois anos eu quero vir morar aqui (...) definitivamente. Quero que cada vez melhore mais a vigilância, a questão do desemprego, as oportunidades, escolas, porque eu acho que isso é importante. Porque não adianta pegar um moleque aí e tentar mudar a cabeça dele se não der um futuro pra ele. Entendeu? Então eu espero que daqui pra frente (...) tenha vários projetos pra tirar essa meninada da rua, porque tem muito menino na rua. A gente percebe isso. Você anda aqui pela praia, você vê muita gente à toa, sem ter o que fazer durante a semana, né?! Então é falta mesmo do que fazer. É escola, são projetos de esporte, trabalhos, né?! Então eu acho que os prefeitos, os governadores daqui têm que se preocupar mais com essa parte, investir mais nessa parte. (...) [Quanto à vigilância] a gente sempre espera a melhora. Não que vá piorar. De repente, até treinar essa meninada pra ser guarda mirim, fazer um projeto para eles terem um futuro.*

Nota-se uma mescla de otimismo, do chamado “pensamento positivo” e da idéia de progresso que está geralmente ligada a de expansão. A noção de desenvolvimento parece impregnar a maioria das expectativas e dos discursos, que obviamente não são tão homogêneos assim:

E: *De repente, em alguns anos eu venho aqui e o negócio tá bem diferente. Então eu acho que o futuro vai ser melhor do que agora o presente. Entendeu? Eu acho que o futuro será melhor do que o presente.*

RM: *Sinceramente, não sei [como seria o lugar dos meus sonhos]! Porque, hoje em dia, tem pai por aí que fala assim: “– Ah, meu filho, vai por caminho aí pelas drogas mesmo, você vai ganhar bem, você tá no futuro. Futuro bom pra você é isso!”. Então, hoje em dia... Nem os pais, hoje em dia,... sei lá! Paz? Paz ninguém vai ter! Esse mundo, do jeito que tá indo... Porque, hoje em dia, ninguém dá... como é que se fala? Oportunidade para os jovens. Pode ver por aí: tudo jogado! Que nem eu! Tô querendo emprego. Até agora, nada. Oportunidade: nenhuma... pra mim. Ah, sei lá. Alguma lojinha pra mim trabalhar... nada aparece... sei lá! Cursos...*

Outros desejos já não parecem tão evidentemente ligados à segurança, mas talvez possam se tornar alguns dos objetivos buscados com o uso dos dispositivos tecnológicos de vigilância.

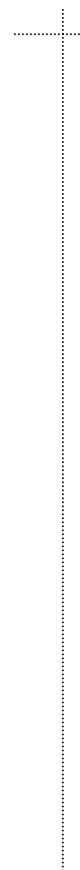
B: *Conscientizar a população a jogar lixo no lixo. Tem muita gente que... vendo aí o aquecimento global... e hoje não tem ainda o discernimento de que isso pode acabar com o nosso mundo cada vez mais rápido. Acho que esse aí é o primeiro passo.*

Com aprendizados e mudanças na rotina, os desejos também revelam críticas. Críticas a uma dinâmica que sempre irá favorecer alguns de seus atores mais do que a outros e que, no jogo de traduções, acaba produzindo satisfações e insatisfações (às vezes concomitantemente).

N: *Eu acho que (...) você não tem que pensar na cidade como as pessoas pensam: (...) nos três últimos meses do ano e no primeiro do ano seguinte. Como agora, começam os feriados, começa o verão, começa a temporada. Aí agora as pessoas sempre estão de olhos arregalados querendo mostrar pra Deus e o mundo que tão fazendo as coisas. Eu acho que eles teriam que começar de baixo, dando uma seqüência de vida pro povo daqui primeiro. Que assim o povo (...) teria mais qualidade até pra atender as pessoas daqui. (...) Então acho que tinha que começar daqui primeiro, pras pessoas começarem a ver que o turismo (...) tá pra ajudar. Ele não tá nunca pra prejudicar a cidade e tá pra subir a economia da cidade. A praça tá sendo reformada, o shopping cresceu bastante. Não é tão grande, mas antes era uma galeria praticamente. Agora tá um shopping legal, tem cinema, tem tudo mais. E tende a crescer bastante. Eu gostaria... se fosse por mim, eu acho que reformando tudo, assim como eles estão fazendo, eu acho que poderia dar certo. Eu acho que teria muito que mudar na*

educação, muito que mudar na saúde, nesse tipo de coisa toda. Acho que como qualquer canto do Brasil, acho que é aqui também.

Contudo, um ponto parece unânime: todos querem o melhor para essa rede urbana que compõe o Guarujá. A questão é que existem tantas possibilidades, tantas versões, que algumas se sobressaem às outras, adquirindo status de verdade. Por isso vale convocá-las todas: as ditas “verdadeiras” e as “falsas”. Talvez assim seja possível compreender a sociedade que se tem produzido atualmente, bem como as subjetividades, e ao mesmo tempo se deixe claro que estas são efeitos contingenciais, passíveis de alteração a qualquer instante.



APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1

CAPÍTULO 2

CAPÍTULO 3

CAPÍTULO 4

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Após todo o percurso trilhado, é chegada a hora de alinhar as costuras realizadas para que se possa produzir algum sentido a respeito do tema ao qual nos dedicamos até aqui. Partimos da evidência de que os dispositivos tecnológicos de vigilância estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano como uma espécie de solução natural ao quadro de violência e medo. Questionamos a naturalização desse fenômeno e trouxemos para como aliados de nosso argumento a “Teoria ator-rede” desenvolvida por Bruno Latour juntamente com suas ressonâncias.

A teoria ator-rede nos pareceu bastante atraente, pois busca simetria entre as verdades e os erros, entre os humanos e os não-humanos, na investigação dos fatos. Desta forma, dedicamo-nos durante o primeiro capítulo da presente dissertação, a elencar alguns conceitos e idéias interessantes que pudessem nos ajudar a empreender esta pesquisa. Falamos em redes sociotécnicas, coletivos heterogêneos, falamos em traduções, versões, falamos em controvérsias, conflitos, etc.

Dado esse passo inicial, estabelecidas algumas diretrizes do jogo, no segundo capítulo viajamos pela história na tentativa de delinear uma genealogia para a prática da vigilância, entendida de modo amplo. Detivemo-nos principalmente em território brasileiro, atribuindo destaque aos desvios, aos saltos ocorridos a partir da chegada da corte portuguesa ao país, no início do século XIX. Passeamos pelo Rio de Janeiro com Pechman (2002), cidade representativa das mudanças sociais descritas, onde o desenvolvimento urbano se deu ao mesmo tempo em que a estética, a higiene e a saúde se entrelaçaram como ícones da civilidade. A tensão entre o caos e a ordem surgiu, neste momento, como uma questão preocupante, que demandava e ainda demanda intervenções no sentido de afastar o primeiro para garantir a segunda. Vigilância constante: assim se pensa ser possível atingir tal objetivo.

Voltamos, então, ao presente e passamos a descrever as características da vigilância em nosso tempo. Assim como afirma Gary Marx (2002), percebemos a relevância dos dispositivos tecnológicos como decisivos para compor aquilo que o autor denomina “nova vigilância”. Vimos também que estes dispositivos estão articulados não só aos humanos, mas a vários outros actantes, sem os quais pouca

eficácia teriam no combate ao crime, segundo Norris e Armstrong (1998) e Pedro (2005). Constatamos que muitas iniciativas de videomonitoramento estão sob o controle do poder privado, o que contribui na fragmentação desse sistema e, por outro lado, na multiplicação de seus alcances, em nosso ponto de vista.

Intrigados com essas redes que se articulam em torno dos dispositivos tecnológicos de vigilância e, principalmente, com a imensa gama de efeitos possíveis, dedicamo-nos, em seguida, aos processos de subjetivação e suas relações com a vigilância. Contudo, era preciso antes esclarecer também como se dão essas relações de agenciamentos sociotécnicos, tal como definidas por Deleuze e Guattari (1995).

No quarto capítulo, então, foram apresentadas primeiramente algumas considerações referentes ao fenômeno da produção de subjetividade. Esclarecemos que a subjetividade aqui abordada se diferencia de uma interioridade previamente existente ou mesmo de uma individualidade. Comentamos seu caráter coletivo, deixando claro que esse coletivo em questão é necessariamente heterogêneo, e sua artificialidade, na medida em que é um efeito contingencial das relações estabelecidas.

Ainda dentro deste capítulo, dois temas de reflexão, relativos a experiências, a efeitos de subjetividade produzidos pela dinâmica da rede, foram escolhidos para aprofundamento, sobre os quais fizemos breves considerações no sentido de indicar alguns de nossos questionamentos.

O primeiro deles foi o tema da segurança, que apesar de identificado como de extrema relevância para o trabalho, não havia sido previamente destinado ao mesmo um item único. Na própria dinâmica de seguir a rede, entretanto, um de nossos temas não se mostrou constituir uma questão e, dessa forma, decidimos abandoná-lo para procurarmos pistas acerca das relações entre segurança, violência, medo, sociabilidade e confiança, as quais se apresentam recorrentemente. O segundo tema de reflexão apontado abordou a questão da visibilidade propiciada por esses dispositivos e em que medida a intimidade, a privacidade e a liberdade se encontram redefinidas, portanto.

Munidos de todas essas pistas que conseguimos reunir, passamos em seguida, à nossa cartografia (ROLNIK, 1989). Escolhemos o município do Guarujá, litoral do

estado de São Paulo para sua execução. Definimos o método: “análise de controvérsias”. Organizamos os passos e, então, inserimo-nos na rede.

Especificamente duas expressões de Latour marcaram fortemente esta cartografia, cada qual em uma etapa. A primeira delas foi “seguir os atores” (LATOUR, 2000). Enquanto coletávamos os discursos e realizávamos nossas observações, tivemos a nítida idéia do grau de imprevisibilidade que esta diretriz abarcava. Contudo, esta não é uma observação de sentido negativo. Apenas ressaltamos que apesar de abertos aos desvios e cientes de sua inevitabilidade, não tínhamos idéia de que estes poderiam adquirir tais proporções. Para citar como exemplo o desvio mais emblemático em nosso ponto de vista, nossa intenção inicial era mapear a rede e nos concentrar em seus efeitos de subjetividade. Como se pode perceber, o resultado foi justamente o contrário. A rede se mostrou tão interessante em si mesma, com suas articulações, seus actantes; tão heterogênea; tão rica; que certamente não conseguimos apreendê-la em todas as nuances que desejávamos. Mesmo o material coletado ainda contém muitas informações que pela escassez do tempo não foram devidamente exploradas.

A segunda expressão encontrada na obra de Latour (2004) que, por sua vez, guiou a análise dos dados, foi a afirmação de que os trabalhos segundo a ANT são eminentemente descritivos e produtores de sentido. No que se refere a essa idéia, acreditamos que conseguimos cumprir nosso papel, mas não sem dificuldades. O que se pode perceber ao longo do item que trabalha o material coletado é que poucas foram às vezes que tomamos a palavra diretamente. É claro que as informações foram costuradas segundo os afetos³⁰ que nós percebemos na rede. Mas era preciso deixar que estes falassem por si mesmos. A dificuldade, neste momento, foi fazer falar actantes que, na presente pesquisa, são inevitavelmente traduzidos por nós, seus autores.

É chegado o momento, então, de fazermos as considerações finais, de produzir algum sentido, e novamente as dificuldades aparecem. Latour (2004) já havia nos alertado que a pesquisa com redes não é uma tarefa simples de ser executada, mas já que viemos até aqui devemos concluí-la. Porém, como concluir um trabalho que

30 Ver nota 11.

não tem um fim em si mesmo, que tem como objetivo multiplicar sentidos e que, por isso convoca outros a se apresentarem ou a serem empreendidos? Aqui, nós, os autores, devemos nos posicionar. Mas antes de fazê-lo, vale lembrar que as verdades que porventura se produzam com a contribuição dessa pesquisa não são definitivas, assim como estas considerações também não encerram o assunto.

De acordo com o que pudemos apreender, a gênese da rede articulada aos novos dispositivos tecnológicos de vigilância no Guarujá se deu como efeito de outras redes já existentes. Mais que um reconhecimento apenas da capacidade técnica destes dispositivos, a instalação das câmeras teve lugar como fruto de um jogo de forças, no qual a negociação política também se mostrou destacar. Com um custo bastante elevado, na medida em que recorreu a um setor de consumo onde as tecnologias de ponta são priorizadas, a rede arregimentou aliados, envolveu actantes e se pôs em movimento.

Pode-se afirmar que, atualmente, os dispositivos tecnológicos de vigilância no Guarujá atualizam novas formas de exercício de poder. Na medida em que articulam uma rede de relações que envolve humanos e não-humanos como seus actantes, seu alcance se vê ampliado tanto no tempo quanto no espaço. É claro que esta rede ainda se encontra bem aquém de outras como as de Nova Iorque e, principalmente, Londres no que se refere a sua capacidade de se exportar, de exercer controle; mas seus efeitos, contudo, não devem ser negligenciado.

A coibição do comércio ilegal, como de produtos pirateados ou alimentos em condições insalubres, são alguns exemplos das atividades que, além da prática do crime, estão sendo reguladas na cidade, através do videomonitoramento. Especificamente com relação a essas atividades, o controle pode ser dito como desejado de um modo geral. Há, entretanto, outros tipos de práticas que também se encontram sob a lente das câmeras, cujas exposições poderiam trazer constrangimento não só aos chamados "criminosos" como também aos "cidadãos comuns". Quanto aos primeiros, a sociedade parece não se preocupar com qualquer espécie de sofrimento que lhes possa ser causado, afinal estes são categorizados como "amigos do alheio", como credenciados ao um circuito de exclusão (ROSE, 2000). Por outro lado, como membros dos circuitos de inclusão,

os “cidadãos comuns” revelaram não se sentir limitados em quaisquer de suas ações pelo fato de estarem sendo monitorados. Suas justificativas: “não costumam fazer nada de errado”.

É claro que alguns comportamentos são esperados do cidadão comum em seu cotidiano, na medida em que o status de civilidade se atribui a quem segue certo regimento de conduta. Da mesma maneira, como em qualquer atividade onde o poder é exercido, hoje em dia espera-se “responsabilidade” por parte daqueles que estão no comando. Sendo assim, alguns cuidados também são exigidos aos que têm posição de destaque para que, além de civilizados, sejam dignos de adjetivos que indiquem sua competência em separar o joio do trigo, ou em manter os “bons” a salvo dos “maus”.

Nessa mesma linha de oposições produzidas, como entre Civilização e Barbárie, o Bem e o Mal, os dispositivos tecnológicos de vigilância vão agregando outras, tais como: a Ordem e a Desordem, o Certo e o Errado, a Vítima e o Criminoso, com as quais, através de suas polarizações, tentam-se definir contornos em um campo caracterizado por heterogeneidade e tensão constante. A partir do momento em que estes limites são definidos, tem lugar o fenômeno da exclusão como um dos efeitos da vigilância contemporânea. De onde vêm os bandidos? Da periferia, da favela, de algum lugar em que ninguém quer estar – às vezes, nem mesmo seus moradores. Como se vestem, como agem? Quaisquer respostas a estas perguntas são passíveis de naturalização e, portanto, mais cedo ou mais tarde, serão utilizadas como justificativas para ações discriminadoras e repressivas.

As estatísticas mostram a redução na taxa de incidência de crimes após a instalação das câmeras – e podemos perceber o quanto estes dispositivos de inscrição produzem efeitos de objetividade quando enunciados. Os porta-vozes relataram se sentir mais seguros quando vigiados. Os empreendimentos imobiliários estão se multiplicando na cidade, que cada vez parece mais bela e atrativa. Estes seriam todos efeitos desejáveis se não representassem um projeto de desenvolvimento cosmopolita que não agrada a todos os moradores como as câmeras parecem agradar.

Oriunda de uma vila de pescadores, o Guarujá, articulado aos dispositivos tecnológicos de vigilância, tem revelado um crescimento digno dos grandes centros urbanos, o que, por sua vez, faria de seus moradores, cidadãos cosmopolitas, sujeitos de ritmo acelerado e laços mais fluidos (Bauman, 2001). Sendo assim, enquanto efeitos de rede, noções como “tranqüilidade” e “confiança” não estão articuladas diretamente e somente aos dispositivos de vigilância. De uma iniciativa desejável, com alguns efeitos esperados, problemas e insatisfações também podem ser produzidos.

Até mesmo a tranqüilidade experimentada por alguns porta-vozes como efeito direto da presença das câmeras parece ter versões diferentes. A crença na recalcitrância, seja dos objetos técnicos ou dos humanos, fundamenta algumas desconfianças que acabam por afastar qualquer sensação de segurança que as câmeras poderiam propiciar.

De um modo geral, percebeu-se que este projeto de vigilância é visto como *uma* entre as várias ações necessárias para se alcançar uma dinâmica social desejada, para a qual não há uma fórmula prescrita. Portanto, na versão dos porta-vozes identificados, o que importa em última instância, são os efeitos produzidos muito mais do que os caminhos trilhados para se chegar a estes.

Entretanto, esse é um tipo de iniciativa que veio para ficar, segundo os porta-vozes. As câmeras já são uma realidade, um fato, em nosso cotidiano e, mesmo que não tenham a eficácia desejada, é dada à rede o ônus da dúvida também no sentido de que boas surpresas podem ocorrer. Vale lembrar que, assim como dito por Callon (1995), as decisões tomadas com relação à adoção e à circulação de objetos técnicos se materializam nestes e, com o tempo, tendem a se tornar verdadeiras caixas pretas, as quais não são colocadas em questão, afastando a possibilidade de novas escolhas.

E como a rede já se pôs em movimento, que sociedade está sendo produzida por essas escolhas tomadas? Que sujeitos estão sendo produzidos? Mais do que respostas, essas perguntas visam problematizar o tema, colocando-o em constante debate.

Vale alertar, novamente, para o fato de que não estamos atribuindo nenhum juízo de valor às questões apresentadas aqui. Apenas, onde os porta-vozes parecem ter fechado a caixa-preta, evidenciamos alguns dos embates possíveis. E sendo a rede estudada neste trabalho, uma rede bem sucedida, razoavelmente estável, certamente sua aceitação é mais visível, cabendo a nós, então, entrar na rede pela “porta dos fundos”, pela sua “cozinha” (LATOUR, 2000), na tentativa de reabrir o debate.

Esse é um ponto que fazemos questão de deixar claro: o quanto “verdade” e “erro” são efeitos de uma mesma dinâmica, de um mesmo embate, no qual os papéis não estão definidos a priori, nem as possibilidades. Latour (2000), através da metáfora das duas faces de Jano, afirma que a produção de fatos científicos pode ser estudada tanto pela face da ciência pronta, quanto pela face da ciência em construção. Sendo assim, há várias versões para o mesmo fato, todas elas merecedoras de investigação e avaliação. E aquelas que, porventura se sobressaíam às demais não necessariamente permanecerão como vencedoras *ad eternum*.

Uma das evidências desta cartografia é que as decisões acerca dos dispositivos tecnológicos de vigilância no Guarujá são tanto políticas quanto técnicas e, portanto, produzidas por um jogo de forças onde exercício de poder, conhecimento técnico e imprevisibilidade se fazem presentes. Desta maneira, os desvios ao longo do fluxo de uma rede são possíveis e, diríamos até, inevitáveis. Derivações podem ocorrer tanto em seu sentido negativo quanto positivo na medida em que não só a política, mas também a técnica está em constante transformação; o que faz da presente cartografia uma entre as várias traduções possíveis para fato. E certamente, na própria dinâmica da rede, algumas traduções, com o tempo, irão adquirir status de verdade, e outras de ficção.

O mais interessante desta reflexão consiste em uma atenção para que não naturalizemos esses dispositivos em nossa contemporaneidade. Os híbridos que compomos com as tecnologias têm resultado, como já bem apontavam Deleuze e Guattari em suas considerações acerca da produção de subjetividade como agenciamento maquínico, estranhas misturas

de enriquecimento e empobrecimento, singularização e massificação, potencialização e despotencialização da subjetividade. O decisivo é pensarmos que nenhuma dessas possibilidades está dada de antemão (PEDRO, 2007).



APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1

CAPÍTULO 2

CAPÍTULO 3

CAPÍTULO 4

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Z. *Comunidade: A Busca por segurança no Mundo Atual*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

BAUMAN, Z. *Medo Líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BECHTEL, R. B. The history and promise of environment and behavior research. Em Bechtel, R. B. *Environment and Behavior: An Introduction* (pp. 75-106). Thousand Oaks – CA: Sage, 1997.

BENAKOUCHE, T. Tecnologia é Sociedade: Contra a Noção de Impacto Tecnológico. Em *Cadernos de Pesquisa*, n.º. 17 (pp. 1-28). PPGSP/UFSC, Setembro de 1999.

BEYER, J. *Public Surveillance: The technology and its privacy aspects*. Berlim, 2004. Disponível em <<http://ig.cs.tu-berlin.de/lehre/s2004/pvc/ablauf/07/Beyer-PublicSurveillancetext-2004-07-21.pdf>>. Acesso em 16 jan. 2007.

BRUNO, F. G. Máquinas de Ver, Modos de Ser: Visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. Em *Revista FAMECOS*, n. 24 (pp. 110-24). Porto Alegre: julho, 2004.

BRUNO, F. G. PEDRO, R. M. L. R. Entre Aparecer e Ser: tecnologia, espetáculo e subjetividade contemporânea. Em *Intexto*, vol. 11 (pp. 1-10). Porto Alegre, 2004. Disponível em <<http://www.intexto.ufrgs.br/n11/a-n11a9.html>>. Acesso em 17 set. 2005.

CALDEIRA, T. P. do R. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CALLON, M. The Sociology of an Actor-Network: The Case of the Electric Vehicle. Em Callon, M. Law, J. e Rip, A. (eds.) *Mapping the Dynamics of Science and Technology: Sociology of Science in the Real World* (pp. 19-34). London: The Macmillan Press, 1986.

CALLON, M. *Rede de Concepção e Adoção Tecnológica: Lições para o praticante da ACT* (tradução de Ivan da Costa Marques). 1995. Disponível em <www.necso.ufrj.br>. Acesso em 10 mar. 2007.

CASTRO. R. B. *Subjetividade e Planejamento Urbano: Estudo de Caso em um Espaço Coletivo*. 66 p. Monografia (Graduação em Psicologia) – UFRJ / Instituto de Psicologia, 2005.

CHEVITARESE, L. P. PEDRO, R. M. L. R. Da Sociedade Disciplinar à Sociedade de Controle: A questão da liberdade por uma alegoria de Franz Kafka. Em *Estudos de Sociologia*. Vol. 8, n.º. 1 e 2 (pp. 129-62). Recife, 2005.

COLEMAN, R. Reclaiming the Streets: Closed Circuit Television, Neoliberalism and the Mystification of Social Divisions in Liverpool, UK. Em *Surveillance & Society*, 2 (2/3): (pp. 293-309). 2004. Disponível em <www.surveillance-and-society.org>. Acesso em 16 jan. 2007.

CRAWFORD, T. H. An Interview with Bruno Latour. Em *Configurations*, 1, 2: (pp. 247-68). 1993.

CUKIERMAN, H. *Yes, Nós temos Pasteur – Manguinhos, Oswaldo Cruz e a História da Ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / FAPERJ, 2007.

DELEUZE, G. GUATTARI, F. Rizoma. Em: Deleuze, G. Guattari, F. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 1, 1995.

DELEUZE, G. GUATTARI, F. Micropolítica e segmentaridade. Em: Deleuze, G. Guattari, F. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 3, 1996.

DEL RIO, V. Integrando a psicologia e a arquitetura e urbanismo pelo projeto. Em Del Rio, V. Duarte, C. R. Rheingantz, P. A. (orgs). *Projeto do Lugar – colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo*. Rio de Janeiro: Contra capa, 2002.

FERREIRA, A. B. H. *O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivos, 2004.

FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. Em Dreyfus, L. Rabinow, P. *Michel Foucault: uma Trajetória Filosófica. Para Além do Estruturalismo e da Hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GUATTARI, F. ROLNIK, S. *Micropolítica, cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUESSER, A. H. *Software livre e controvérsias tecnocientíficas: uma análise sociotécnica no Brasil e em Portugal*. Curitiba: Juruá, 2006.

KANASHIRO, M. M. *Sorria, você está sendo filmado: as câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo*. 124p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2006.

KOSKELA, H. "Cam Era" – The contemporary urban Panopticon. Em *Surveillance & Society*, 1(3): (pp. 292-313). 2003. Disponível em <www.surveillance-and-society.org>. Acesso em 01 dez. 2006.

LATOUR, B. *Jamais fomos Modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica*. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994.

LATOUR, B. *Ciência em ação*. São Paulo: UNESP, 2000.

LATOUR, B. *A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: Edusc, 2001.

LATOUR, B. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tische*. São Paulo: Edusc, 2002.

LATOUR, B. A prologue in form of a dialog between a Student and his (somewhat) Socratic Professor. Em Avgerou, C. Ciborra, C. Land, F. F. *The Social Study of Information and Communication Study* (pp. 62-76). Oxford: Oxford University Press, 2004. Disponível em <<http://www.bruno-latour.fr/articles/article/090.html>>. Acesso em 31 jan. 2007.

LATOUR, B. Comment recommencer à suivre les associations?. Em Latour, B. *Changer de société-refaire de la sociologie*. Disponível em <http://www.ensmp.fr/~latour/livres/xii-INTRO_ANT.pdf>. Acesso em 19 mai. 2006.

LAW, J. *Notes on the Theory of the Actor Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity*. Centre for Science Studies, Lancaster University, Lancaster LA1 4YN. 1992. Disponível em <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Notes-on-ANT.pdf>>. Acesso em 05 jan. 2006.

LÉVY, P. *As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

MARX, G. T. What's new about the "new surveillance"? Classifying for change and continuity. Em *Surveillance & Society*, 1(1): (pp. 9-29). 2002. Disponível em <www.surveillance-and-society.org>. Acesso em 29 nov. 2006.

MAZOYER, F. O Mercado da Vídeo-vigilância. Em *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ago. 2001. Disponível em <http://diplo.uol.com.br/2001-08,a15?var_recherche=cidades>. Acesso em 18 out. 2006.

MORAES, M. Subjetividade, Cognição e Redes Sociotécnicas. Em *Série Documenta*, n.º 16. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <http://www.eicos.psych.ufrj.br/bibliot/documenta16/artigos/doc16_art4.pdf>. Acesso em 14 mar. 2007.

NELKIN, D. Science, technology, and political conflict: analyzing the issues. Em *Controversy: politics of technical decisions* (pp. 9-24). Londres: Sage Publications Ltda., 1984.

NEVES, C. *O Orkut como Elemento Instituinte da Vida Social: Tecendo as realidades online e offline da contemporaneidade*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2007.

NOBRE, J. C. A. PEDRO, R. M. L. R. Redes de bioética e biotecnologias da reprodução: controvérsias teóricas e metodológicas. Em *Anais do 30º. ANPOCS, 2006*. Vol. 1. Caxambu. 30º. ANPOCS 2006, 2006.

NORRIS, C. ARMSTRONG, G. Introduction: power and vision. Em Norris, C. Moran, J. Armstrong, G. (eds.). *Surveillance, Closed Circuit Television and Social Control* (pp. 3-18). Aldershot: Ashgate, 1998.

ORNSTEIN, S. Relações Ambiente-Comportamento: Conceitos e Evolução. Em Ornstein, S. Bruna, G. e Romero, M. *Ambiente Construído e Comportamento: a avaliação pós-ocupação e a qualidade ambiental* (pp. 22-47). São Paulo: Studio Nobel, 1995.

PAIVA, A. C. S. *Sujeito e Laço Social: a produção de subjetividade na arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

PECHMAN, R. M. *Cidades Estreitamente Vigeadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PEDRO, R. M. L. R. P. As Redes na Atualidade: Refletindo sobre a Produção de Conhecimento. Em Ávila Neto, M. I. Pedro, R. M. L. R. (orgs). *Tecendo o Desenvolvimento: Saberes, Gênero, Ecologia Social*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003a.

PEDRO, R. M. L. R. Reflexões sobre os Processos de Subjetivação na Sociedade Tecnológica. Em Machado, J. A. (org). *Trabalho, Economia e Tecnologia – Novas perspectivas para Sociedade Global*. São Paulo: Tendenz Práxis, 2003b.

PEDRO, R. M. L. R. Tecnologias de Vigilância: um estudo psicossocial a partir da análise de controvérsias. Em *Anais do XXIX Encontro Anual da ANPOCS - Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. Vol. 1 (p. 1-32). Caxambu: Editora da ANPOCS, 2005.

PEDRO, R. M. L. R. *Mapeamento de uma Rede Sociotécnica – Estudo de Caso: IFM*. Rio de Janeiro, mimeo, 2006.

PEDRO, R. M. L. R. O Espetáculo Midiático da Subjetividade. Em *Entrelinhas*, n°. 40. Porto Alegre, ago. 2007.

PINTO, M. C. de O. *Processo de Subjetivação da Música e na Clínica em Musicoterapia*. 2007. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DO GUARUJÁ – SÃO PAULO. *Guarujá: 2008*. Disponível em <www.guaruja.sp.gov.br>. Acesso em 30 de jan. 2008.

REY, F. L. G. *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: Caminhos e Desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

RABELLO DE CASTRO, L. A Cidade, a Criança e o Jovem: Des-mapeamento Cognitivo ou Desarticulação Social?. Em _____ (org). *Infância e Adolescência na Cultura do Consumo* (pp. 141-60). Rio de Janeiro: Nau, 1999.

RHEINGANTZ, P. A. De Corpo Presente: Sobre o Papel do Observador e a Circularidade de suas Interações com o Ambiente Construído. Em *Anais do Seminário Internacional NUTAU 2004*. São Paulo: NUTAU / USP, 2004.

ROLNIK, S. *Cartografia Sentimental, Transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROSE, N. Government and control. Em *British Journal of Criminology*, 40, 2000.

SCHEPS, R. Do Humano nas Técnicas: Entrevista com Bruno Latour. Em Scheps, R. (org.). *O Império das Técnicas* (pp. 155-166). Campinas: Papyrus, 1996.

SERRES, M. *Luzes: cinco entrevistas com Bruno Latour*. São Paulo: Unimarco, 1999.

SMITH, N. Geography, Difference and the Politics of Scale. Em Doherty, J. et al (eds). *Postmodernism and the Social Sciences*. Londres: Macmillan, 1992.

SOUZA, N. R. de. Planejamento urbano em Curitiba: Saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade. Em *Revista de Sociologia e Política*, n. 16 (pp. 107-22). Curitiba: junho, 2001.

SÆTNAN, A. R. LOMELL, H, M. WIECEK, C. Controlling CCTV in Public Spaces: Is Privacy the (Only) Issue? Reflections on Norwegian and Danish observations. Em

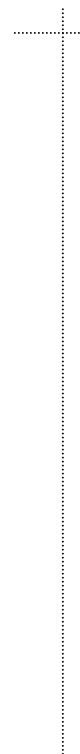
Surveillance & Society, 2 (2/3): (pp. 396-414). 2004. Disponível <www.surveillance-and-society.org>. Acesso em 16 jan. 2007.

TUAN, Y. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.

VELHO, L. VELHO, P. A controvérsia sobre o uso de alimentação alternativa no combate à subnutrição no Brasil. Em *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol. 9(1) (pp. 125-57). Rio de Janeiro, jan.-abr. 2002.

VINCK, D. *Sociologie des Sciences*. Paris: Armand Colin, 1995.

WINNER, L. *Artefatos têm política?* (tradução de Fernando Manso) 1986. Disponível em <www.necso.ufrj.br>. Acesso em 05 jan. 2006.



APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1

CAPÍTULO 2

CAPÍTULO 3

CAPÍTULO 4

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEXOS

ANEXO 1

Matérias consultadas em mídia impressa e online

Matéria 01

Guarujá - SP

Guarujá: a "Pérola do Atlântico"

TVTURISMO.COM

Idealizada como uma Companhia Balneária no final do século XIX, a cidade de Guarujá tornou-se maior que o próprio sonho. Originária de uma vila de pescadores, a cidade cresceu e, em meados da década de 50, tornou-se um município emancipado.



Atualmente, o Guarujá é conhecido como a "Pérola do Atlântico" devido as suas belas praias e belezas naturais. Muito procurada pelos turistas na alta temporada, a cidade conta com praias urbanizadas e alguma selvagens, acessíveis apenas por trilhas. Além do litoral, Guarujá oferece construções históricas e trilhas de ecoturismo. Outra atração local é a pesca artesanal, que pode ser vista e praticada em diversas praias do município.

Guarujá tornou-se a primeira cidade do litoral paulista a tentar coibir a criminalidade com a instalação de câmeras de vigilância nos principais pontos turísticos da cidade. Mesmo assim, sofre com os problemas decorrentes da superlotação durante o verão.

Fonte: TV Turismo (Terra)

Disponível em: <http://tvturismo.terra.com.br/guaruja/guaruja.htm>

Matéria 02

jornal da orla Em Off 13/11/2005

Prefeito de Guarujá anuncia investimentos

Em entrevista à coluna, o prefeito Farid Said Madi fala sobre redução de impostos, seu relacionamento com o Governo do Estado e a parceria com Pelé. Ele também anuncia investimentos em segurança, com a instalação de câmeras de vídeo em pontos estratégicos da cidade, e nas áreas sociais, com projetos de regularização fundiária e controle da expansão de favelas.

A segurança pública é um dos temas que mais preocupam a população. Em Guarujá, recentemente tivemos dois latrocínios na praia da Enseada. O que a Prefeitura pode fazer nessa questão, que em primeira análise é uma atribuição do governo estadual?

Farid Said Madi - A atribuição é do Governo do Estado, mas a Prefeitura de Guarujá está preocupada com a questão. Tanto é verdade que foi no início desta administração que criei a Secretaria de Defesa Social, voltada para esses assuntos. Outra demonstração é a instalação definitiva, já no mês que vem, de 30 câmeras de vigilância nas praias do Tombo, Astúrias, Enseada e Pitangueiras, além das entradas da cidade e corredores comerciais. Entendo, porém, que a preocupação com a criminalidade não é somente questão de segurança pública, mas de caráter social, o que também é nosso foco de atuação, principalmente no que se refere à geração de emprego, educação e preparo para o mercado de trabalho. (...)

Fonte: Jornal da Orla
Disponível em: <http://www.jornaldaorla.com.br/coluna1/2480.shtml>

Matéria 03

Acapulcoweb

17.01.2006 | Almav

Cidade e região

Guarujá no rumo de um novo tempo

A equipe do Acapulcoweb e a Revista SAJA entrou em contato com a Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Guarujá, que em conversa com o Prefeito Farid Said Madi, nos transmitiu algumas informações destinadas aos proprietários do Jardim Acapulco sobre o que vêm ocorrendo na cidade do Guarujá.

Leia o texto abaixo e saiba sobre as novidades em relação ao projeto do Resort Jequitimar na Praia do Pernambuco, como está o turismo e segurança, além do comentário sobre a micro-região para o Jardim Acapulco.

‘Guarujá está vivendo um novo tempo. Tempo de reerguer-se economicamente para voltar a figurar como uma pérola que verdadeiramente brilha no Atlântico sul.

Razões para isso não faltam. Muito orgulha esta cidade o fato de ter sido escolhida para sediar o Resort Jequitimar, do grupo Silvio Santos.

São R\$ 150 milhões investidos numa obra já iniciada com mão-de-obra predominantemente local. Quando pronto, além de tornar-se uma referência em hotelaria, por sua magnitude, proporcionará um espaço privilegiado para convenções, tornando possível a realização de grandes eventos de negócios na cidade.

Também nos anima muito a chance de Guarujá abrigar o Litoral Futebol Clube, propriedade do Rei Pelé, que há algum tempo procura um terreno para desenvolver seu projeto de cidadania e formação de talentos esportivos.

Eventos de grande porte confirmam a preferência pela cidade, seja por suas características naturais, charme e capacidade de atendimento a um mercado turístico exigente. Tanto é assim que Guarujá acaba de ser escolhida pela Associação Paulista de Municípios para sediar o jubileu de ouro dos seus

congressos. A previsão é que mais de 10 mil pessoal venham a cidade em março de 2006 para esse grande acontecimento.

Para receber os turistas e melhorar a vida do cidadão local, a Prefeitura dá também sua contrapartida com eficiência. Para a próxima temporada de verão está prevista a instalação definitiva de câmeras de vigilância em todas as praias e inclusive em vias como a Santos Dummont e o túnel da Vila Zilda, que dá acesso a São Paulo.

Esses equipamentos vêm consolidar a segurança do município já atestada nos meses de janeiro a março de 2005, quando houve um programa piloto de vigilância na praia de Pitangueiras.

A cidade melhora na medida em que sua população tem mais oportunidades. É justamente nesse sentido que a Prefeitura acaba de conquistar a instalação de uma escola técnica de manutenção de aeronaves e em breve, também de hotelaria, justamente para preparar nossos jovens para receber os turistas com excelência.

Não se pode deixar de mencionar os estudos para a redução do ISS já a partir do próximo ano, como forma de fomentar a prestação de serviços, geração de trabalho e renda.

Como é possível atestar, Guarujá é uma semente que já eclodiu e cujo broto viceja sob o empenho do Poder Público, a admiração e presença dos turistas e veranistas e a força e ansiedade de crescimento de seu povo.

Os proprietários de imóveis no Jardim Acapulco são testemunhas desse claro avanço e, mais do que isso, são parte integrante do novo cenário. O Acapulco, com seus novos empreendimentos internos, tem sido, ao longo dos anos, um foco de atração de empresários que conhecem a cidade, divulgam-na e contribuem para atrair outros investidores.

Aproveito para convidar os proprietários de imóveis do Acapulco, interessados em debater a criação das micro-regiões, a fazer parte das discussões sobre o Plano Diretor de Município, que a Prefeitura vem desenvolvendo. No quadro temático do Turismo, estão os assuntos de interesse não apenas dos turistas, mas também dos proprietários de imóveis de temporada.

Quero ainda assegurar a esses proprietários, às pessoas que admiram esta cidade e aos nossos moradores, que a Prefeitura está ciente de seus desafios e disposta a enfrentá-los na medida em que sua superação representa crescimento econômico e desenvolvimento sustentado'.

Farid Said Madi
Prefeito Municipal

Fonte: Acapulcweb
Disponível em: <http://www.acapulcweb.com/noticia/2006/01/17/id/6>

Matéria 04

cotidiano

31/10/2005 - 23h01

Guarujá instala câmeras para monitoramento permanente**MARIANA CAMPOS**da **Agência Folha**, em Santos

Câmeras para monitoramento da cidade deverão ser instaladas permanentemente no Guarujá, litoral sul de São Paulo. A partir da temporada de verão, 30 aparelhos serão colocados em diversos pontos, entre eles as praias do Tombo, Astúrias, Pitangueiras e Enseada.

Diferentemente do início deste ano, quando dez câmeras foram instaladas apenas para a temporada na praia de Pitangueiras, o objetivo é oferecer um serviço de segurança eletrônica permanente.

O contrato de locação desses equipamentos, que tem duração de um ano e cujo valor é de aproximadamente R\$ 200 mil mensais, foi assinado neste mês.

Segundo o secretário municipal de Defesa Social, Marco Antonio do Couto Perez, a previsão é que o serviço comece a funcionar no dia 24 de dezembro. Os locais foram selecionados de acordo com a incidência da criminalidade.

Além das quatro praias, câmeras também serão instaladas em Vicente de Carvalho (distrito do Guarujá) e nas proximidades de um túnel que dá acesso à cidade. De 8 de janeiro a 13 de fevereiro deste ano, dez câmeras monitoraram a movimentação de pedestres e veículos na praia de Pitangueiras de maneira experimental.

De acordo com dados da Polícia Militar, houve uma redução média de 30% nos crimes registrados naquela região comparados com o mesmo período de 2004. Foram 25 ocorrências neste ano, contando os dados do Carnaval, que aconteceu neste período, contra 35 no ano passado.

"Esse equipamento em uma cidade turística como a nossa é fundamental. A idéia da Polícia Militar é prevenir", afirmou o coronel Raimundo Silva Filho, comandante da PM no Guarujá.

"Essas imagens devem ser gravadas, o que vai servir como prova ou caminho para investigar a prática de qualquer crime que possa acontecer", afirmou o delegado Rubens Eduardo Barazal, da delegacia sede do Guarujá.

Outros casos

Santos (85 km a sudeste da capital) também pretende colocar em funcionamento, a partir de janeiro do próximo ano, 20 câmeras de segurança na orla da praia de maneira permanente.

De acordo com o secretário municipal da Segurança, Renato Penteado Perrenoud, o sistema fará parte do projeto Cidade Digital, que prevê a criação de uma infovia ligando todos os equipamentos municipais relacionados à saúde, educação e segurança.

Praia Grande, que já conta com aproximadamente 800 câmeras instaladas em vários pontos da cidade, espera instalar mais 400 equipamentos até o final do ano para aprimorar o monitoramento para a temporada.

Especial

- [Leia o que já foi publicado sobre circuitos de vigilância](#)

Fonte: Folha Online

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u114754.shtml>

Matéria 05

/ O MUNDO

14/10/2007

METRÓPOLES SUPERVIGIADAS

Sistemas de vigilância se ampliam e causam polêmicas em Londres, Paris e Nova York

O futuro chegou, e com ele olhos eletrônicos espalhados por todos os lados. Nas ruas, em metrô, em breve, do céu, moradores das principais metrópoles do mundo estão sendo vigiados em nome da guerra ao terror e ao crime. No Reino Unido, há uma câmera de segurança para cada 14 habitantes. Nova York quer câmeras nos transportes conectadas às delegacias, enquanto o governo francês vai testar dispositivos aéreos para vigiar as cidades. São sistemas caros, em geral discretos, que geram protestos de invasão de privacidade, em episódios que lembram obras de ficção.

LONDRES

Big Brother ganha vida

FERNANDO DUARTE, *Correspondente*

● LONDRES. A evidência mais contundente veio de um estudo da ONG Privacy International publicado no final do ano passado, que classificou o Reino Unido como um dos piores países no que diz respeito à proteção da privacidade de seus cidadãos. Mas é muito mais emblemático considerar um dos casos mais gritantes de ironia do destino, que ocorre exatamente no número 27B da Canonbury Square, praça no norte de Londres. Lá está o apartamento onde o escritor George Orwell viveu até sua morte, em 1950. Cercado por 28 câmeras de segurança pública, o apartamento é atualmente uma concretização do futuro alternativo imaginado por Orwell no romance “1984” – em que o ditador onipresente Big Brother vigia a todos, o tempo todo.

Quem passa pela praça é filmado de todos os ângulos, mas a situação nem de longe é exclusiva da vizinhança – ou sequer da capital britânica. No Reino Unido há hoje aproximadamente 4,2 milhões de câmeras de vigilância, uma para cada 14 habitantes. Especialistas calculam que cada pessoa que caminha pelas ruas britânicas seja filmada pelas lentes uma média de 300 vezes diárias. Tais estatísticas, porém, representam apenas parte do aparato de segurança nacional, que não é alimentado apenas pelo governo. Organizações de defesa dos direitos civis agora preocupam-se com o aspecto corporativo do Big Brother.

A tecnologia que permite que os serviços de segurança detectem palavras estratégicas, faladas ao telefone ou escritas em e-mail, é usada também por empresas. As corporações têm acesso a uma série de informações sobre os hábitos dos indivíduos graças à informatização de serviços de cobrança e análise de crédito no Reino Unido. Além disso, há ainda o monitoramento do uso da internet no ambiente de trabalho. – Os sistemas de informática usados por empresas britânicas já contam com dispositivos de vigilância praticamente desde a concepção. A vigilância há deixou de ser apenas uma preocupação do Estado e está se tornando latente na vida dos cidadãos. E muita gente ainda não percebeu como sua privacidade está sendo invadida – afirma Simon Davies, diretor da ONG Privacy International.

Um exemplo é o fato de o cartão magnético usado no metrô de Londres por milhões de passageiros conter informações sobre as jornadas do usuário, que, por lei podem ser analisadas pela polícia. A legislação também obriga que companhias telefônicas guardem até por um ano detalhes de ligações.

– O mais revoltante é quando o governo justifica que a vigilância trabalha em função da segurança dos cidadãos. Estudos já provaram, por exemplo, que câmeras nas ruas têm efeito apenas em delitos cometidos por amadores. O ônus da prova está sendo repassado para o cidadão – completa Davies.

A questão também preocupa a Comissão de Informações, órgão independente que promove o acesso do público a informações oficiais, e que no início do ano previu que até 2017 a invasão de privacidade atingirá níveis semelhantes aos retratados por Hollywood. Algo como o representado no filme de ficção científica “Minority Report”, em que o personagem interpretado por Tom Cruise é reconhecido por scanners em lojas, que passam então a lhe oferecer promoções personalizadas.

– É preciso que a sociedade imponha limites ou simplesmente estaremos caminhando para uma sociedade vigiada – afirma o presidente da comissão, Richard Thomas.

NOVA YORK

Taxi, ônibus e metrô na mira

MARÍLIA MARTINS, *Correspondente*

● NOVA YORK. De volta da viagem que fez a Londres para avaliar as medidas antiterror da Scotland Yard, o prefeito Michael Bloomberg já iniciou os trabalhos para ampliar a vigilância eletrônica sobre Nova York. Esta semana, ele exigiu que a estatal que controla os transportes da cidade, a MTA, acelere a instalação de câmeras em ônibus e vagões do metrô.

– Vivemos num mundo cada dia mais perigoso e temos que usar toda tecnologia disponível para reduzir as possibilidades de um novo ataque terrorista – definiu Bloomberg.

O plano prevê a instalação de um “anel de vigilância”, conectando as câmeras espalhadas pela cidade e pelos transportes urbanos às centrais de polícia da cidade.

Mas os executivos da MTA estão temerosos com os custos e se perguntam se a Câmara vai aprovar aumentos de orçamentos para financiar o projeto. Da frota de ônibus de Manhattan, 122 há têm câmeras internas. A MTA está negociando com a empresa Lockheed Martin para instalar duas mil novas câmeras no sistema de transporte. E estão previstas mais 1.600 espalhadas pelas 70 estações de metrô consideradas mais vulneráveis. O anel de vigilância no sul de Manhattan prevê ainda uma rede conectando 3 mil câmeras nas ruas, sobretudo na área próxima a Wall Street; leitores de placas de veículos e instalações de barreiras eletrônicas, que serão acionadas em casos de “extrema necessidade”.

Os custos dos projetos são estratosféricos. A MTA calcula em US\$ 767 milhões os gastos até que todo o sistema esteja adaptado. Os deputados estaduais estão preocupados com o aumento exponencial das contas. Pelo visto, a cobrança da taxa de gerenciamento vai sair bem mais caro do que se imaginava.

Outra frente de batalha de Bloomberg é com a frota de táxis e limousines. Uma das centrais sindicais de taxistas da cidade já fez uma greve de advertência, em setembro, contra a exigência da prefeitura de que seja instalado um monitor com GPS em cada veículo da frota, a fim de que os trajetos sejam monitorados à distância. Segundo Bloomberg, é uma exigência para garantir a segurança dos passageiros e transeuntes. Para o prefeito, objetos perdidos nos táxis serão facilmente recuperados, veículos furtados poderão ser localizados via satélite e as melhores opções de trajeto poderão ser visualizadas no monitor.

O monitoramento pelo sistema de GPS faz parte de um pacote de mudanças, que passou a ser exigido para a renovação das licenças. As mudanças incluem máquinas de cartão de crédito, navegador eletrônico e uma tela de vídeo – com propagandas veiculadas pela prefeitura. Mas os motoristas são contra o GPS e o monitoramento pelas centrais.

– O movimento é forte e estamos unidos. Já paramos a cidade uma vez e vamos fazer uma nova greve até o fim de outubro. Não vamos aceitar essa invasão de privacidade. Não queremos ser monitorados dia e noite pela prefeitura. Isto sem falar no alto custo deste equipamento – disse Bhairavi Desai, diretor-executivo da Taxi Workers Alliance, o maior sindicato dos motoristas de taxi.

Prefeitura quer evitar mais adesões a greves

A prefeitura diz que há 44 mil motoristas de táxis e limousines credenciados em Nova York e trabalha para que o outro sindicato forte de Nova York, o New York State Federation of Taxis Drivers, deixe de apoiar o movimento.

– Nós não queremos saber de greve. Já avisamos nosso pessoal que este é um movimento político – disse Fernando Mateo, presidente da federação estadual.

O diretor da Taxi and Limousine Commission, Mathew Daus, disse que os custos dos equipamentos estavam previstos nos últimos dois aumentos de tarifa e que está na hora de dar o retorno do investimento feito pelos usuários.

– Pelas nossas contas, os usuários já adiantaram mais de US\$ 1 bilhão – disse.

PARIS

Monitorados até dos ares

DEBORAH BERLINCK, *Correspondente*

● PARIS. Ela foi desenhada para planar pela França como um grande passarinho. Com um metro de largura e 60 centímetros de comprimento, e equipada com uma câmera, “Elsa” foi a grande vedete do stand da polícia francesa na Milipol, uma feira gigantesca – com 954 expositores de 41 países – dedicada à segurança, que acabou na última sexta-feira em Paris. Silenciosa, discreta, equipada para filmar à noite, “Elsa” é o nome de um novo dispositivo segurança aérea que a polícia da França está pensando em usar para vigiar cidades, bairros e monitorar protestos.

Se for transformado em realidade, o projeto vai ser uma revolução: os franceses vão ser vigiados de cima. “Elsa” também não se transformaria num problema se caísse, por ser feita de uma espécie de espuma e ter pequenas hélices, garantem seus construtores.

O dispositivo chegará ao mercado em dezembro por cerca de €10mil e será testado pelo governo francês antes de ser distribuído pelas delegacias. A polícia diz que o sistema pode substituir o uso de helicópteros – mais barulhentos e mais caros – no monitoramento de grandes manifestações. E garante que “Elsa” não será usada como num reality show, ou seja, para vigiar pessoas de forma permanente.

“Não se trata de vigilância longa, do tipo militar. É um dispositivo suplementar para as intervenções da polícia”, explicou ao jornal “Le Monde” Thierry Delville, chefe dos serviços de tecnologia de segurança aérea.

Mais num país que gosta de se apresentar como terra da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, o crescente mercado de segurança gera protesto. Daniel Goldberg, deputado socialista, não esperou, e, num comunicado emitido à imprensa, está exigindo um debate no Parlamento sobre o assunto. É que o “Elsa” seria usado também em bairros, para registrar casos de violência urbana, como na revolta das periferias pobres da França no final de 2005, quando jovens queimavam centenas de carros por dia.

– Nossos bairros não são comparáveis aos casos extremos de tomada de reféns ou de países em guerra civil – disse ele.

Para o deputado, “sem enquadramento legal rigoroso”, “Elsa”, no lugar de ser usada em casos excepcionais, vai acabar sendo utilizada para fins preventivos na periferia, ajudando a estigmatizar ainda mais os habitantes destes lugares.

Mas nos tempos de terrorismo e de outras ameaças internas, a batalha do deputado socialista é quase certamente perdida. Depois dos atentados terroristas dos anos 1990, a rede de metrô de Paris foi tomada por câmeras filmadoras. Lojas, entradas e corredores de grandes empresas também. Depois da revolta de jovens em 2005, o governo tem feito experiências com sistemas de vigilância. Segundo o “Le Monde”, em 14 de julho do ano passado, um avião do tipo Cessna, equipado com uma câmera de vídeo, sobrevoou a região de Saint-Denis, periferia dita “sensível” de Paris. Em dezembro do mesmo ano, uma câmera térmica foi utilizada para filmar revoltas e tentativas de queima de carros em Saint-Sylvestre.

No Salão Milipol de Paris, proliferaram as empresas de câmeras de vigilância. Segundo os organizadores do salão existem 10 milhões no mundo e este mercado não pára de crescer. Mas a França ainda está longe

do Reino Unido, pois tem cerca de 300 mil câmeras de segurança espalhadas pelo país, contra os quatro ou cinco milhões do lado inglês.

Fonte: Jornal "O Globo"

Matéria 06

/ SÃO PAULO

12/12/2006 - 07h44m - Atualizado em 12/12/2006 - 12h33m

PELA INTERNET, DONO VÊ CASA SER ROUBADA NO GUARUJÁ (SP)

Da Alemanha, empresário acompanhou roubo e chamou a polícia.
Após aviso, suspeito foi preso em flagrante.

ARDILHES MOREIRA, DO G1, EM SÃO PAULO

Um empresário conseguiu, pela Internet, acompanhar sua própria casa no Guarujá (a 87 km de São Paulo) sendo roubada. Ele avisou a polícia, que prendeu o suspeito ainda na casa. O roubo não foi percebido pelos vizinhos, mas a ação do ladrão foi flagrada pelas câmeras de segurança que monitoram toda a residência, e que transmitiram as imagens pela rede de computadores. Sensores de movimento no interior da residência notificaram o dono da casa, via telefone celular, da invasão. O proprietário, Holger Wettlaufer, que adotou no Brasil o nome de João Pedro, estava em uma reunião de negócios em Colônia, na Alemanha.

Leia também

- [Internautas usam webcam para economizar na vigilância.](#)
- [Após ver assalto, alemão diz que se sente seguro no Brasil.](#)

"Eu recebi a informação do celular de uma invasão no Guarujá. Fui no meu laptop, entrei na Internet e vi minha casa, ao vivo", contou o empresário.

"Tinha uma pessoa lá dentro que eu não conhecia. Liguei para minha mulher, que ligou para a polícia." Em menos de 15 minutos os policiais da cidade litorânea chegaram à residência, na Praia de Pernambuco. O acusado foi preso em flagrante.

O sistema montado na residência transforma cada câmera em um detector de movimentos. O empresário diz que o software que faz a leitura das imagens pode comparar cada quadro do vídeo, identificar mudanças na cena e até mesmo distinguir entre o movimento de uma pessoa e de um animal.

Fonte: Globo.com

Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,AA1383927-5605,00.html>

Matéria 07

Últimas Notícias



12/12/2006 - 10h16

Homem na Alemanha acompanha roubo de sua casa no Brasil pela Web

REUTERS

SÃO PAULO (Reuters) - A tecnologia ajudou a evitar um assalto no litoral de São Paulo neste fim de semana, quando um empresário que estava na Alemanha viu imagens de sua residência sendo roubada por um ladrão. As imagens foram transmitidas por câmeras conectadas à Internet de sua casa e o ladrão foi preso depois que a polícia foi acionada.

O empresário estava na cidade alemã de Colônia e recebeu um alerta em seu celular vindo da casa litorânea, no outro lado do Atlântico.

O alerta foi acionado no dia 10 pelo sistema de segurança da casa, localizada na praia de Pernambuco, no Guarujá.

O empresário ligou seu laptop após receber o aviso eletrônico de invasão de sua residência e pela Internet conseguiu ver uma pessoa rondando e usando objetos da casa.

A vítima então avisou sua mulher, que chamou as autoridades e manteve contato com a polícia durante o cerco da residência.

"Ela passou detalhes para a gente de como era o ladrão e onde ele estava enquanto estávamos cercado a casa", contou à Reuters, por telefone, o cabo Américo Rodrigues, da 5ª companhia do 21º Batalhão do Interior da Polícia Militar. "Isso foi crucial para que a gente agisse com objetividade. A ação não demorou mais que 15 minutos", acrescentou o policial, que participou do cerco.

Segundo ele, o ladrão usou uma escada da própria residência para entrar na casa pelo primeiro andar.

Os donos puderam ver o ladrão provando roupas, e, quando os policiais entraram na casa, uma série de objetos, entre eletrodomésticos e ferramentas, estavam embalados em sacos na cozinha, prontos para serem levados.

O ladrão não desconfiou que estava sendo vigiado a milhares de quilômetros de distância.

"Ele ficou surpreso quando soube que estava sendo visto por câmeras pela Internet", disse Rodrigues.

Os donos da casa foram procurados pela Reuters, mas não puderam ser encontrados para comentar o ocorrido.

(Por Alberto Alerigi Jr.)

Fonte: UOL Tecnologia

Disponível em: <http://tecnologia.uol.com.br/ultnot/reuters/2006/12/12/ult3949u596.jhtm>

Matéria 08

/ TECNOLOGIA

12/12/2006 - 11h57m - Atualizado em 14/12/2006 - 12h51m

INTERNAUTAS USAM WEBCAM PARA ECONOMIZAR NA VIGILÂNCIA

Câmeras para vigilância podem custar R\$ 800, preço do iPod nano.

Produtos disponíveis no Brasil enviam alertas via e-mail ou celular.

O caso do empresário que **testemunhou via internet** o assalto à sua casa no Guarujá (SP) envolve um sistema de segurança que não precisa de grandes investimentos para ser feito. Cientes da vantagem da monitoração on-line, mas nem sempre dispostos a pagar pela instalação e manutenção desse serviço, muitos internautas acabam adotando o uso de câmeras digitais -- as webcams e câmeras IP -- na hora de vigiar suas casas e escritórios. O investimento nesse tipo de aparelho com função de vigilância pode ser R\$ 800, o equivalente a um iPod nano com 2 GB no Brasil.

Além de servir como ferramenta para evitar assaltos, os equipamentos podem ser úteis no monitoramento de crianças ou idosos. No final do ano passado, por exemplo, a idosa norueguesa Karin Jordal foi salva por uma webcam quando seu filho notou, à distância, que a mãe não passava bem. Ele, que estava nas Filipinas, conseguiu pedir ajuda para um serviço de emergência da Califórnia, onde sua mãe morava. Depois de ser socorrida, a norueguesa afirmou que o filho e a câmera haviam salvado sua vida.

Há também softwares que podem ser baixados da internet para realizar monitoramento à distância via webcam -- **confira aqui** algumas dicas do site Baixatudo. As câmeras que exigem o uso de computador gastam mais energia, já que o PC precisa estar sempre ligado para o equipamento fazer as gravações. O mesmo acontece quando os usuários de câmeras IP (aquelas que dispensam o uso de computadores) querem gravar as filmagens no disco rígido -- nestes casos, a máquina precisa estar ligada.

Atualmente, há diversas câmeras IP vigilância disponíveis no mercado Brasileiro. A TV-IP400W, da TrendNet, é um exemplo disso. Ela tem um processador embutido e acesso sem fio à web para transmitir



IP400W pode ser movimentada remotamente; no PC, usuário determina o ângulo que deve ser filmado

dados. Essas informações só são liberadas on-line (nos navegadores Internet Explorer ou Opera) com o uso de senhas.

O produto com sensor de movimento -- vendido por cerca de R\$ 1.400 no Brasil -- só inicia as gravações quando identifica a presença de pessoas no local pré-definido. O internauta pode receber via e-mail trechos do vídeo, frames (quadros) das imagens capturadas ou fazer uma configuração para que as gravações sejam armazenadas no disco rígido de um computador próximo ao aparelho sem fio.

Outra alternativa que dispensa o PC é a WVC200, da Linksys, com preço sugerido de R\$ 1.779. As imagens também podem ser acessadas remotamente por até sete pessoas e um software permite gravação em disco rígido, de acordo com a movimentação ou com horário marcado. Além de receber alertas de e-mail, o dono do equipamento pode ser notificado sobre a presença de pessoas via pager ou mensagem de texto no celular.

A DCS-2100, da D-Link, tem funções parecidas: ela funciona de maneira autônoma e também pode ser conectada a um computador com banda larga para transmitir informações ao seu dono. O aparelho de monitoração custa cerca de R\$ 800 e também conta com sensores de movimento para iniciar a gravação. O usuário pode ser notificado via e-mail quando há imagens de movimentação disponíveis no ambiente monitorado. Assim como a câmera que registrou o assalto no Guarujá, sua lente é fixa (apesar disso, é possível aproximar as imagens em até quatro vezes).

* Colaboraram Anderson Pelegrina, Evaldo Baião e João Borges, analistas de suporte do G1

Fonte: Globo.com

Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,AA1384245-6174,00.html>

Matéria 09

/ SÃO PAULO

12/12/2006 - 12h24m - Atualizado em 12/12/2006 - 15h47m

ALEMÃO QUE VIU ASSALTO PELA WEB SE DIZ SEGURO NO BRASIL

Da Alemanha, empresário acompanhou roubo e chamou a polícia. Após aviso, suspeito foi preso em flagrante.

ARDILHES MOREIRA, DO G1, EM SÃO PAULO

Mesmo depois de ter acompanhado pela Internet sua casa de praia ser assaltada no Brasil, o empresário alemão Holger Wettlaufer, 43 anos, afirma que tem mais medo dos criminosos em sua terra natal. Em conversa com o G1 por telefone, na cidade alemã de Colônia, ele comentou que nunca tinha sofrido violência no Brasil, onde trabalha desde 2002. "Aqui (Alemanha) é muito mais perigoso do que no Brasil. Os assaltos aqui são mais brutais", afirma.

Leia também

- Internautas usam webcam para economizar na vigilância.

Holger Wettlaufer, que adotou no Brasil o nome de João Pedro, é especialista em informática. Na segunda-feira (11), ele estava em uma reunião quando recebeu um aviso pelo celular de que sua casa na Praia de Pernambuco, no Guarujá, a 87 km de São Paulo, tinha sido invadida.

Segundo João Pedro, o criminoso entrou no sobrado às 14h06. Dois minutos depois, o torpedo chegou ao celular. O empresário viu pela internet toda a movimentação do ladrão através das oito câmeras de segurança instaladas na casa. "Eu fiquei nervoso. É outra coisa no coração quando a pessoa chega na sua casa", comentou.

O sistema montado na residência transforma cada câmera em um detector de movimentos. O empresário diz que o software que faz a leitura das imagens pode comparar os frames, identificar mudanças na cena e até mesmo distinguir entre o movimento de uma pessoa e de um animal.

Mesmo acostumado a lidar com situações de crise, João ficou nervoso ao ver um homem reunindo seus pertences e mexendo em suas coisas. A primeira reação de João Pedro foi avisar a mulher, que vive em São Paulo. Em menos de 15 minutos os policiais da cidade litorânea chegaram à residência. O acusado foi preso em flagrante.

Custos

O especialista em segurança David Freitas, 44 anos, é representante de equipamentos de segurança e amigo de João Pedro. Ele foi avisado pelo amigo e monitorou toda a ação pela Internet.

Segundo Freitas, o sistema de segurança instalado na casa do alemão é semelhante ao instalados em bancos na Alemanha. Para ter equipamentos semelhantes em casa, é preciso desembolsar cerca de R\$ 800 mensais.

Fonte: Globo.com

Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,AA1384258-5605,00.html>

Matéria 10

Últimas Notícias



13/12/2006 - 08h05

Câmeras IP permitem vigiar a casa pela Internet; veja como funciona

Daniel Pinheiro
Do UOL Tecnologia

Imagine dar uma espiadinha no que acontece em sua casa de qualquer lugar do mundo, evitar um assalto mesmo longe de casa ou então descobrir como exatamente seu animal de estimação conseguiu derrubar aquele vaso.

Com um computador, acesso à Internet e câmeras IP já é possível fazer tudo isso. E por um preço nem tão assustador, se comparado aos porteiros eletrônicos com vídeo que muitas casas possuem hoje em dia.

As câmeras IP são equipamentos que transmitem áudio e vídeo para um computador ou diretamente para a Internet. Com a ajuda de softwares que as acompanham, é possível ver na tela diversas imagens ao vivo e simultaneamente, ou ser avisado por e-mail caso esses "olhos-mágicos digitais" detectem algum movimento fora do normal.

Com a redução dos preços e a tecnologia da Internet, o monitoramento remoto deixou de ser privilégio de grandes empresas. As câmeras IP permitem que a família possa ver o recém-nascido ainda no berçário da maternidade sem ter de ir até lá. Podem ajudar a saber as condições climáticas de um heliporto para orientar pousos. Ou ainda acompanhar a reforma da casa direto do escritório — e poder dar uma bronca no mestre-de-obras pelo telefone.

"Basicamente são dois tipos de clientes: aquele que utiliza uma única câmera para monitorar um local específico, como um escritório, um caixa de supermercado ou uma residência, e o que faz a vigilância completa de grandes empresas", diz Julio Esteves, gerente de marketing da ControleNet, empresa que fornece soluções de monitoramento com câmeras IP da Panasonic e da Swann.

A popularização também está relacionada à facilidade de instalação das câmeras. "Se você consegue instalar seu computador, seu Windows e sua Internet, você consegue instalar uma câmera IP", afirma Esteves. "O conhecimento básico necessário é similar ao de conectar um cabo de rede e como configurar o acesso à Web."

Instalação simples

Com a câmera nas mãos, a instalação é relativamente simples. Você precisa de um computador com acesso à Internet e uma conexão a cabo ou wireless — basta que a câmera IP seja ligada à placa de rede, hub ou roteador.

VIDA CONECTADA

Na Alemanha, um empresário viu por câmeras conectadas à Internet que sua casa no Guarujá estava sendo invadida e avisou a polícia a tempo de prender o criminoso.

O empresário estava na cidade alemã de Colônia e recebeu um alerta em seu celular vindo da casa litorânea, no outro lado do Atlântico. [Leia mais](#)

SENSOR ALERTA POR E-MAIL

OPÇÕES E CUSTOS NO BRASIL

A partir desse momento, ela vai ganhar um endereço IP exclusivo, que vai ser sua identificação, como a de um computador em uma rede. O endereço IP é um número que identifica um computador ou outros tipos de hardware conectados à Internet. Todo endereço de website é na verdade um "nome fantasia" que aponta para um endereço IP de um servidor — quando você digita www.uol.com.br em seu navegador, ele na verdade vai procurar o endereço 200.221.2.45, relacionado a esse "nome fantasia".

A partir deste momento, sua câmera já estará online e pode ser acessada pela Internet.

A maioria das câmeras já disponibilizam as imagens via navegador de Internet. Ao ser acessada por seu endereço IP, a câmera gera um código HTML com as imagens e as envia para o seu browser. Em alguns casos é necessário instalar um software para conseguir acessar a câmera via Internet.

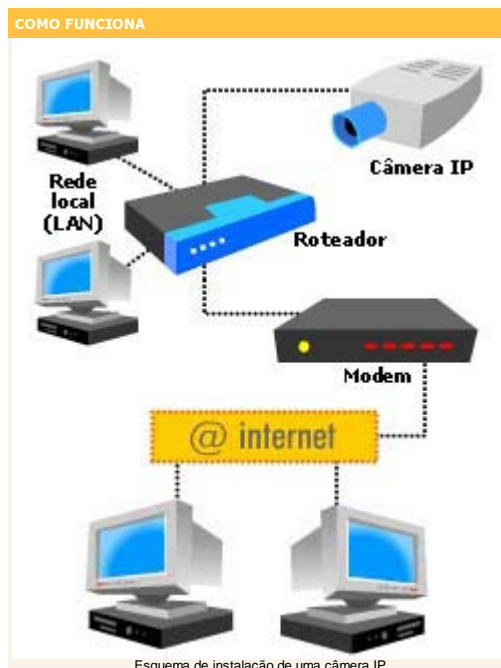
Também é possível definir quem pode acessar as imagens da câmera. A configuração é feita por um programa que acompanha o equipamento e permite decidir se o sinal será aberto para todos que acessarem o endereço IP dessa máquina.

Há alguns tipos de acessos que você pode dar a cada usuário. "Você pode simplesmente negar o acesso, permitir que visitantes apenas vejam as imagens, ou deixar que o usuário opere algumas funções da câmera — aumentar o zoom, alterar a posição, tirar 'fotos' e salvá-las, ou ainda autorizar que ele habilite recursos de segurança, como o sensor de presença, por exemplo", diz André Medaglia, gerente de produtos da Mude, empresa que comercializa câmeras IP da marca Linksys.

Mais

Sensor de movimento de câmeras IP alerta usuário por e-mail
Vigilância pela Internet tem soluções para todos os bolsos

Veja tutorial sobre como usar a webcam para vigiar a casa



Fonte: UOL Tecnologia

Disponível em: <http://tecnologia.uol.com.br/ultnot/2006/12/13/ult2870u215.jhtm>

Matéria 11

flavoribeiro.com

Archive for Dezembro 27th, 2006

[Tecnologia ajuda a vigiar a casa durante as férias](#)

Quarta-feira, Dezembro 27th, 2006

São Paulo, 20 (AE) - O ladrão aproveita que ninguém está em casa e entra, sorrateiramente, para fazer a festa. Claro que em nenhum cômodo há cartazes do tipo “Sorria! Você está sendo filmado!”, e o bandido começa a vasculhar tudo. Só que as câmeras estão lá e já mandaram um aviso sobre a presença do estranho, por e-mail, para o dono do imóvel. O proprietário, que estava na Alemanha, entra na internet, vê a imagem ao vivo e avisa a mulher, que liga para a polícia. O invasor é preso.

O caso aconteceu na semana passada e teve como protagonista o empresário João Pedro Wettlaufer, da empresa de vigilância digital Medusa. Com a ajuda de um avançado sistema instalado na sua casa no Guarujá, ele conseguiu evitar uma tremenda dor-de-cabeça apesar de estar a milhares de quilômetros do local. Muita gente se surpreendeu com a tecnologia usada, mas poucos se deram conta de que um modelo semelhante pode ser montado por qualquer pessoa, com produtos disponíveis em lojas brasileiras.

Antes de sair em disparada com o carrinho de compras, vale um alerta. Por mais hi-tech que sejam, os equipamentos não garantem 100% de eficiência - sempre há o risco de alguém burlar o sistema ou de você não conseguir configurar tudo corretamente. E como o assunto é a proteção da sua vida e da sua família, não vale a pena correr riscos desnecessários. Por isso, pode ser uma boa idéia consultar um especialista.

De acordo com o consultor de segurança do Sindicato da Habitação de São Paulo (Secovi-SP), Florival Francisco Ribeiro, é preciso ter em mente que os aparelhos eletrônicos podem apenas detectar as situações de risco. “Têm de haver também rotinas e procedimentos (para tomar providências no caso de alguém invadir uma casa, por exemplo)”, destaca. “É o conjunto de ações que vai trazer segurança.” Sem saber como agir na hora do perigo, você pode pôr tudo a perder.

Também existe a chance de você estar no cinema bem na hora em que a vigilância hi-tech enviar um alerta de invasão para o seu celular - que estará desligado. “Quando se trata de segurança, é preciso pensar 365 dias por ano e 24 horas por dia”, observa o diretor de Comunicação da Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (Abese), Oswaldo Oggiam. Segundo ele, é sempre bom alguém mais estar de olho em tudo, como uma central de monitoramento.

Em que casos vale a pena, então, montar um sistema avançado como o do empresário alemão por conta própria? Quando você quiser manter um local vigiado porque vai ficar uns tempos fora, como durante as suas férias, mas tendo em mente que seus bens não vão ficar 100% protegidos. Em resumo: é melhor do que não ter nada, mas pior do que seguir uma orientação especializada.

Um sistema de vigilância hi-tech do tipo “faça você mesmo” pode vir nas versões básica ou avançada. No modelo mais simples, que também é o mais

barato e limitado, basta você ter um computador, uma webcam comum (que custa cerca de R\$ 60), uma conexão à internet de banda larga e um software de monitoramento, como o Active WebCam. O programa pode ser baixado do site www.powersoft.com e custa US\$ 29, mas pode ser usado gratuitamente.

Ligue a câmera ao micro por um cabo USB (que tem no máximo 5 metros) e instale no ponto da casa que deseja vigiar. Depois, instale o ActiveWebCam no PC. Abra o programa, clique na opção “Criar nova câmera” e selecione a sua webcam. Na tela seguinte escolha o modo “Servidor HTTP”, que permite ver as imagens pela internet ao digitar um endereço no navegador.

Prossiga pressionando “Próximo” até aparecer o botão “Criar Web Page para esta Câmera”. Clique nele e dê “Próximo” várias vezes até aparecer uma tela com o botão “Teste Web Page”. O navegador vai abrir e mostrar o endereço que permitirá ver as imagens da sua câmera pela rede. Anote o número.

Para que sejam mandados alertas por e-mail se alguém se mexer na frente da webcam, basta fazer mais uma configuração no programa. Entre em “Ajustes/Ajustes de difusão” e “Movimento”. Marque a opção “Enviar E-mail” e configure a conta de envio das mensagens em “Dados para E-mail”. Pronto. Lembre-se que o PC terá de ficar ligado 24 horas e que a câmera precisa estar em um local iluminado (a não ser que “enxergue” no escuro).

No sistema avançado de vigilância, bem mais complexo e caro, você pode usar câmeras sem fio para monitorar tudo. Elas funcionam de modo independente do micro e se comunicam com um roteador Wi-Fi para mandar e-mails se alguém se movimentar na frente da lente. Basta configurá-las. Para receber o alerta na hora da invasão, é aconselhável ter um celular BlackBerry, que receba mensagens em tempo real. Todo o pacote - com três câmeras, roteador, celular e nobreak -, sai por volta de R\$ 6 mil.

Fonte: <http://br.tecnologia.yahoo.com>

Fonte: [flavoribeiro.com](http://www.flavoribeiro.com)
Disponível em: <http://www.flavoribeiro.com/blog/2006/12/27/>

Matéria 12

GUARUJÁ CIDADE FELIZ Notícias

Guarujá continua reduzindo índices de criminalidade [06|11|2007]

Guarujá foi a cidade que mais reduziu os índices de criminalidade no Estado de São Paulo, em 2006, de acordo com dados divulgados pela Secretaria Segurança Pública do Estado. No comparativo com 2005, a queda foi de 23%. Neste ano de 2007, os números de ocorrência policiais continuam caindo no Município. A confirmação é da própria Secretaria.

Traçando um paralelo entre 2006 e 2007, no período de janeiro a setembro, Guarujá reduziu 3,92% as ocorrências policiais, segundo dados disponíveis no site do órgão estadual. No ano passado, foram registradas 4.716 ocorrências nos três primeiros trimestres, contra 4.531 casos neste ano. A diminuição mais expressiva foi nos homicídios: 51,92%.

O secretário municipal da Defesa Social afirma que um dos fatores para redução da criminalidade em Guarujá é o intenso trabalho de investimentos das polícias Civil e Militar, aliado à preocupação da atual Administração Municipal em termos de segurança.

O titular da pasta destaca as melhorias em infra-estrutura, como construção de guaritas, patrulhamento ostensivo na orla da praia e também na faixa de areia, além de aumento do efetivo da PM. Já a Prefeitura, investiu na instalação da central de monitoramento e de 30 câmeras de vídeo espalhadas pela Cidade, além da contratação de mais guardas municipais.

Para o secretário, a investigação, a carga da Polícia Civil, tem se mostrado eficiente, já que os processos investigatórios, na maioria dos casos, vêm sendo concluídos com sucesso. "Isso diminui a sensação de impunidade". Outro fator positivo é o trabalho de patrulhamento inteligente, baseado em estatística dos pontos com maior incidência de criminalidade.

Monitoramento - O Centro Integrado de Operações, com o sistema de monitoramento, inaugurado em 28 de dezembro de 2005, está operando 24 horas. Ele se localiza na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 723, na Praia de Pitangueiras. Os chamados emergenciais são feitos pelo telefone 153.

Ainda de acordo com o secretário de Defesa Social, todas as imagens captadas pelas câmeras são gravadas, facilitando os trabalhos de identificação de crimes, já que o alcance de aproximação das câmeras chega a 400 metros, podendo obter, por exemplo, 100% de nitidez na visualização do rosto de um criminoso.

Redator: José Ricardo Santos (MTb 26.519)

Jornalista responsável: Marcus Barreto (MTb 21.067)

Fonte: Prefeitura do Guarujá

Disponível em: <http://www.guaruja.sp.gov.br/site/asp/Noticias1.aspx?g=257&c=5910>

Matéria 13

EXTRA ON LINE

Publicada em 26/11/2007 às 13:39

Secretário do Guarujá diz que turistas assaltados na praia falharam

Cleide Carvalho, O Globo Online

SÃO PAULO - O grupo assaltado na Praia das Astúrias neste domingo falhou na condição de turista no Guarujá. Os dois casais falharam no que o secretário de Defesa Social do Guarujá, Marco Antonio do Couto Perez, chama de 'prevenção primária' da vítima. Ou seja: não ostentar objetos de valor ou qualquer outra coisa que chame a atenção de assaltantes. E falharam duas vezes: houve reação.

O roubo de uma corrente de ouro, no início da tarde deste domingo, resultou na morte de Diego Engel Leite, de 29 anos. Uma bala transfixou o tórax de Leite, causando hemorragia interna. O tiro foi disparado contra João Ferrari Júnior, 37 anos, que estava com a vítima e reagiu ao assalto, correndo atrás dos ladrões.

Para o secretário Couto Perez, o 'progresso impinge' que se tenha cuidado mesmo durante os momentos de lazer. Para ele, a corrente de ouro chamou a atenção dos ladrões.

- Para ir à praia não precisa ir com jóias ou relógios bonitos. Não precisa levar cartão de crédito ou cheque. Leva um trocadinho para a caipirinha. Temos responsabilidade como cidadãos de tomar precaução. O progresso impinge que tenhamos cuidado - afirmou.

Couto Perez afirma que a reação não deve acontecer.

- Às vezes, instintivamente, a vítima se levanta e faz gestos bruscos. Neste caso, a pessoa correu em direção ao meliante - observou.

Aparência de adolescentes

Os suspeitos de terem assassinado Leite podem ser dois adolescentes. De acordo com Couto Perez, os amigos da vítima descreveram os ladrões como garotos com idade entre 14 e 15 anos de idade. Esta pode ser a primeira passagem pela polícia de ambos, já que seus rostos não foram

identificados no álbum da polícia. Agora, imagens das câmeras de vídeo implantadas na orla do Guarujá serão usadas para descobrir os autores do crime.

- As câmeras não gravaram as cenas do assalto, mas normalmente quem comete este crime fica circulando antes pela praia, para observar e escolher a vítima - diz Perez.

Por isso, assinalou, o cordão de ouro foi o chamariz. Perez afirma que as câmeras reduziram muito os furtos e roubos na cidade. No total, elas são 30 espalhadas pela orla, no centro comercial e nas entradas da cidade, pela balsa e pela Rodovia Cônego Domênico Rangoni, a antiga Piaçaguiera/Guarujá. O ano mais violento foi 2005. Só no carnaval foram 103 roubos. Naquele ano, dois turistas foram mortos em assaltos na praia. De acordo com o secretário, em 2006 os roubos durante o carnaval caíram para 33. Nos dois anos, o feriado de carnaval foi ensolarado, garantindo a presença de turistas.

O Guarujá tem cerca de 300 mil habitantes e 50 'núcleos subnormais' de moradias, de acordo com o secretário. Núcleos subnormais são favelas ou vilas muito pobres, ainda que de alvenaria.

Em fins de semana de sol, a população dobra. Em períodos como Ano Novo e Carnaval, a população chega a 1,2 milhão de pessoas.

- Temos problemas como toda a grande cidade. São 1,6 milhão habitantes nas cidades da Baixada Santista. Temos problemas urbanos com crescimento desenfreado da indústria imobiliária. O que não pode ocorrer é a reação. Em mais de 90% dos casos em que há reação o resultado é uma lesão grave ou a morte - explica o secretário.

Neste verão, de acordo com Couto Perez, a Operação Verão da Secretaria de Segurança Pública no litoral deve mais que dobrar o número de policiais no Guarujá. Normalmente, entre policiais militares e civis, investigadores e polícia ambiental são 500. A população fixa da cidade é de 300 mil habitantes. Neste verão, o secretário espera que o número chegue a 1.000, incluindo equipes do Departamento de Investigações sobre Narcóticos (Denarc) e Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado (Deic), que não estiveram no último verão.

Por conta do congestionamento que desce a serra junto com os paulistanos em férias, Couto Perez acredita que haverá também a ronda em motocicleta, como na capital.

A Guarda Municipal do Guarujá é formada por 260 homens, que trabalham desarmados. Couto Perez afirma que o município ainda se adequa à legislação e que a idéia é deixar preparado as condições de armar a guarda civil para 2009. No caso, para o próximo prefeito ou, no caso de reeleição, o mesmo.

A morte de Leite quebrou um jejum de assassinato de turistas de mais de um ano. Perguntado sobre o que o secretário recomenda aos turistas, ele volta a ressaltar a necessidade de prevenção primária.

- Entendo que a pessoa pensa em abrir a latinha de cerveja e curtir. Mas dentro da situação, do momento, não pode se despojar dos cuidados com a segurança - afirma.

Fonte: Prefeitura do Guarujá

Disponível em: <http://extra.globo.com/pais/plantao/2007/11/26/327318206.asp>

Matéria 14

O Globo Online

Plantão | Publicada em 26/11/2007 às 16h13m

Secretário quis orientar e não culpar vítimas de assalto, diz assessoria da Prefeitura do Guarujá

SÃO PAULO - A assessoria de imprensa do secretário de Defesa Social do Guarujá, Marco Antonio do Couto Peres, informou que a intenção do secretário não foi culpar as vítimas de assalto na Praia das Astúrias. Segundo a assessoria, ao falar sobre a necessidade de 'prevenção primária' de não portar objetos de valor ou reagir em caso de assalto, o secretário quis orientar as pessoas e reforçar a necessidade de que tenham preocupação com a própria segurança mesmo durante os momentos de lazer.

[Nesta segunda-feira, o secretário afirmou que, no caso da morte do turista Diego Engel Leite, de 29 anos, o progresso impinge as pessoas a ter cuidado](#)

.....

- Para ir à praia não precisa ir com jóias ou relógios bonitos. Não precisa levar cartão de crédito ou cheque. Leva um trocadinho para a caipirinha. Temos responsabilidade como cidadãos de tomar precaução. O progresso impinge que tenhamos cuidado - afirmou.

.....

Fonte: Prefeitura do Guarujá

Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sp/mat/2007/11/26/327320770.asp>

ANEXO 2
Termo de consentimento livre e esclarecido

Eu, _____ (nome), _____
(ocupação) do município do Guarujá – Estado de São Paulo, estou participando de uma pesquisa sobre Dispositivos Tecnológicos de Vigilância desenvolvida pelo mestrando em Psicossociologia do Programa EICOS / UFRJ Rafael Barreto de Castro, sob a orientação da Professora Rosa Pedro. O objetivo deste estudo é mapear a experiência dos usuários de determinados espaços urbanos deste município a partir de suas relações com as câmeras de vigilância.

Esta investigação se justifica pela presença cada vez maior dessas tecnologias no cotidiano das cidades, o que parece demandar uma atenção sobre os seus efeitos a partir da perspectiva de todos os sujeitos que de alguma forma se relacionam com esses espaços.

A coleta de dados será conduzida através de entrevistas individuais com os atores envolvidos direta ou indiretamente na questão citada acima. Essas entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas para serem analisadas, mantendo-se o anonimato do entrevistado. A participação do indivíduo é voluntária e a ele serão fornecidos todos os esclarecimentos que se façam necessários e assegurado o sigilo absoluto dos dados obtidos, de modo que as opiniões emitidas na entrevista estarão sob os cuidados do Mestrando e da Professora orientadora da pesquisa e seu nome será trocado em todas as publicações referentes à mesma.

Eu, _____, concordo em participar da pesquisa acima referida.

Guarujá (SP), ___/___/_____

Assinatura do participante

Assinatura do responsável pela coleta de dados

E-mail para contatos: rafaelbarretodecastro@ig.com.br

ANEXO 3
Roteiro de entrevista utilizado com os vigilantes

Perfil:

Nome: _____ (iniciais) Sexo: Escolaridade:
Faixa etária: () 20 a 30 () 30 a 40 () 40 a 50 () 50 a 60 () acima de 60
Ocupação:

Histórico:

1. Fale-me um pouco a respeito de sua história com esta rede de monitoramento.

Pontos a serem considerados:

- Desde quando você participa do monitoramento?
- Como foi seu processo de entrada?
- Você já participava de outro projeto de monitoramento antes? Como era seu trabalho anterior?
- Que semelhanças e diferenças você identifica entre seus outros trabalhos e sua atuação aqui?
- Ao longo de sua trajetória aqui, quais os pontos que você identifica como mais positivos?
- Quais os principais obstáculos ou dificuldades que você encontrou também ao longo dessa trajetória?
- Estes obstáculos foram superados? Se foram, como?
- Como você vê essa passagem do primeiro momento do projeto (o seu início), para sua situação atual?

Situação Atual:

2. Fale-me um pouco sobre a sua experiência atual aqui.

Pontos a serem considerados:

- O que é o monitoramento (hoje)?
- Quais os pontos positivos e negativos desse trabalho?
- Quais as articulações você considera como principais para o desenvolvimento do seu trabalho? Por quê?
- Fale um pouco sobre a dinâmica do seu trabalho.
- Que recursos, infra-estrutura e meios de comunicação você utiliza prioritariamente para o desenvolvimento do seu trabalho? Você os considera suficientes? Se não, que recursos adicionais você gostaria de poder contar?
- Quais os aspectos que você considera positivo em seu trabalho atual dada a comunicação e o estabelecimento de parcerias e cooperação?
- Idem para os aspectos negativos ou obstáculos que você encontra.

Visão de futuro

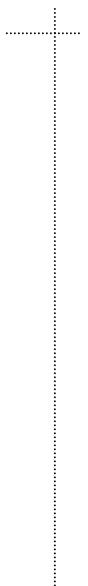
3. Como você imagina o monitoramento nos próximos anos?

Pontos a serem considerados:

- Como você se imagina ou prospecta aqui para este mesmo período?

- Quais as principais realizações que você acredita que irão acontecer?
- Quais os principais desafios você acredita que este projeto irá enfrentar ao longo destes anos?
- Quais os principais obstáculos?
- Que sugestões você arriscaria para a superação destes obstáculos?
- Que contribuições você imagina que a rede possa trazer ainda para o seu trabalho?
- Se você tivesse que pensar em uma palavra para definir ou associar à rede, qual seria essa palavra?
- Poema dos desejos (escrever, desenhar ou narrar? – “No futuro, eu gostaria que este projeto fosse...”)

Que pessoas você acha que seria relevante entrevistar nesta pesquisa? Por quê?



ANEXO 4
Roteiro de entrevista utilizado com os usuários

Perfil:

Usuário do (a) _____ (local).

Nome: _____ (iniciais) Sexo: _____ Escolaridade: _____

Faixa etária: () 20 a 30 () 30 a 40 () 40 a 50 () 50 a 60 () acima de 60

Ocupação: _____

Histórico:

1. Fale-me um pouco a respeito de sua história com este lugar.

Pontos a serem considerados:

- Desde quando você o freqüenta?
- Por que começou a freqüentá-lo?
- Como foi esse processo de começar a freqüentá-lo?
- Como era o lugar?
- Como era sua experiência do lugar?
- Que pontos você considerava positivo?
- Que pontos você considerava negativo?

2. Fale-me um pouco o processo de instalação de câmeras aqui

Pontos a serem considerados

- O que você sabe a esse respeito?
- Qual foi o motivo?
- Que atores (pessoas, instituições, etc.) você identifica como diretamente associados a esse processo?
- Houve alguma discussão a respeito, algum impasse? De que tipo? Como se deu? Foi resolvido? Como?
- Que mudanças você identificou imediatamente no cotidiano no lugar (em termos da configuração deste e de sua experiência)?
- Identifique vantagens e desvantagens desse processo (comparação antes e depois; comparação entre este lugar vigiado e outros não vigiados).

Situação Atual:

3. Fale-me um pouco sobre a sua experiência atual aqui.

Pontos a serem considerados:

- Com que freqüência você utiliza o local?
- Com que finalidade você utiliza o local?
- O que você veio fazer aqui hoje especificamente? Por quê?
- Como é pra você vir aqui?
- Vantagens e desvantagens do lugar com relação a outros

4. O que o tema da vigilância lhe suscita atualmente?

Pontos a serem considerados:

- Que outros temas você identifica como afins?

- Qual a discussão mais pregnante com relação ao tema?
- Quem são os atores identificados como diretamente relacionados à vigilância desse espaço?
- Como você vê a sua relação com o tema?
- Que vantagens e desvantagens você vê atualmente com relação à vigilância deste espaço?

Visão de futuro

5. Como você imagina esse lugar nos próximos anos?

Pontos a serem considerados:

- Como ele estará organizado?
- Por quem será freqüentado?
- Como será essa freqüência (objetivo, tempo)?
- Como você acha que vai ser a sua experiência dele?
- Que vantagens e desvantagens devem surgir?

6. E a questão da vigilância daqui pra frente?

Pontos a serem considerados:

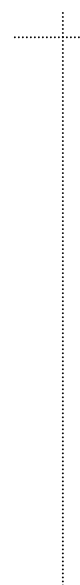
- Que outros temas você acredita que podem passar a se relacionar mais diretamente a esse?
- Que discussões e debates provavelmente irão surgir?
- Que novos atores poderão se envolver no tema?
- Como você imagina sua experiência?
- Que vantagens e desvantagens você vê acredita que a vigilância ainda pode trazer?
- Você acredita que a vigilância tende a se intensificar ou seus dispositivos tecnológicos serão substituídos por outros de ordem distinta?
- Poema dos desejos (escrever, desenhar ou narrar? – “No futuro, eu gostaria que este lugar fosse... e a vigilância”).

Que pessoas da rede você acha que seria relevante entrevistar nesta pesquisa? Por quê?

ANEXO 5
Localização dos Totens

Totem 01 – R. Joana de Menezes Faro, alt. n.º.33	Vicente de Carvalho
Totem 02 – Av. Miguel Stéfano, alt. n.º. 2372	Enseada
Totem 03 – Av. Miguel Stéfano, alt. n.º. 4045	Enseada
Totem 04 – Av. Mal. Deodoro da Fonseca / R. Rio de Janeiro	Centro
Totem 05 – Av. Gal. Monteiro de Barros, alt. n.º. 882	Astúrias
Totem 06 – Av. Puglisi / R. Washington	Centro
Totem 07 – R. Miguel Stéfano / R. Silvio Daige	Enseada
Totem 08 – Av. Prestes Maia, alt. n.º. 240	Tombo
Totem 09 –	
Totem 10 – R. Pará / R. Miguel Stéfano	Enseada
Totem 11 – Av. Thiago Ferreira, alt. n.º. 631	Vicente de Carvalho
Totem 12 – R. Brasilina / Av. Mal. Deodoro	Astúrias

(Informações cedidas por A.)



ANEXO 6
Localização das câmeras

- Câmera 01 – Av. Prestes Maia, alt. nº. 235
Câmera 02 – Gal. Monteiro de Barros / Alexandre Miguez Rodrigues
Câmera 03 – Gal. Monteiro de Barros, alt. nº. 500 (posto 03)
Câmera 04 – Av. Adhemar de Barros, em frente à saída da balsa
Câmera 05 – Morro do Pitiú – Face Astúrias (próxima ao Restaurante “Barbirotto’s”)
Câmera 06 – Av. Mal. Deodoro da Fonseca, alt. nº. 1870
Câmera 07 – Av. Mal. Deodoro da Fonseca / R. Brasil
Câmera 08 – Av. Mal. Deodoro da Fonseca / R. Cav. Nami Jafet
Câmera 09 – R. Rio de Janeiro / Av. Leomil
Câmera 10 – Av. Mal. Deodoro da Fonseca / R. Santo Amaro
Câmera 11 – Morro do Maluf (acesso ao Gávea Hotel)
Câmera 12 – Av. Lydio Martins Correa, em frente ao IML
Câmera 13 – Av. Miguel Stéfano – Morro do Maluf (inicio da Praia da Enseada)
Câmera 14 – Av. Miguel Stéfano / Praça Horacio Lafer
Câmera 15 – Av. Miguel Stéfano / Av. Saudade
Câmera 16 – Av. Miguel Stéfano / R. Euclides C. Silveira
Câmera 17 – Av. Miguel Stéfano / R. Abílio do Santos Branco
Câmera 18 – Av. Miguel Stéfano (em frente ao terreno do Maluf)
Câmera 19 – Av. Miguel Stéfano / Praça Brunella
Câmera 20 – Av. Miguel Stéfano / R. Leonor da Silva Quadros
Câmera 21 – Av. Miguel Stéfano / R. Assis Chateaubriand
Câmera 22 – Av. Miguel Stéfano / R. Acre
Câmera 23 – Av. Miguel Stéfano (em frente ao Restaurante “Rufino’s”)
Câmera 24 – Av. Miguel Stéfano, alt. nº. 5165
Câmera 25 – Via Santos Dumont / R. Joana Menezes Faro (feira de Domingo)
Câmera 26 – Rodovia D. Rangoni – Entrada da Cidade
Câmera 27 – Av. Lydio Martins Correa / Confluência Tancredo Neves (Vila Zilda)
Câmera 28 – Rodoviária de Vicente de Carvalho / R. Salgado Filho (Ponto final)
Câmera 29 – Via Santos Dumont / R. Guilherme Guinle (Praça 14 Bis)
Câmera 30 – Via Santos Dumont / R. São Jorge (Principal)

(Informações cedidas por A.)

ANEXO 7
Diretrizes do Monitoramento Escolar



Prefeitura Municipal de Guarujá
Estado de São Paulo
Diretoria da Guarda Municipal



DIRETRIZES

Deverão os Srs. GMs Operadores da sala de vídeo monitoramento tomar ciência das normas e procedimentos dos itens abaixo citados, cumprindo-os da melhor forma para o bom andamento do serviço, buscando sempre a qualidade total.

O conteúdo descrito nesta Portaria poderá sofrer alterações, porém, será informado os Srs. GMs. Operadores do vídeo monitoramento por escrito.

1. Aos chefes de equipe:

- 1.1- Os chefes de equipe deverão substituir os operadores durante a ausência dos mesmos, por qualquer motivo.
- 1.2- Os chefes de equipe deverão constar no Livro de Novidades, as faltas e atrasos dos componentes das equipes bem como qualquer outra novidade no turno de serviço.
- 1.3- Ao assumir o plantão os Operadores deverão verificar as novidades no sistema tomando as providências de praxe e cientificando o Superior responsável pelo vídeo monitoramento.
- 1.4- Deverão checar os equipamentos de rádio comunicação; deixando-o com volume compatível com o local, facilitando a audição de todos os componentes da sala de vídeo monitoramento.
- 1.5- Deverá acompanhar as ocorrências de vulto, orientando os componentes da equipe e apoiando-os quando solicitado, devendo ainda acionar os órgãos de apoio quando necessário, cientificando o Superior responsável pelo vídeo monitoramento.
- 1.6- Quando houver algum problema no sistema, não tendo conhecimento da solução, comunicar de imediato seu Superior, registrando tal fato.
- 1.7- Durante as ocorrências de vulto o Chefe de equipe deverá acompanhar todas ações de sua equipe passando a novidade assim que possível ao seu Superior.

2. Das faltas

- 2.1- Quando o GM for faltar ao serviço; dentro das possibilidades; deverá ser efetuado contato com o setor de vídeo monitoramento a fim de que possamos organizar o plantão evitando transtornos.
- 2.2- As faltas deverão ser comunicadas por escrito pelo Chefe de Equipe ao Superior.

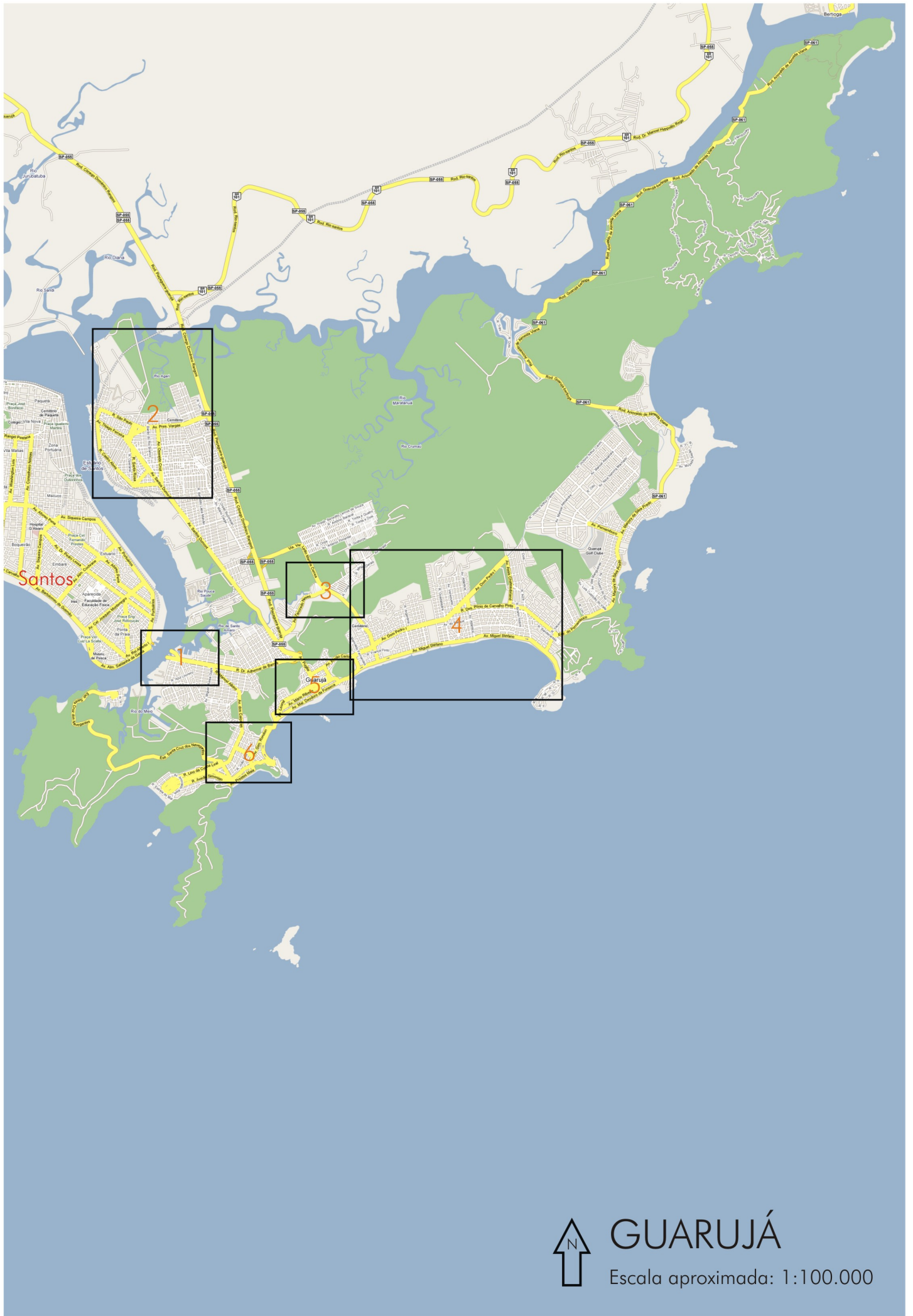
3. No interior da sala de vídeo monitoramento não será permitido:
 - 3.1- A entrada de comestíveis e principalmente líquidos.
 - 3.2- Não será permitido fumar.
 - 3.3- Não será permitido o uso de aparelhos sonoros (rádio, walkman, etc.).
 - 3.4- A leitura de revistas, livros, jornais e outros itens alheios ao serviço.
 - 3.5- A entrada de pessoas ou funcionários que não estejam em seu turno de serviço ou sem autorização do Superior responsável pelo vídeo monitoramento, mesmo que pertençam ao MONITORAMENTO.
 - 3.6- A entrada de qualquer pessoa ou funcionário sem autorização do responsável.
 - 3.7- Qualquer objeto sobre as bancadas, exceto material de serviço.
4. Telefone:
 - 4.1- O uso de aparelho celular no interior da sala de vídeo monitoramento deverá estar em modo vibracall e ser breve, desde que não prejudique o bom andamento do serviço.
 - 4.2- O aparelho de telefonia fixa da sala deverá ser de uso exclusivo para o serviço e somente autorizado, efetuando o registro no livro ATA.
5. No interior da sala de vídeo monitoramento, a conversa deverá ser em tom baixo e estritamente profissional, evitando assuntos alheios ao serviço.
6. **Após o início do plantão, o GM deverá deixar a sala de vídeo monitoramento somente para as refeições e para as necessidades fisiológicas, evitando assim saídas desnecessárias, as quais sobrecarregarão o seu companheiro de trabalho. Tal controle ficará a cargo do Superior responsável pelo vídeo monitoramento.**
7. Com exceção do Prefeito e Vice, Secretário de Defesa Social e seus diretores, todas as pessoas que queiram adentrar a sala de vídeo monitoramento; deverão ter autorização do Superior responsável pelo vídeo monitoramento.
8. É proibido o uso de máquina fotográfica ou filmadora no interior da sala de vídeo monitoramento, exceto quando devidamente autorizado pelo Superior.
9. Somente está autorizado verificar as imagens, com autorização do chefe do setor ou seu Superior.
10. O GMG deverá apresentar-se para o serviço devidamente asseado, com barba feita, cabelo curto, uniformizado, não sendo permitido o uso de vestimenta incompatível com o uniforme GMG, bem como brincos extravagantes, cordões, e outros acessórios que se sobreponham ao uniforme.

11. As luzes da sala de vídeo monitoramento deverão permanecer acesas diuturnamente.
12. Por tratar-se de um setor de segurança e estritamente reservado, fatos, imagens e comentários ocorridos no interior da sala de vídeo monitoramento não deverão ser ventilados com o público externo.
13. No histórico de ocorrências do relatório, deverão constar informações que possam elucidar possíveis dúvidas no futuro, sendo o mais claro possível.
14. Nas providências do Livro de Registro de Novidades, deverão constar procedimentos tais como: Exemplo: fato passado ao operador X às 00:00 hs, passado a GM, GP ou Polícia Militar às 00:00 hs, solicitado apoio de tal órgão às 00:00 hs, em fim informações que possam elucidar possíveis dúvidas no futuro, sendo o mais claro possível.
15. A ordem de serviço quanto ao teor das unidades monitoradas deverá ser cumprida visando otimizar o trabalho bem como a segurança das mesmas, atentando sempre para a relação de cada bancada; que não poderá ser alterada; salvo havendo problemas técnicos no sistema, tal determinação é válida para todas as equipes sem exceção, devendo o Superior responsável pelo vídeo monitoramento ser informado de pronto para a devida autorização, além de ser cadastrado no Livro de Registro de Ocorrências.
16. Fica terminantemente proibida a circulação dos GMs do setor de vídeo monitoramento nas outras seções do prédio, **principalmente copas e cozinhas**, fora do horário autorizado, para lanche, descanso.
17. Os equipamentos disponibilizados no setor de vídeo monitoramento não poderão ser utilizados para outra finalidade senão as da atividade afim.

Diretor da Guarda Municipal

Supervisor

Ciente:	Prontuário	assinatura
GM
GM
GM
GM



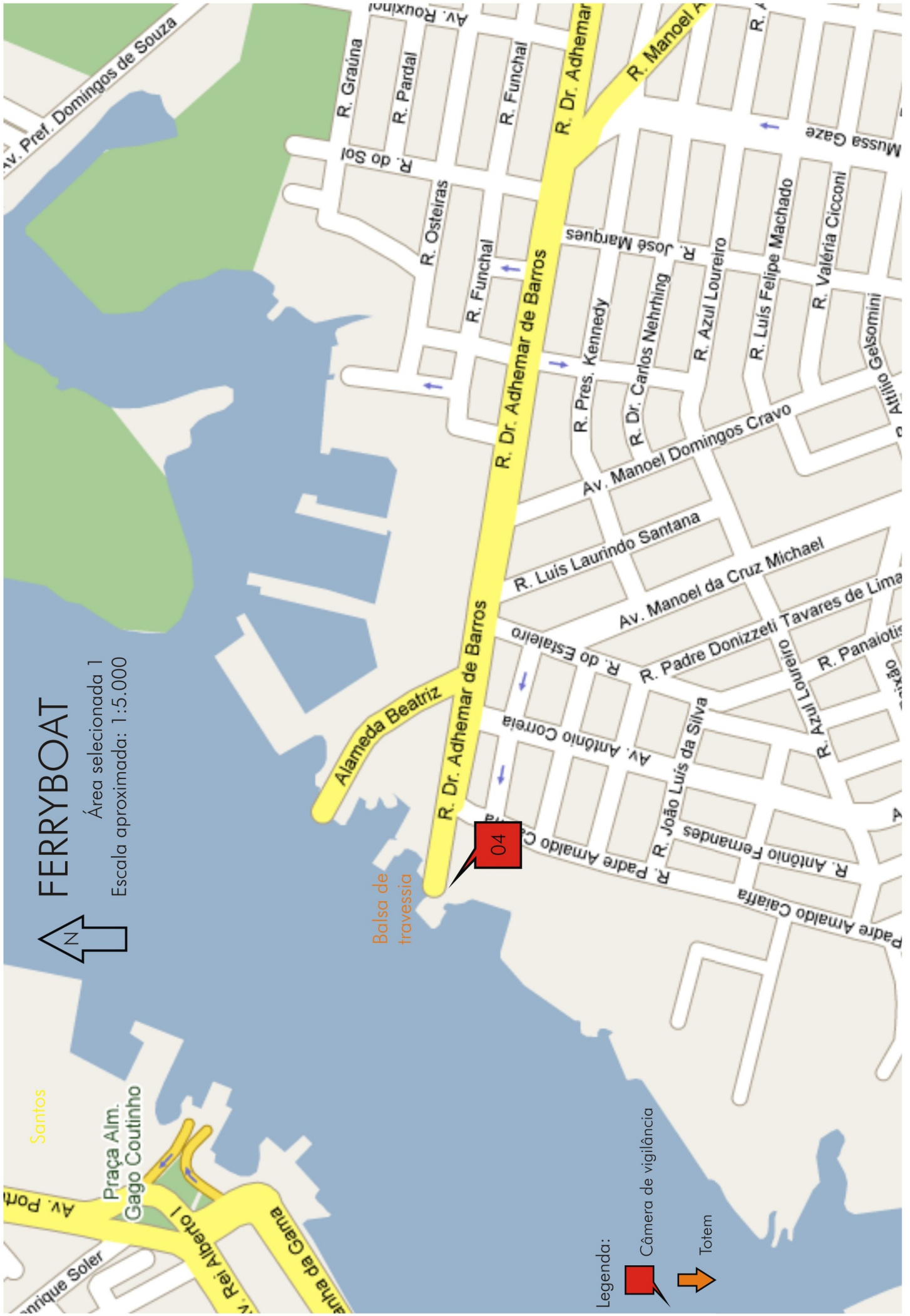
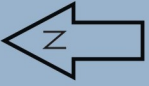
GUARUJÁ

Escala aproximada: 1:100.000

FERRYBOAT

Área selecionada 1

Escala aproximada: 1:5.000



Legenda:



Cámara de vigilância



Totem



VICENTE DE CARVALHO

Área selecionada 2
Escala aproximada: 1:10.000

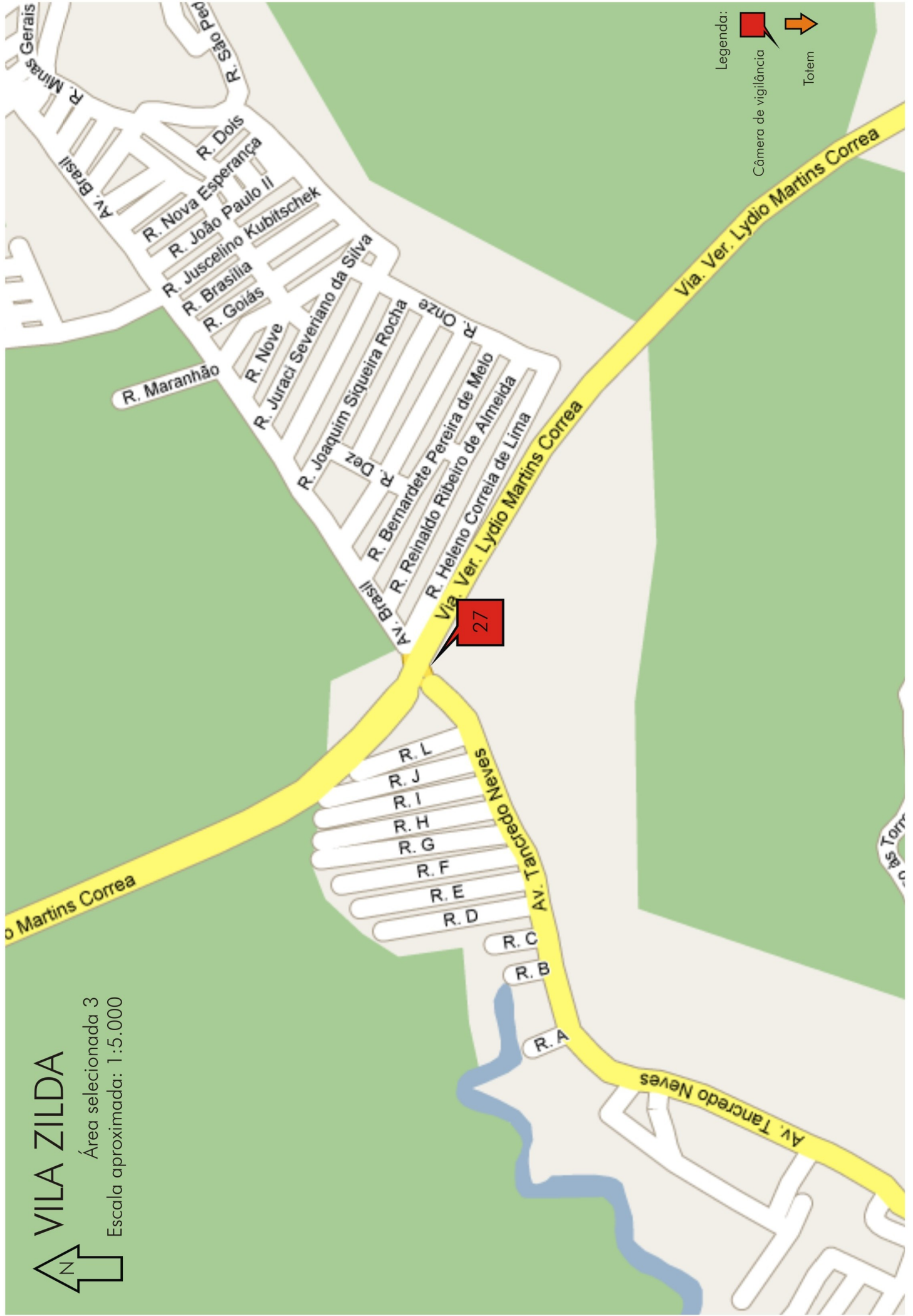
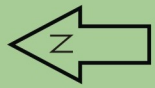


- Legenda:
-  Câmera de vigilância
 -  Totem

VILA ZILDA

Área selecionada 3

Escala aproximada: 1:5.000



Legenda:

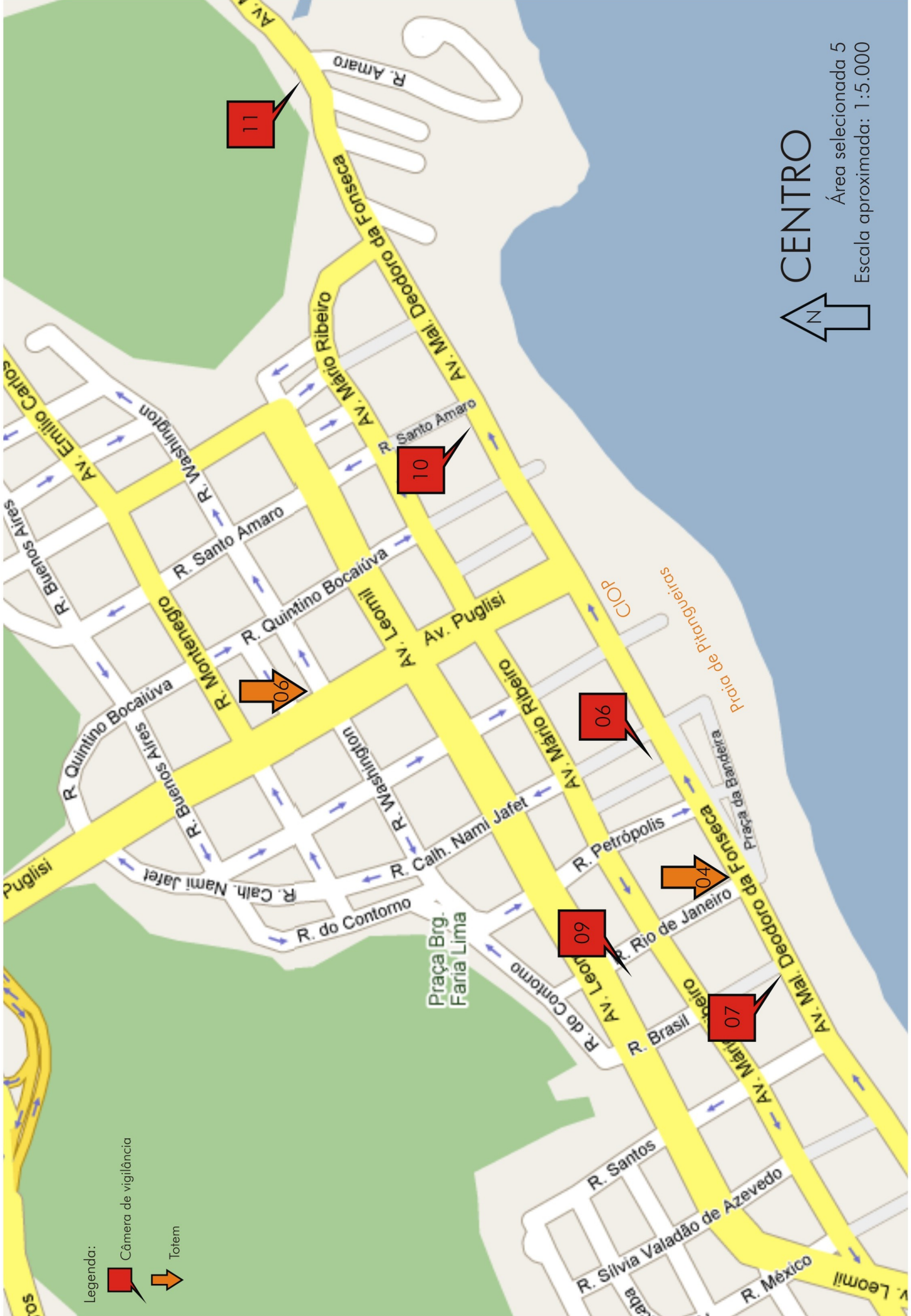


Câmara de vigilância



Totem





Legenda:



Câmera de vigilância



Totem



CENTRO

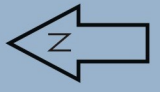
Área selecionada 5
Escala aproximada: 1:5.000



Legenda:
 Câmera de vigilância
 Totem

ASTÚRIAS E TOMBO

Área selecionada 6
 Escala aproximada: 1:5.000



Contatos com o autor:
rafaelbarretodecastro@ig.com.br
cel.: (21) 8881-2935